

SENASP

Secretaria Nacional de Segurança Pública

Relatório Final

**Concursos Nacionais de Pesquisas Aplicadas
em Justiça Criminal e Segurança Pública**

Proponente

Núcleo de Estudos sobre Segurança e Política Criminal

Autor (s)

David Moraes

Título da Pesquisa

Roubos na cidade do Rio de Janeiro. Uma análise locacional

Estes relatórios de pesquisa constituem os produtos resultantes do Concurso Nacional de Pesquisas Aplicadas em Segurança Pública e Justiça Criminal. Fornecerão importantes subsídios para a qualificação das políticas nacionais de segurança pública. Destacamos que eles não constituem a opinião oficial do Ministério da Justiça sobre os assuntos tratados.

Abril 2006



**Ministério
da Justiça**

GOVERNO FEDERAL



NESPC

Núcleo de Estudos sobre Segurança e Política Crimin

Núcleo de Estudos sobre Segurança e Política Criminal – NESPC
DATABRASIL – Ensino e Pesquisa
Rua da Assembléia, 10/4208 – Centro – Rio de Janeiro – RJ – 20011-901 – BRASIL
Tel: 55 21 - 3221-9550 – Fax: .: 55 21 - 3221-9569



Roubos na Cidade do Rio de Janeiro

Uma análise locacional

David Morais
Responsável Técnico

Márcia Marques de Carvalho
Estatística

Dezembro - 2005

Roubos na cidade do Rio de Janeiro: Uma análise locacional

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	5
1. LUGAR E CRIME: UMA REVISÃO BIBLIOGRÁFICA.....	6
2. METODOLOGIA.....	30
3. OS DADOS OFICIAIS	41
4. ANÁLISE DOS DADOS.....	54
4.1. ANÁLISE ESPACIAL.....	54
4.1.1. TAXA DE ROUBO POR 100 MIL HABITANTES.....	57
4.1.2. QUOCIENTE LOCACIONAL DE CRIMINALIDADE.....	65
4.2. ANÁLISE TEMPORAL	68
5. FATORES EXPLICATIVOS	72
5.1. DADOS DISCREPANTES.....	73
5.2. AS VARIÁVEIS EXPLICATIVAS.....	78
5.3. GRAU DE ASSOCIAÇÃO	80
5.3.1 – ROUBOS EM GERAL	84
5.3.2 – ROUBOS DE VEÍCULOS.....	87
5.3.3 – ROUBOS NO INTERIOR DE COLETIVO.....	88
5.3.4 – ROUBOS A TRANSEUNTE	91
5.3.5 – ROUBOS DE CARGA.....	91
6. PERCEPÇÃO DO CRIME.....	93
6.1 – PERFIL DOS ENTREVISTADOS	93
6.2 – ESPAÇO PÚBLICO E SEGURANÇA.....	98
6.3 – PERCEPÇÕES DA VIOLÊNCIA E SENTIMENTO DE INSEGURANÇA.....	109
6.3.1. OPINIÃO SOBRE O BAIRRO EM QUE RESIDE.....	110
6.3.2. OPINIÃO SOBRE A CIDADE EM QUE RESIDE.....	116
6.4. PERCEPÇÃO DA VIOLÊNCIA	120
6.4.1 – SITUAÇÕES DE VITIMIZAÇÃO.....	132
6.5 – OPINIÃO SOBRE AS INSTITUIÇÕES POLICIAIS E A JUSTIÇA	143
7. CONCLUSÃO.....	149
BIBLIOGRAFIA.....	156
APÊNDICE 1 – AISPS, REGIÕES ADMINISTRATIVAS E BAIROS.....	160
APÊNDICE 2 – RESUMO DOS RESULTADOS DAS REGRESSÕES.....	165
APÊNDICE 3 – QUESTIONÁRIO DA PESQUISA DE PERCEPÇÃO DE CRIME	168

SUMÁRIO DE TABELAS

Tabela 1 - Relação das AISP, segundo as DPs, bairros de circunscrição e grandes regiões Dez. 2003.....	34
Tabela 2 - Registros de Roubo por tipo segundo a Área – Município do Rio de Janeiro – 2003.....	55
Tabela 3 – Distribuição dos roubos por tipo, segundo AISP – Município do Rio de Janeiro – 2003.....	57
Tabela 4 – Taxa Anual de Roubo por 100.000 habitantes, segundo AISP – Município do Rio de Janeiro – 2003	59
Tabela 5 – Taxa Anual de Roubo por 100.000 habitantes, por tipo de roubo segundo AISP – Município do Rio de Janeiro – 2003	61
Tabela 6 – Taxa Anual de Roubo por 100.000 habitantes, segundo AISP – Rio de Janeiro – 2003-2004.....	63
Tabela 7 – Quociente Locacional de Criminalidade (LQC) por tipo de roubo segundo Área e AISP- Município do Rio de Janeiro – 2003	67
Tabela 8 – Registros de Roubo por mês – cidade do Rio de Janeiro – 2003-2004.....	70
Tabela 9 – Registros de Roubo de Veículo e Transeunte por mês – cidade do Rio de Janeiro – 2003-2004.....	70
Tabela 10 - Registros de Roubo de Carga e Interior Coletivo por mês – cidade do Rio de Janeiro – 2003-2004	71
Tabela 11 – Taxas de roubo por 100 mil habitantes, por tipo de roubo segundo as AIPS – 2003	74
Tabela 12 – Coeficiente de Correlação de Pearson e graus de significância.....	83
Tabela 13 – Contribuição Marginal das variáveis explicativas na taxa de roubo.....	87
Tabela 14 – Contribuição marginal das variáveis explicativas nas taxas de roubo no interior de coletivo.....	90
Tabela 15 - Entrevistados segundo o Sexo	93
Tabela 16 - Entrevistados segundo a Faixa etária.....	93
Tabela 17 - Entrevistados segundo o Estado civil	94
Tabela 18 - Entrevistados segundo o Nível de instrução.....	94
Tabela 19 - Entrevistados segundo o termo que melhor descreve a sua Cor.....	95
Tabela 20 - Entrevistados segundo com quem mora	95
Tabela 21 - Entrevistados segundo o tipo de moradia	95
Tabela 22 - Entrevistados segundo a condição da moradia	96
Tabela 23 - Entrevistados segundo se a moradia é localizada perto de alguma favela.....	96
Tabela 24 - Entrevistados segundo se o lugar onde moram é considerado favela ou não	96
Tabela 25 - Entrevistados segundo a renda familiar em abril (em SM)	97
Tabela 26 - Preocupação do(a) entrevistado(a) com a violência	102
Tabela 27 - Nível de Preocupação do(a) entrevistado(a) com a violência, por estrato.....	103
Tabela 28 - Com que freqüência, o(a) Sr.(a) costuma passar por aqui, este local ?	104
Tabela 29 - Com que freqüência, o(a) Sr.(a) costuma passar por aqui, este local.....	104
Tabela 30 - Quando anda por aqui, neste local, o(a) Sr.(a) se sente seguro ou inseguro.....	105
Tabela 31 - Quando anda por aqui, neste local, o(a) Sr.(a) se sente seguro ou inseguro, por estrato	105
Tabela 32 - Quando anda pelas ruas e praças perto de onde mora, o(a) Sr.(a) se sente seguro ou inseguro.....	107
Tabela 33 - Quando anda pelas ruas e praças perto de onde mora, o(a) Sr.(a) se sente seguro ou inseguro ?	107

Tabela 34 - Sentimento de insegurança quando anda pelas ruas e praças do centro do Rio	108
Tabela 35 – Sentimento de insegurança quando anda pelas ruas e praças do centro do Rio, por estrato	108
Tabela 36 – Opinião de morar no bairro	111
Tabela 37 – Opinião de morara no bairro, por estrato	112
Tabela 38 - Se pudesse, gostaria de morar em outro bairro ?	112
Tabela 39 - Se pudesse, gostaria de morar em outro bairro?	113
Tabela 40 - Bairro onde desejaria morar	114
Tabela 41 - O Sr (a) diria que a violência em seu bairro é:	115
Tabela 42 - O Sr (a) diria que a violência em seu bairro é:	115
Tabela 43 - Na sua opinião, morar na sua cidade é:	117
Tabela 44 - Na sua opinião, morar na sua cidade é:	118
Tabela 45 - Se pudesse, gostaria de morar em outra cidade ?	118
Tabela 46 - Na sua opinião, morar na sua cidade é:	119
Tabela 47 - O Sr (a) diria que a preocupação das pessoas com a violência em sua cidade é:	121
Tabela 48 - O Sr (a) diria que a preocupação das pessoas com a violência em sua cidade é:	122
Tabela 49 - A preocupação do Sr (a) com a violência é:	123
Tabela 50 - A preocupação do Sr (a) com a violência é:	123
Tabela 51 - Na sua opinião, que bairro é o mais violento da sua cidade ?	125
Tabela 52 - Na sua opinião, que bairro é o mais tranquilo da sua cidade ?	126
Tabela 53 - Na sua opinião, qual a principal causa da violência em sua cidade ?	127
Tabela 54 - Comparando a situação de hoje com seis meses atrás, como avalia o nível de violência	129
Tabela 55 - Comparando a situação de hoje com seis meses atrás, como avalia o nível de violência - 2005	129
Tabela 56 - Com relação aos próximos seis meses, avalia que o nível de violência vai:	129
Tabela 57 - Com relação aos próximos seis meses, avalia que o nível de violência vai	130
Tabela 58 - Na sua casa, alguém sofreu algum tipo de violência ?	132
Tabela 59 - Na sua casa, alguém sofreu algum tipo de violência ?	133
Tabela 60 - Tipo de violência que o(a) entrevistado(a) tem mais medo ?	134
Tabela 61 - O Sr (a) já sofreu algum tipo de violência ?:	135
Tabela 62 – O Sr (a) já sofreu algum tipo de violência ?:	135
Tabela 63 - Tipologia das violências sofridas	136
Tabela 64 - No seu dia a dia, alguma coisa mudou por causa da violência ?	137
Tabela 65 - No seu dia a dia, alguma coisa mudou por causa da violência ?	137
Tabela 66 - O que mudou na atitude/comportamento das pessoas (para aqueles que sofreram algum tipo de violência)	138
Tabela 67 - Mudança ocorridas no comportamento em face da violência (aplicado a todos os entrevistados)	138
Tabela 68 - Conhece alguém que possua arma de fogo ?	139
Tabela 69 - Conhece alguém que possua arma de fogo ?	140
Tabela 70 - Em sua casa, alguém possui arma de fogo ?	141
Tabela 71 - Essa pessoa possui porte de arma ?	141
Tabela 72 – Se for proibida a venda de armas, em sua opinião, a violência irá diminuir ?	142
Tabela 73 - O (a) Sr.(a) confia na atuação da polícia federal e da polícia civil, ou não confia?	144
Tabela 74 - O (a) Sr.(a) confia na atuação da polícia militar e guarda municipal, ou não confia?.	145

Tabela 75 - O (a) Sr.(a) confia na atuação da justiça, ou não confia?	145
Tabela 76 - Violência registrada (para aqueles que sofreram algum tipo de violência).....	146
Tabela 77 - Razão alegada para não registrar a queixa (para aqueles que sofreram algum tipo de violência).....	148

SUMÁRIO DE FIGURAS

Gráfico 1 – Taxa de roubo de veículos por 100 mil hab na cidade do Rio de Janeiro – 1991/2000 .	43
Gráfico 2 – Taxa de roubo a transeunte por 100 mil habitantes na cidade do Rio de Janeiro – 1991/2000	49
Gráfico 3 – Taxa de roubos coletivos por 100 mil habitantes na cidade do Rio de Janeiro – 1991/2000	52
Gráfico 4 - Roubos por mês – Cidade do Rio de Janeiro – 2003 e 2004.....	68
Gráfico 5 – Tipo de Roubo por mês – Cidade do Rio de Janeiro - 2003	69
Gráfico 6 – Boxplot da taxa de roubo	75
Gráfico 7 – Boxplot da taxa de roubo de veículos.....	76
Gráfico 8 – Boxplot da taxa de roubo de transeunte.....	76
Gráfico 9 – Boxplot da taxa de roubo no interior de coletivo.....	77
Gráfico 10 – Taxa de Roubo por 100 mil habitantes e ICMS.....	84
Gráfico 11 – Taxa de Roubo por 100 mil habitantes e polícia por habitante	86
Gráfico 12 – Taxas de Roubo por 100 mil habitantes e imóveis não residenciais	86
Gráfico 13 – Taxa de roubo de veículo por 100 mil habitantes e renda média per capita.....	88
Gráfico 14 – Taxas de roubo interior coletivo e imóveis residenciais.....	89
Gráfico 15 – Taxas de roubo interior coletivo e polícia por habitante	89
Gráfico 16 – Taxas de roubo interior coletivo e polícia por habitante	90
Gráfico 17 – Taxas de roubo a transeunte e polícia por habitante.....	91
Gráfico 18 – Taxas de roubo a carga e % de pessoas com renda superior a 20 sm.....	92
Mapa 1 - Áreas Integradas de Segurança Pública - 2003	32

INTRODUÇÃO

Questões sobre criminalidade urbana e políticas de segurança pública, sempre ocuparam um lugar de destaque dentre os problemas a serem equacionados por governantes quer sejam da esfera federal, estadual ou mais recentemente pela esfera municipal. Entretanto, subjacente a estas questões, começa a tomar corpo e se avolumar um novo problema social: o crescimento da insegurança da população, a sua vulnerabilidade frente à onda de crimes nas cidades brasileiras.

Insegurança que não mais se restringe aos grandes centros urbanos, mas que se espalha pelas cidades brasileiras indistintamente. Tal problema, além de causar um desconforto ao cidadão, tem causado um enorme prejuízo à economia na medida em que absorve somas cada vez mais elevadas, utilizadas para suprir as perdas e despesas decorrentes da violência¹.

Dentre essa gama de delitos, sobressaem em espiral ascendente os crimes contra o patrimônio. Estes crimes exercem forte impacto sobre o inconsciente das pessoas, alterando seu cotidiano, além de se constituírem em motivo de real preocupação para os órgãos de segurança pública.

Exemplos recentes de como estes crimes alteram o dia-a-dia da cidade e, por conseguinte, a percepção quanto aos riscos enfrentados pelo cidadão,

¹ A este respeito ver a reportagem veiculada no O Globo de 24/02/2002 pág 35, sob o título “País perde R\$ 112 bilhões com o crime”.

podemos mencionar o caso das violências sofridas pelos usuários de transportes coletivos². Crime cujo crescimento se expande a olhos vistos, a ponto de ser reconhecido como real fator de preocupação, alterando qualitativamente a sua percepção pela sociedade bem como da prática judicial (Caldeira, 2000).

1. LUGAR E CRIME: UMA REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

A análise dos crimes e sua distribuição pelo espaço geográfico nasceu ao longo do século XIX, com a consciência de que existe uma geografia do crime e do desvio, uma geografia dos criminosos e do desviante, uma geografia dos alvos. Por esta altura desenvolve-se a demografia, que passa a efetuar os censos da população por área geográfica e administrativa. O desenvolvimento do capitalismo exigiu o conhecimento rigoroso das populações como instrumento para uma gestão eficaz dos recursos básicos, da circulação financeira, da mão-de-obra e do mercado de trabalho.

Neste quadro, as estatísticas oficiais do crime, fornecidas pelas instâncias de controle, eram indispensáveis para quantificar o número de criminosos e qualificar as necessidades e a eficácia das medidas legislativas e penitenciárias. Racionalizar os dispositivos da justiça, tornar eficaz o controle social, normalizar as

² Pesquisa realizada em junho de 2000 pelo IBOPE com usuários residentes na Região Metropolitana do Rio de Janeiro, aponta como o principal problema dos ônibus o risco de assalto com 38%.

populações, eis o que se revelava na vontade de saber acerca do transgressor, das suas condições de existência, dos seus contextos de vida.

Tem, assim, origem a primeira vaga da criminologia ambiental, ainda incipiente. Tais dados sobre a espacialidade do desvio serviam, sobretudo, como alimentadores para o entendimento de uma criminologia centrada no ator do delito. Desenvolve-se uma investigação de fatos e regularidades empíricas, mas que ainda não fornece nenhum quadro teórico explicativo. Estes estudos estabeleceram, por exemplo, que o crime tem uma variância espacial alta, e que os padrões espaciais do crime violento diferem muito daqueles dos crimes contra a propriedade. Esboçou-se também uma etiologia criminal que destacou a pobreza, o analfabetismo e a alta densidade populacional como fatores que levariam ao crime. Já no ano de 1829, na França, encontramos a primeira tentativa de se construir um mapa dos crimes contra a pessoa e contra a propriedade (Weisburd & McEwen 1998:5).

Contrariamente a esta perspectiva, desenvolve-se, a partir dos anos de 1920, no Departamento de Sociologia da Universidade de Chicago, uma nova concepção tanto do crime como do espaço. O contexto da sociedade americana da época e o aumento da insegurança urbana e do delito têm por protagonistas principais o jovem desempregado da “*working class*”, e os “*ghetos*” e bairros urbanos sócio-espacialmente marginalizados.

É este cenário que constitui a fonte de questões que vão alimentar uma nova sociologia orientada para a compreensão dos comportamentos desviantes em meios urbanos, que ficou conhecida como Escola de Chicago. A compreensão da desordem e de defesa diante de fenômenos de transgressão levam as autoridades públicas a procurar ajuda no meio científico social na tentativa de racionalizar o que parece desgovernado e irracional, ou seja, certos espaços urbanos, certos grupos e certos atos.

Caracterizar este espaço corresponde a fazer a cartografia de novas formas de sociabilidade, pois a cidade gera modos interacionais específicos. O Urbanismo como Modo de Vida: o próprio título da obra de Louis Wirth, um dos principais autores de Chicago traduz, bem essa idéia. Produz-se assim uma teoria da forma urbana e emerge uma área interdisciplinar – a ecologia urbana – que analisa as relações sociais geradas pela cidade suscetíveis de fazer nascer uma verdadeira cultura urbana.

Essa ecologia urbana deve ser aplicada ao estudo dos comportamentos dos indivíduos. Estes devem ser lidos no seu espaço físico social de inserção: constituem mundos desviantes, formas de vida com as suas regras e equilíbrio próprio dentro dos nichos ecológicos respectivos. Quando esse equilíbrio se rompe emerge a desorganização social: desfaz-se o balanço cooperação/competição, enfraquecem os mecanismos habituais de controle social, quebram-se as solidariedades. A ocorrência de condutas particularmente

graves está associada aos momentos de desorganização social dos *settings* urbanos.

A contribuição clássica, enfocando esta temática, é encontrada nos estudos de ecologia humana desenvolvidos pela Escola de Chicago. Este modelo combina o interesse em analisar a estrutura social da cidade e os processos pelos quais carreiras individuais criminosas se desenvolvem, no intuito de compreender a variação, por áreas urbanas, das taxas de incidência de crimes.

A partir da hipótese das *zonas concêntricas* desenvolvidas por Burgess (1973[1922]), e posteriormente testadas por Shaw e McKey (1942), em pesquisa realizada na cidade de Chicago, os autores mostram, por meio de taxas de delinqüência juvenil, a gradativa diminuição de sua incidência à medida que se deslocam do centro da cidade em direção as áreas de subúrbio. Em sua opinião, a taxa de delinqüência está relacionada com a posição geográfica no interior da cidade, e correspondem a posições sócio-econômicas bem definidas (Morris, 1957 e Bottoms 1994).

Essa nova forma de conceituar as condutas desviantes tem implícita uma crítica do conceito de patologia individual, substitui-o pelo de desvio normativo e da origem os estudos sobre desvios. Segundo Brantingham & Brantingham (1981), a Escola de Chicago inaugura uma segunda vaga da criminologia ambiental. Retoma-se a idéia, verificada empiricamente pelos primeiros criminólogos do século XIX das áreas criminais persistentes. Só que agora se evolui da sua constatação

para o estudo do seu funcionamento, da sua organização, das carreiras de vida do seus atores – da sua ecologia.

A preocupação com o planejamento urbano, a arquitetura e os espaços, é uma outra maneira de abordar a questão da incidência da criminalidade. Este tipo de preocupação com relação à segurança nas cidades é apontada no clássico trabalho de Jane Jacobs (1961), quando a autora tem sua atenção voltada para a importância do papel desempenhado pelos contatos sociais estabelecidos entre moradores de blocos residenciais para a segurança destes locais. Naquela oportunidade, quando as pessoas comentavam que a cidade ou parte da cidade é perigosas, *“what they mean primarily is they do not feel safe on the sidewalks”*.

Mais adiante completa seu raciocínio dizendo que

“.. the first thing to understand is that the public peace – the sidewalk and street peace – of cities is not kept primarily by the police, necessary as police. It s kept primarily by the intricate, almost, unconscious, network of voluntary controls and standards among the people themselves, and enforced by the peoples themselves...” (Jacobs, 1961:41)

Newman (1972) aprofunda esta questão ao introduzir o conceito de “*espaço defensivo*”. Este modelo explicativo sugere que alguns lugares são mais seguros do que outros, devido à forma como foi construído e à forma como é utilizado pelas pessoas. Esta teoria é bem aceita entre os geógrafos norte-

americanos, que defendem a construção de espaços auto-defensáveis através não apenas de segurança física mas, e principalmente, por intermédio da conscientização (vigilância solidária de pessoas e propriedades).

Esta visão legitima as novas formas espaciais arquitetônicas adotadas na construção de unidades residenciais, bem como o planejamento dos espaços urbanos, a geração de dificuldades físicas para a consecução de atividades criminais. Entretanto, a adoção destes mecanismos defensivos não impede o acesso ao alvo; ao contrário, gera crimes mais sofisticados.

O impacto despertado por esta perspectiva propiciou o aprofundamento desta corrente de análise da criminalidade, ao evidenciar a existência de lugares considerados mais seguros do que outros nas áreas urbanas. Seus adeptos consideram importante o desenho arquitetônico adotado e sua funcionalidade para a população definida em termos da segurança. Enfatiza-se, assim, a necessidade de buscar resolver os problemas relativos à segurança nestes locais, com o intuito de encontrar uma atuação que seja específica e direta sobre o problema, dada as necessidades manifestadas por cada região da cidade. O mérito desta perspectiva é trazer a discussão sobre segurança para o âmbito local, admitindo ser a dimensão do bairro a mais apropriada para a implementação de programas de segurança (Taylor e Harrel, 1996; Taylor, Gottfredson e Brower, 1981; The John Howard Society of Alberta, 1995)

Observa-se, nos últimos anos, a mudança do foco de análise da criminalidade. Enquanto as pesquisas, tradicionalmente, focam sua atenção nas motivações dos criminosos, os recentes trabalhos nessa área têm se devotado a buscar explicações sobre os eventos criminais, preocupados em enfatizar o local onde ocorrem tais fatos como a principal perspectiva. A localização do crime surge como o elemento de primária importância na avaliação da criminalidade, como também na busca de formas de prevenção do crime (Cano 1997; Eck e Weisburd 1995; Fundação João Pinheiro, 1999, Grogger e Weatherford 1995; Morais, 1997 e 1998; Pain, 2000; Tirelli, 1997; Weisburd, 1997).

Nesse sentido, a *teoria da escolha racional* surge como uma das perspectivas explicativas da vinculação entre o lugar e o evento criminoso, na medida em que sugere o estabelecimento de um processo cognitivo por parte do indivíduo, com vistas à construir um relacionamento entre objetivos e a determinação de um significado de uma ofensa, em vias de ser cometida, de modo a torná-la racionalmente explicável. Indivíduos calculam racionalmente custos e benefícios tanto dos atos criminosos como não criminosos. Ademais, nesse cálculo é considerado outro elemento desse processo cognitivo, que é a probabilidade de ser pego pelo ato (Becker 1963, Conish e Clark, 1986).

Em outras palavras, parte-se do pressuposto que criminosos realizam escolhas sobre quando, onde, quanto e contra quem irão cometer um ato criminoso, tendo por base conhecimentos obtidos “a priori” sobre o ambiente e objetivos. Por exemplo, criminosos interessados em praticar um roubo procuram

fazer suas escolhas, maximizando suas chances de sucesso e minimizando os riscos de serem presos. Para tanto, selecionam vítimas lucrativas, aqueles que pelos seus cálculos consideram serem mais fáceis de serem dominadas e passíveis de serem atacadas em locais escuros ou afastados.

A teoria da atividade rotineira é outra perspectiva de vincular o local à ocorrência de crimes. Para tanto coloca em evidência que para ocorrer um crime é necessária a confluência concomitante de três elementos centrais: a motivação do indivíduo em cometer um ato ilícito, a existência de um alvo apropriado e a falta de uma segurança adequada (Cohen e Felson, 1979).

São apresentadas duas modalidades de controladores: os “*manipuladores*” e os “*guardiões*”. Os “*manipuladores*” seriam pessoas que exercem uma influência pessoal e direta sobre um indivíduo criminoso, como exemplo clássico da mãe que impede o filho de andar na companhia de pessoas consideradas, por ela, de má índole ou mau comportamento. Na presença deste controlador, o potencial criminoso estaria menos propenso a cometer atos criminosos; “*guardiões*”, por seu turno, seriam as pessoas que protegem potenciais alvos ou vítimas, como, por exemplo, quando duas ou mais pessoas amigas caminham juntas pelas ruas protegendo-se mutuamente, ou por indivíduos exercendo atividades formais: guardas de segurança ou policiais (Eck e Weisburd, 1995).

Esta perspectiva é posteriormente refinada por Eck (1994), ao introduzir um terceiro elemento acerca da ausência da segurança adequada. Com base nos

trabalhos de Felson e integrando o lugar na perspectiva da atividade rotineira Eck (1984) propõe a introdução de um terceiro controlador: "*place manager*", aqui teremos como exemplo o líder comunitário. Este novo controlador cuidaria efetivamente de um determinado lugar, ao regular o comportamento nos locais onde exerce seu controle. De acordo com Felson (1995:5)

"... crime opportunity is least when targets are directly supervised by guardians, offenders by handlers, and places by managers... an offender has to get loose from his handlers then find a target unprotected by guardians, in a place free from intrusive managers".

Assim, a presença de qualquer destes controladores terá o poder de inibir a emergência do comportamento criminal, ao passo que sua ausência pode promovê-lo.

O suposto desta abordagem é que decisões para a seleção de alvos são racionais, envolvendo ponderações de custos e benefícios acerca da viabilidade da realização de certos tipos de delitos em condições particulares. Embora os agressores não tenham domínio total das informações necessárias para esta ponderação, eles deliberam racionalmente de acordo com um contexto espacialmente e temporalmente definidos, envolvendo pessoas e objetos:

"... unlike many criminological inquires, we do not examine why individuals or groups are inclined criminally, but rather we take criminal inclinations as given examine the manner in which the spatio-temporal organization of social activities helps people to translate their criminal

inclination into action. Criminal violations are treated here as routine which share many attributes of, and are interdependent with, other routine activities..” (Cohen e Felson, 1979:589).

Uma das conseqüências importantes sugeridas pela exploração do modelo é a de que cada um dos fatores deve ser observado a partir de indicadores distintos conforme o contexto sócio-econômico. Em termos teóricos, isso significa que em determinados contextos os constrangimentos sócio-institucionais da atividade criminosa serão mais centrais na definição do tipo de atividade delinqüente do que os custos de oportunidade derivados dos recursos controlados pelos agentes de delitos. Em outras palavras, o grau de desenvolvimento de um local corresponderá uma pauta de delitos, que estão relacionadas com as referências de ordem cultural e ordenam estruturas de preferência que orientam a ação criminosa (Felson, 1996; Felson e Clarke, 1998).

Da combinação da teoria de escolha racional em conjunto com a teoria da atividade rotineira obtemos um terceiro modelo teórico denominado de *teoria dos padrões criminais*, que se propõe a auxiliar no processo de análise explicativa da distribuição dos crimes em seus diversos locais de ocorrência. Argumenta que o criminoso age racionalmente e enquanto engajado em suas atividades rotineiras observa os lugares que não possuem vigilância e administradores locais. Os modos pelos quais estão dispostos na cidade as vítimas e a localização de potenciais alvos, por sua vez, chamam a atenção dos potenciais criminosos e

exercem influência na distribuição dos eventos criminais no tempo e no espaço (Brantingham e Brantingham, 1993).

Este processo de reconhecimento do terreno é construído tendo como base a idéia de que o cidadão, no seu dia-a-dia, ao circular pela cidade com destino ao local de trabalho, sua residência, para o lazer, etc. observa e memoriza estes trajetos, modelo cognitivo análogo ao do indivíduo criminoso com interesse em escolher futuros possíveis alvos. Em suma, todas as pessoas possuem um padrão geográfico de circulação: este é o pressuposto básico da teoria do padrão criminal.

O conceito de local é fundamental para o modelo, não somente porque o local é logicamente requerido para o evento criminal, mas porque as características do lugar podem influenciar na probabilidade da ocorrência ou não de crimes (Eck e Weisburd, 1993). Por exemplo, áreas residenciais, escolas e edifícios abandonados são lugares onde se pode detectar com maior prevalência eventos criminais. Isto, entretanto não implica necessariamente afirmar que estes locais são causadores de crimes *per se*, mas provêm locais que tendem a possibilitar a ocorrência de crimes pelas próprias atividades que ali se desenvolvem, bem como as interações sociais que desenvolvem em seu entorno. Nesse sentido, Rossmo & Fisher (1993:11) apontam que

"... bars and nightclubs in close proximity and with simultaneous closing times can create crowd effects that lead to disturbances, crime and violence ..."

Assim, as atividades sociais no entorno de um local interagem simultaneamente com o ambiente físico deste mesmo local de modo a influenciar na probabilidade de o crime ocorrer.

No entanto, observa-se aqui uma segunda leitura: a existência dessa movimentação no entorno dessas casas de diversão podem atuar como elemento inibidor de comportamentos criminosos, na medida em que o pretense criminoso irá pesar os prós e contras de implementar sua ação delituosa.

Fundamenta-se, pois, na idéia de que é possível integrar informações acerca da movimentação dos infratores e associá-las a bases de "*modus operandi*" criminal, de modo a estabelecer e mapear possíveis grupos de vítimas e alvos, geograficamente distribuídos pela cidade. Este modelo é, também, conhecido pelo nome de "*geoforensic profiling*".

A pergunta-chave deste modelo de análise de crime é expressa da seguinte maneira: "*if we know where the offender works and lives, can we predict what targets he or she will select?*". Ao focar sua técnica de investigação em elementos geográficos, considera que os criminosos, bem como os atos criminosos, utilizam o espaço geográfico de modo distinto entre si. Iniciam o trabalho estabelecendo o mapa da localização espacial das diversas áreas criminais; para isto se coleta o máximo de informações sobre o comportamento

dos criminosos, tipo de atos cometidos, objetos roubados, área de atuação, arma utilizada, quem são as vítimas; quanto maiores e completas estas bases de dados, maiores são as chances de se detectar e avaliar os padrões criminais e, conseqüentemente, localizar ou deter o criminoso

“... the probable spatial behavior of the offender can thus be derived from information contained the know crime-site locations, their geographic connections, and the characteristics and demography of the surrounding areas. By determining the probability of the offender residing in various areas and displaying those results through the use of isopleth or choropleth maps, police efforts to apprehend criminals can be assisted. This investigative approach is known as geographic profiling”. (Rossmo, 1995)

Rossmo e seus seguidores encontram nesta forma de trabalhar as informações um importante catalisador das investigações criminais, sobretudo quando se trata de casos envolvendo assassinatos ou estupros cometidos em série (Brantingham e Brantingham, 1981 e 1984; Bottoms, 1994; Rossmo, 1995).

A importância do local como elemento propiciador do maior entendimento acerca dos crimes ocorridos nas urbes modernas, devido ao fato de as ocorrências criminais não serem randomicamente distribuídas pelo espaço, mas agrupadas em certas áreas (Block e Block, 1995:147), originaram diversos estudos sobre a prevenção de crimes. Em face desta abordagem, detecta-se uma rotação no posicionamento analítico de focar a questão do crime, devido ao fato de estes atos apresentarem maiores concentrações em determinados pontos da cidade,

chamada “*hot spots*”. Sherman (1995:36) irá definir as áreas de *hot spot* como sendo

“... a small place in which the occurrence of crime is so frequent that it is highly predictable, at least over a one year period ...”

São estes locais, que apresentam alta concentração de oportunidades para a ocorrência de crimes, por fornecerem alvos fáceis e compensadores, ou por apresentarem dificuldades de ordem técnica ou física para a implementação de mecanismos eficientes de controle social e vigilância.

A literatura sobre crime e sua conexão com os espaços urbanos é de grande monta; dentre inúmeros podemos citar os trabalhos desenvolvidos por Smith (1986) em sua tentativa de integrar teoricamente o estudo do crime e os recentes desenvolvimentos nas áreas de organização e mudança social; Herbert (1982) enfatiza em seu trabalho sobre os crimes urbanos na Inglaterra e nos País de Gales a importância do geógrafo em trabalhar a análise espacial do crime não como elemento isolado, mas, ao contrário, examiná-lo em conjunto com outros níveis de análise do processo social.

O estudo do crime e sua localização geográfica receberam, recentemente, importante impulso com o advento da automação das informações e o uso de softwares voltados para a construção e manipulação de mapas computadorizados. A facilidade em obter sofisticados softwares de

mapeamento digital que podem ser utilizados em computadores pessoais, permite elaborar bases de dados sofisticados e com alto grau de sofisticação. A institucionalização de seu uso pelas organizações policiais é largamente disseminada nos EUA e começa a ser implementada no Brasil (Rich, 1995).

McEwan e Taxman (1995) detalham como o rápido desenvolvimento desta tecnologia pode ser aplicado ao policiamento. Eles classificam as técnicas de mapeamento computadorizado em três categorias: mapas descritivos, analíticos e mapas interativos. Os mapas descritivos são do tipo básico e são usados para replicar os antigos mapas colados na parede, onde os crimes eram identificados por percevejos coloridos; mapas analíticos envolvem, também, a interpretação dos mapas com a inclusão de informações úteis, tais como a relação entre crime e dados sócio-demográficos ou geográficos, para o entendimento dos incidentes e a distribuição dos crimes; a terceira classe de técnicas de mapeamento, mapas interativos, envolve as duas técnicas anteriores, de modo a permitir ao usuário formular questões hipotéticas e obter respostas instantâneas. Um exemplo seria a distribuição de carros- patrulha pelos setores de policiamento da cidade.

Entretanto, com toda uma vasta gama de níveis de sofisticação das análises que são proporcionadas por esta tecnologia, a análise de crime é inteiramente dependente da qualidade das informações, tanto da correta localização geográfica do evento quanto da confiabilidade das informações sobre o evento criminal em si.

Exemplo do uso desta técnica de análise da criminalidade urbana pelas organizações policiais brasileiras é dado pela Secretaria de Segurança Pública do Estado do Rio de Janeiro, que investiu, em anos recentes, na aquisição de equipamentos que permitiram a melhoria da infra-estrutura de segurança do estado, incumbiu a Polícia Militar de implantar um moderno sistema de monitoramento, em tempo real, da sua frota, equipando-a com equipamentos de rastreamento por GPS. Este sistema permite uma melhoria no atendimento, pela PM, das chamadas pela linha 190 no que tange ao despacho de viaturas - a central de operações tem uma clara posição das viaturas e qual a mais próxima do local da chamada. Além de agilizar seus deslocamentos, as viaturas possuem um terminal de computador ligado direto ao centro de operações, no qual preenchem as "boletas" de ocorrências e realizam diversos tipos de consulta ao banco de dados da corporação (Teixeira, 1997). A sistematização dessas ocorrências possibilitará a construção de um completo banco de dados, contendo informações sobre os tipos de delitos cometidos, onde ocorreu o fato, quem é o autor, quem são as vítimas e qual a arma utilizada, dentre outras informações importantes para futuros estudos de vitimologia.

Infelizmente, até o momento não se tem nenhuma análise mais substancial destes dados por parte do órgão encarregado da segurança pública no Estado do Rio de Janeiro, e o acesso às bases de dados é dificultada aos pesquisadores envolvidos em estudos sobre a questão da criminalidade urbana

Outro exemplo de sua utilização nos é fornecido pelo Ministério de Justiça, que realizou, em quatro grandes centros urbanos, estudos visando à construção de mapas de risco de vida, utilizados como subsídios na definição de políticas públicas de segurança. O mapa de risco do Rio de Janeiro (Cano, 1997), apresenta os resultados para crimes de homicídios dolosos, lesões corporais dolosas e roubo (inclusive latrocínio), e em sua construção foram utilizados dados provenientes das certidões de óbitos e registros de ocorrências da Polícia Civil, referentes ao ano de 1995. Sua conclusão aponta para a não homogeneidade na distribuição dos crimes pela cidade, concentrados, principalmente, em áreas de baixas condições sócio-econômicas.

Dentre os trabalhos voltados para análise da territorialidade, temos Souza (1997, 1996 e 2000), que apresenta estudos sobre a gestão territorial e o processo de fragmentação do tecido sócio-político espacial ocorrido na metrópole do Rio de Janeiro nas últimas duas décadas. O autor aponta o crescimento no processo depreciativo que a imagem da cidade vem sofrendo nas últimas décadas, em decorrência das fortes mudanças sociais, econômicas e políticas, tanto objetivas quanto subjetivas, quando aborda o crescimento da criminalidade urbana. Este autor enfoca, mais especificamente, o aumento da intensidade e da periculosidade do tráfico de drogas, e sua influência sobre as comunidades faveladas e a cidade como um todo. Neste contexto, salienta o papel da violência como elemento construtor/desconstrutor do imaginário social em sua projeção no espaço e na territorialidade dos acontecimentos.

Neste ponto é importante inserir na discussão a questão de como é analisado o crime na literatura acadêmica, mesmo que de modo sucinto, com o intuito de delinear, de modo mais claro, a importância de se discutir o medo ou a sensação de insegurança enfrentada pela população frente à escalada da criminalidade e da violência urbanas na sociedade brasileira.

É considerável a influência exercida das análises que privilegiam a associação entre processos rápidos de industrialização e urbanização e o incremento das taxas de criminalidade e violência³. Tais trabalhos baseiam-se no fato de que processos rápidos de industrialização e urbanização - na quase totalidade dos casos ocorridos de maneira desordenada - têm como efeito derivado movimentos migratórios que concentram considerável contingente populacional em áreas periféricas das grandes cidades, sob condições de pobreza e desorganização social, além de estarem em constante contato com comportamentos e aspirações mais elevadas, inconsistentes com as alternativas de satisfação disponíveis.

A explicação convencional para a ocorrência do crime parte do pressuposto que certas circunstâncias estruturais, resultantes de políticas distributivas implementadas de modo insatisfatório pelo Estado, exerçam uma forma de atração sobre os atores do fenômeno criminoso. Essas circunstâncias são descritas como sendo a migração intensa, o crescente processo de favelização, precárias

³ Resenhas bibliográficas sobre a literatura produzida a partir dos meados de 1970 são encontradas em Adorno (1993), Zaluar (1999) e Lima, Misse e Miranda (2000).

condições de vida, concentração de renda, desemprego e baixos níveis educacionais que, ao se agregarem numa grande cidade, tendem a produzir subculturas desviantes e freqüentemente criminosas⁴.

Deste modo, observamos duas grandes vertentes de interpretação, distintas entre si, da criminalidade e da violência nas sociedades: na primeira encontramos o “discurso oficial” ou “visão conservadora” que privilegia as causas sócio-econômicas, muitas vezes rotuladas genericamente por fome e miséria, como produto da dissociação entre aspirações elevadas e possibilidades reais de realização. Nesta perspectiva, responsabiliza-se a polícia por omissão ou despreparo na resolução destes problemas, e aponta para as “disposições inatas” do criminoso.

Sobre esta questão, Coelho (1987), apoiado em evidências empíricas, para o período 1977/85, verifica que, mesmo em conjuntura econômica mais favorável, com melhoria de vida das massas urbanas, como no caso do Rio de Janeiro, as taxas de criminalidade não tiveram uma inflexão no que tange aos crimes violentos⁵.

Em trabalho recente, Saporì e Wanderley (2001) se propõem à questionar a relação entre desemprego-violência; para tanto, utilizam séries temporais de taxas de desemprego, de taxas de homicídios e de taxas de roubos, para as

⁴ O texto clássico nos estudos sobre subculturas e violência é o produzido por Wolfgang, Marvin E. y Franco Ferracutti (1971).

⁵ Da literatura estrangeira podemos extrair os trabalhos de Bennet (1991) sobre a correlação entre criminalidade e estrutura sócio-econômica das nações ou Blau e Blau (1982) e Sampson e Goves (1989) sobre as áreas metropolitanas.

regiões metropolitanas de Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo e Porto Alegre, buscando aferir a correlação entre os dois fenômenos. Concluem que as taxas de desemprego não estão estatisticamente correlacionadas com as taxas de homicídios e com as taxas de roubos, ao longo das décadas de 89 e 90, a partir das alterações ocorridas na oferta de empregos. Sempre salientando as limitações metodológicas do estudo realizado, quanto ao nível de agregação dos dados analisados, os autores acreditam que a incidência destes crimes violentos não é afetada pela experiência imediata de desemprego por parte dos indivíduos

Na segunda vertente, temos a “*versão radical*” ou “*alternativa*”, que enfatiza o desenvolvimento de carreiras criminosas como estratégia de sobrevivência dos setores das classes subalternas mais bombardeadas pelas contradições da grande cidade. Zaluar (1985) aponta para o fato de a mobilidade individual estar obstruída pela ausência de uma ordem moral compartilhada por todos. A mobilidade, no seu limite, pode incluir a experiência da ilegalidade. As assertivas desta postura advêm da conjugação de três fatores: i) o modelo econômico responsável pelo desequilíbrio e injustiças sociais; ii) a violência e o arbítrio da própria polícia; e, iii) as deficiências e erros do sistema penal, bem como as falhas da Justiça e do Direito Penal⁶, principalmente pela discriminação social contra os pobres e marginalizados.

⁶ A respeito da questão judiciária, ver, por exemplo, Faria (1991).

A perspectiva baseada no ambiente político vem sendo substituída, em anos mais recentes, por uma abordagem de cunho organizacional, voltada para a análise do microambiente da atividade criminal e a sua facilidade em propiciar incentivos à delinqüência (Paixão, 1994). É o caso da atividade empresarial em que se transformou o tráfico de drogas e suas conexões com os seqüestros, a venda de armas, etc., que aliciam os seus quadros, em altíssima rotatividade, entre os mais jovens com base na alta remuneração pelo desempenho das diversas atividades ligadas à distribuição, segurança dos pontos, etc., além de propiciar ao jovem o livre e fácil acesso às drogas, apesar do alto grau de risco decorrente do exercício da atividade contratada (Soares, 1996).

Deste modo, a ênfase nesta relação entre miséria, criminalidade e violência responde, portanto, aos preconceitos arraigados sobre as "classes perigosas", visto que o maior contingente de infratores sentenciados são recrutados entre grupos de trabalhadores urbanos de baixa renda. Esta seletividade se traduz no fato de os presos, no Brasil, possuírem o seguinte perfil: 95% são pobres e 74,5% não possuem o 1º grau completo; quanto à população prisional carioca, ela é composta por 77% com 1º grau completo/incompleto, 68,3% são pretos ou pardos e 96,3% exerceram algum tipo de atividade profissional antes de serem presos⁷.

Quanto a população carcerária no Estado do Rio de Janeiro, em fevereiro de 2001, segundo o DESIPE, perfazia um total de 17.771 detentos. Deste total, os homens são maioria absoluta (96,4%); a cor predominante entre os encarcerados

⁷ Fonte: Censo Penitenciário Nacional, 1994. Ministério da Justiça, e Censo Penitenciário IBGE / 1988 / PNAD / RJ.

de pessoas não brancas (62,8%) – sendo 38,8% de pardos e 24,0% de negros -; quanto à faixa etária, estão entre os detentos entre 18 e 25 anos de idade, o maior contingente de detentos (38,1%), se forem adicionados aqueles com idade até 30 anos, o percentual de encarcerados sobe para o expressivo valor de 61,2%. Estes detentos são solteiros (80,5%), nascidos no próprio Estado de Janeiro (85,2%), nível de instrução equivalente ao ensino fundamental incompleto (66,7%) e cumprem pena de reclusão sob regime fechado (62,5%).

Uma vez que os pobres são, automaticamente, "os principais suspeitos", justificam-se os procedimentos arbitrários das autoridades civis e militares vinculados à área de Segurança e Justiça. A estigmatização do pobre como "*marginal*" - no sentido pejorativo, comum à polícia e à imprensa - é incorporada por vastos setores da população que chegam a apoiar ostensivamente este tipo de procedimento por parte dos legisladores e impositores dos padrões normativos de comportamento.

A sociedade, ao clamar pelo maior combate à impunidade, apela para a necessidade da melhoria e incremento no aparelhamento das polícias, de maior eficiência do sistema repressor, etc. Todas essas reivindicações possuem como fundo, na verdade, uma única alternativa: referem-se ao modelo retributivista de justiça, que apregoa a necessidade de intensificar a aplicação de medidas rigorosas de caráter dissuasório, como instrumentos de defesa da sociedade.

A este respeito, Carvalho (1995) aponta uma nova faceta do problema da violência, por ela denominada "cidade escassa", atribuindo o atual estágio da violência à baixa legitimidade da autoridade política do Estado e a sua incompetência para articular os apetites sociais à vida política organizada, ao condenar a sociedade à condição de bárbaros.

Um dos efeitos perversos mais visíveis dessa chamada cidade escassa é a violência praticada pelo cidadão comum ao buscar proteger-se contra a insegurança das cidades, ao passar a portar arma de fogo, na maioria das vezes, sem a devida permissão legal para o seu uso, contribuindo desse modo para o incremento das cifras policiais: o aumento do número de crimes violentos. Como por exemplo, as divergências oriundas de acidentes de trânsito passam a ser resolvidas não mais através do diálogo, mas sim à bala. A mesma linha de raciocínio se aplica ao aumento das brigas com pessoas que praticam algum tipo de artes marciais; os desfechos dos conflitos envolvendo seus praticantes, inevitavelmente se tornam cada vez mais violentos, atingindo não só os seus adversários, mas, também, com sua agressividade sendo direcionada contra homossexuais e prostitutas.

Dados sobre o movimento da criminalidade urbana voltados para a distribuição da incidência de diversos tipos de crimes pelo espaço geográfico das cidades ou regiões metropolitanas, são objeto de análise de diversos autores (Coelho, 1978, Paixão, 1983, Massena, 1986, Soares, 1996 e Félix, 1996) preocupados em estabelecer, em períodos de tempo distintos, as tendências de crescimento ou

retratação e as características da atividade criminal, correlacionando-as com variáveis sociais, demográficas e econômicas, na busca de identificar elementos que estejam associados à sua incidência.

Em recentes trabalhos (Morais, 1997 e 1998), utilizo informações contidas nos registros de ocorrências da Polícia Civil do Rio de Janeiro durante o período 1985/1995. Foram agrupadas as delegacias policiais em oito unidades metropolitanas, com o objetivo de construir áreas geográficas homogêneas, seguindo os padrões da reorganização territorial e do aparato policial civil, proposto pela Secretaria de Segurança em abril de 1996.

As informações sobre a criminalidade urbana, nos últimos dez anos, provenientes destes registros policiais, revelam um incremento da ordem de 95,7% para os casos de homicídios dolosos, 16,6% para roubos e um decréscimo de 18,2% nas ocorrências de lesões corporais. Quanto à proporção de registros no total geral para cada tipo de delito, o roubo perfaz uma média de 61,0% dos registros. Apontam a necessidade de se analisar não só as ocorrências delituosas entre as oito unidades metropolitanas, mas, principalmente, um estudo intra-metropolitanas, visando ao melhor monitoramento do comportamento das delegacias de polícia que as integram, haja vista haver sido encontrado grande disparidade na contribuição do número de registros entre elas. Outro dado a ser ressaltado nos trabalhos é a transferência das atividades criminais entre delegacias, sobretudo devido às alterações sócio-demográficas das regiões administrativas, ocorridas no decorrer da última década.

Como e por que é exercida a organização territorial policial tem sido objeto de extensas análises empreendidas como, por exemplo, Harries (1990) e Herbert(1998), que tratam das estratégias utilizadas pelo Departamento de Polícia da cidade de Los Angeles, no policiamento da cidade. No caso brasileiro esta área foi explorada por Pinheiro (1989), cujo objetivo é fornecer uma interpretação geográfica da organização espacial da Polícia Civil da Região Metropolitana de Recife, Pernambuco, no período compreendido entre 1977 e 1986. Neste trabalho, o autor descreve a importância política na estratégia de ocupação espacial pelo Estado, na alocação dos pontos das delegacias policiais. Verifica que a criação das circunscrições policiais não corresponde ao crescimento dos índices de criminalidade na região metropolitana, mas estaria vinculada à emergência de duas fontes de tensão para o Estado: estariam ligadas às transformações sócio-econômicas ocorridas nas décadas de 70 e 80, e como resposta ao crescimento das novas organizações da sociedade civil – movimentos de base, etc. – surgidas ao final da década de 70.

2. METODOLOGIA

No que tange ao recorte geográfico político-administrativo temos que o município carioca se distribui por uma área de 1.255,27 km². Para fins administrativos, é dividida em cinco Áreas de Planejamento (AP), divididas em trinta Regiões

Administrativas (RAs), compostas por 154 bairros e 750 favelas (IPLANRIO, 1999)⁸. No que se refere às áreas circunscricionais da Polícia Civil, a cidade divide-se em trinta e seis Delegacias de Polícia e vinte e duas Delegacias Especializadas.

Estes dois recortes territoriais – político- administrativo e policial – têm em comum a reunião de inúmeros bairros cariocas em macro-unidades mais expressivas do ponto de vista geográfico e populacional.

Até a primeira metade do ano de 1999 a divisão geográfica da cidade por delegacia de polícia não contava com nenhum critério técnico consolidado – como, por exemplo, as APs ou as RA. As estatísticas de infrações penais eram, e continuaram sendo até o momento coletadas pelas delegacias policiais, cujas jurisdições não coincidiam com as das RA, que por sua vez, poderiam atuar sobre segmentos de várias RA, e, posteriormente, enviadas para a Assessoria de Planejamento da Polícia Civil (ASPLAN) para serem consolidadas. O mesmo problema de compatibilizar se aplica às divisões utilizadas por outros órgãos dos poderes público local, regional e federal.

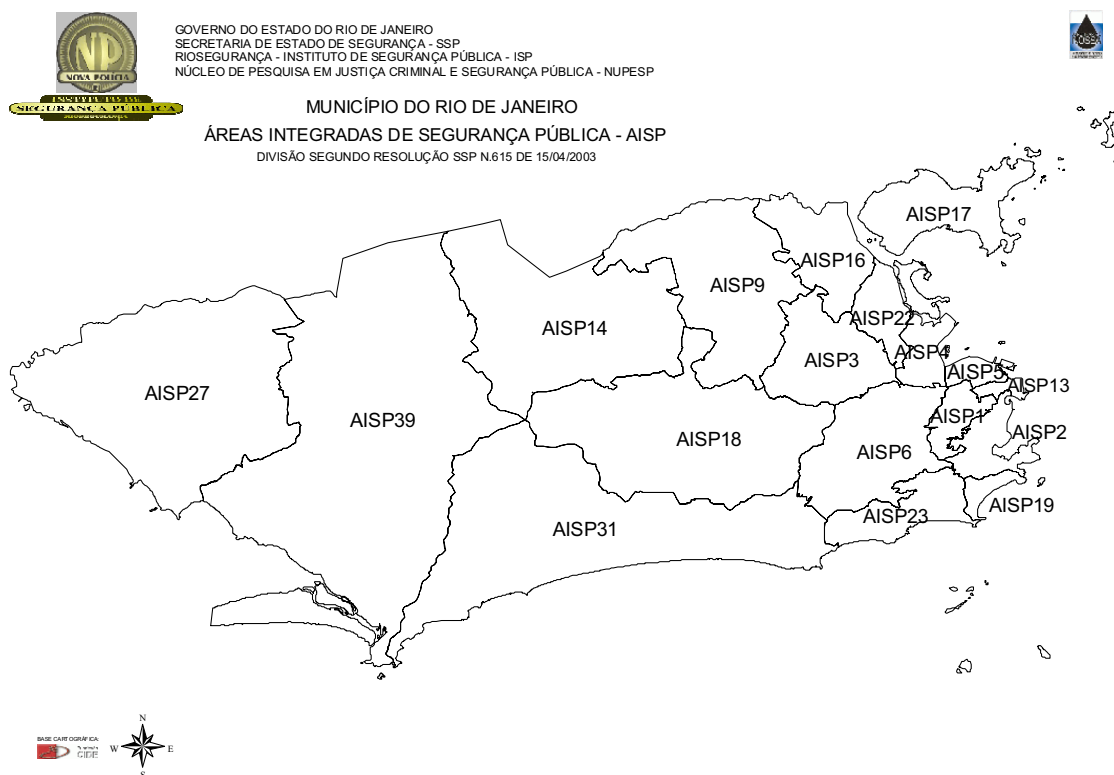
Estes limites circunscricionais sofreram diversas alterações em suas dimensões territoriais, desencontro que perdurou até se obter a configuração atual, de acordo com a Resolução de n.º 262 da SESP, datada de 26 de julho de 1999, quando foram implementadas as Áreas Integradas de Segurança Pública – AISP no Estado do Rio de Janeiro. Tal modificação teve como proposta básica

⁸ Segundo as mais recentes informações fornecidas pela da Prefeitura, o município carioca ultrapassou o número de 700 favelas e loteamentos clandestinos, entretanto, estaremos aqui mantendo os dados publicados no último Anuário Estatístico do Rio de Janeiro 1995-97. IplanRio, 1999.

adequar as áreas territoriais das unidades policiais civis e militares integrando-as na mesma base geográfica das cidades e, no caso carioca, aos seus bairros. A configuração das delegacias, os bairros de atuação possuíam a seguinte composição em 1999, conforme a tabela 1.

Desde a época de sua implantação as Áreas Integradas de Segurança Pública - AISP apresentaram diversas alterações em sua composição, o perfil atualizado apresenta o seguinte contorno:

Mapa 1 - Áreas Integradas de Segurança Pública - 2003



Neste trabalho, utilizamos como unidade de análise a divisão territorial existente para as AISP's na data de outubro de 2003, que perfazem um total de 24 áreas.

A fonte de dados policiais serão os registros das ocorrências lavradas, com periodicidades anuais e mensais, provenientes das planilhas de Incidência Geral de Infrações Penais da Polícia Civil, criadas a partir dos informes mensais das delegacias distritais. Estas planilhas contabilizam tão somente os *atos registrados nas delegacias*⁹.

⁹ Não serão contabilizadas para efeito de totalização, as ocorrências registradas em delegacias especializadas, em face da possível redundância de informações.



NESPC

Núcleo de Estudos sobre Segurança e Política Criminal

Tabela 1 - Relação das AISPs, segundo as DPs, bairros de circunscrição e grandes regiões Dez. 2003

<i>AISP</i>	<i>Delegacia</i>	<i>Bairros</i>	<i>ÁREA</i>
1	6ª DP 7ª DP	Cidade Nova, Estácio, Catumbi, Rio Comprido, Santa Tereza	Centro
2	9ª DP 10ª DP	Glória, Catete, Laranjeiras, Flamengo, Cosme Velho, Humaitá, Botafogo, Urca	Zona Sul
3	23ª DP 24ª DP 25ª DP 26ª DP 44ª DP	Méier, Lins Vasconcelos, Cachambi, Higienópolis, Maria da Graça, Del Castilho, Eng. Dentro, Pilares, Abolição, Encantado, Piedade, Água Santa, Inhaúma, Eng. Rainha, Tomaz Coelho, Jacarezinho, Riachuelo, Jacaré, São Fco. Xavier, Rocha, Sampaio, Eng. Novo, Todos os Santos	Zona Norte
4	17ª DP	São Cristóvão, Mangueira, Caju	Zona Norte
5	1ª DP, 4ª DP	Santo Cristo, Gamboa, Saúde	Centro
6	18ª DP, 19ª DP 20ª DP	Pça da Bandeira, Tijuca, Alto da Boa Vista, Vila Isabel, Andaraí, Grajaú	Zona Norte
9	27ª DP, 28ª DP 29ª DP, 30ª DP 39ª DP, 40ª DP	Vila Cosmos, Vila da Penha, Vista Alegre, Irajá, Colégio, Vicente de Carvalho, Oswaldo Cruz, Campinho, Cascadura, Quintino Bocaiúva, Madureira, Engenheiro Leal, Cavalcanti, Turiaçu, Vaz Lobo, Marechal Hermes, Bento Ribeiro, Coelho Neto, Acari, Barros Filho, Costa Barros, Pavuna, Honório Gurgel, Rocha Miranda, Praça Seca	Zona Norte
13	5ª DP	Centro	Centro
14	31ª DP, 33ª DP, 34ª DP	Guadalupe, Anchieta, Parque Anchieta, Ricardo Albuquerque, Deodoro, Vila Militar, Magalhães Bastos, Campo dos Afonsos, Realengo, Jardim Sulacap, Padre Miguel, Bangu, Senador Câmara	Zona Oeste
16	22ª DP, 38ª DP	Penha, Complexo do Alemão, Olaria, Braz de Pina, Cordovil, Penha Circular, Parada de Lucas, Vigário Geral, Jardim Anchieta	Zona Norte
17	37ª DP	Zumbi, Cacuia, Cocotá, Praia da Bandeira, Freguesia, Ribeira, Pitangueiras, Bancários, Portuguesa, Jardim Carioca, Cidade Universitária, Jardim Guanabara, Moneró, Galeão, Tauá, Paquetá	Zona Norte
18	32ª DP, 41ª DP	Anil, Gardênia Azul, Pechincha, Cidade de Deus, Jacarepaguá, Vila Valqueire, Curicica, Taquara, Freguesia, Tanque	Zona Oeste
19	12ª DP, 13ª DP	Leme, Copacabana	Zona Sul
22	21ª DP	Ramos, Bonsucesso, Manguinhos, Benfca, Maré	Zona Norte
23	14ª DP, 15ª DP	Leblon, Lagoa, Ipanema, São Conrado, Gávea, Vidigal, Rocinha, Jardim Botânico	Zona Sul
27	36ª DP	Paciência, Santa Cruz, Sepetiba	Zona Oeste
31	16ª DP	Joá, Camorim, Vargem Grande, Grumari, Vargem Pequena, Recreio dos Bandeirantes, Barra da Tijuca	Zona Oeste
3 9	35ª DP	Campo Grande, Santíssimo, Senador Vasconcelos, Inhoaíba, Cosmos, Guaratiba, Barra de Guaratiba, Pedra de Guaratiba	Zona Oeste

Fonte: Boletim Mensal de Monitoramento e Análise ISP

O uso dessas informações seria de suma importância para se analisar a questão da exposição a atos criminosos constitui um dos riscos com os quais os indivíduos estão sendo obrigados a conviver ao longo de sua vida. Muitas destas pessoas poderão se tornar, no futuro, vítimas potenciais de um crime – contra a propriedade ou contra a vida; concomitantemente, elas vivenciam ocorrências de violência ou de crime cometidos contra pessoas do seu relacionamento, em algum momento de sua vida.

Essas experiências com o crime e violência podem, em muitos casos, ocasionar impactos sobre o comportamento e atitudes destas pessoas – vítimas ou não -, bem como com aquelas de seu relacionamento mais próximo. Igualmente, estamos expostos, indiretamente, a uma gama enorme de crimes e seus impactos sobre as vítimas através da mídia. Como resultado, temas versando sobre crime e segurança, particularmente sob a subjetiva percepção das pessoas acerca de sua própria segurança, são importantes em qualquer iniciativa que vise o bem-estar social ou a qualidade de vida individual.

A análise explicativa não restringe a utilização dos dados sócio-econômicos agregados por AISP's, pois será aplicado um questionário à população carioca, de modo a colher informações sobre a percepção dos cidadãos quanto às questões de segurança pública. de modo a confrontar a visão objetiva, creditada aos dados policiais oficiais em contraponto as visões subjetivas, provenientes da percepção do cidadão em relação ao lugar em que reside.

O questionário (Apêndice 3) foi aplicado no período de setembro-outubro, distribuído por 248 pontos de coleta pela cidade do Rio de Janeiro.

Este questionário se subdivide em cinco módulos. O primeiro conterá informações sócio-econômicos dos entrevistados tais como: sexo, faixa etária, estado civil, condição de trabalho, renda mensal, nível de instrução e cor; o segundo módulo versa sobre o morador e a cidade do Rio de Janeiro, onde os entrevistados respondem sobre a sua opinião em morar na cidade e em seu bairro, o tipo de moradia e se é própria ou não, além de informarem se são moradores em áreas de favela ou circunvizinhos. Na terceira seção do questionário, o entrevistado é instado a opinar sobre questões acerca da violência e o seu impacto no espaço público: nesse aspecto busca-se saber não só qual o bairro mais violento, mas, também qual é o mais tranquilo, os níveis de preocupação do entrevistado quanto a violência na cidade, no bairro e no local onde foi entrevistado bem como qual o tipo de violência que o mais amedronta.

A violência e as instituições envolvidas na concepção e implementação de políticas de segurança pública são o alvo do quarto bloco de perguntas. No quinto e último bloco, é tratada a questão da convivência do cidadão carioca com a violência, temas como vitimização, mudança de comportamento e uso porte de arma¹⁰ são parte desse conjunto de perguntas.

O modelo de amostragem adotado foi o de amostragem estratificada, com seleção proporcional ao tamanho. As AISP foram agrupadas em 10 estratos ,

¹⁰ O período de aplicação deste questionário ocorreu durante a fase inicial das propagandas do plebiscito sobre a proibição da venda de armas, quanto após a promulgação dos resultados da apuração dos votos.

segundo o grau de homogeneidade dos registros de roubo. O critério adotado para a criação dos estratos foi: União das AISP com menor registro de roubo, dentro das Áreas, segundo o grau de correlação dos tipos de roubos entre as AISPs. A seguir é apresentado o resumo dos estratos, segundo as AISP:

ESTRATO 1 : CENTRO

- AISPs: 1 , 5 e 13
- DELEGACIAS:: Praça Mauá, Praça da República, Mem de Sá, Santa Teresa e Cidade Nova
- BAIRROS: Cidade Nova, Estácio, Catumbi, Rio Comprido, Santa Teresa, Santo Cristo, Gamboa, Saúde e Centro.
- TOTAL REGISTRO ROUBO: 2.728

ESTRATO 2: Norte I

- AISPs: 3
- DELEGACIAS: Méier, Piedade, Engenho Novo.
- BAIRROS: Méier, Lins de Vasconcelos, Cachambi, Higienópolis, Maria da Graça, Del Castilho, Eng Dentro, Pilares, Abolição, Encantado, Piedade, Água Santa, Inhaúma, Eng da Rainha, Tomaz Coelho, Jacarezinho, Riachuelo, Jacaré, São Francisco Xavier, Rocha, Sampaio, Engenho Novo e Todos os Santos
- TOTAL REGISTRO ROUBO: 6.050

ESTRATO 3: Norte II

- AISPs: 16
- DELEGACIAS: Penha e Irajá
- BAIRROS: Penha, Complexo do Alemão, Olaria, Braz de Pina, Cordovil, Penha Circular, Parada de Lucas, Vigário Geral e Jardim América.
- TOTAL REGISTRO ROUBO: 3.947

ESTRATO 4: Norte III

- AISPs: 17 e 22

- DELEGACIAS: Ilha do Governador e Bonsucesso
- BAIRROS: Zumbi, Cacuia, Cocotá, Praia da Bandeira, Freguesia, Ribeira, Pitangueiras, Bancários, Portuguesa, Jardim Carioca, Cidade Universitária, Jardim Guanabara, Monera, Galeão, Tauá, Paquetá, Maré, Ramos, Bonsucesso, Manguinhos e Benfica.
- TOTAL REGISTRO ROUBO: 4.223
- $\text{Corr}(\text{AISP17}, \text{AISP22}) = 0,9987$

ESTRATO 5: Norte IV

- AISPs: 9
- DELEGACIAS: Vicente de Carvalho, Campinho, Madureira, Marechal Hermes, Pavuna, Honório Gurgel.
- BAIRROS: Vila Cosmos, Vila da Penha, Vista Alegre, Irajá, Colégio, Vicente de Carvalho, Osvaldo Cruz, Campinho, Cascadura, Quintino Bocaiúva, Madureira, Engenheiro Leal, Cavalcanti, Turiaçu, Vaz Lobo, Marechal Hermes, Bento Ribeiro, Coelho Neto, Acari, Barros Filho, Costa Barros, Pavuna, Honório Gurgel, Rocha Miranda e Praça Seca.
- TOTAL DE REGISTRO DE ROUBO: 9.088

ESTRATO 6: Norte V

- AISPs: 6 e 4
- DELEGACIAS: Praça da Bandeira, Tijuca, Grajaú, São Cristóvão, Mangueira, Caju.
- BAIRROS: Praça da Bandeira, Tijuca, Alto da Boa Vista, Maracanã, Vila Isabel, Andaraí, Grajaú, São Cristóvão, Mangueira e Caju.
- TOTAL DE REGISTRO DE ROUBO: 3.182
- $\text{Corr}(\text{AISP6}, \text{AISP4}) = 0,9981$

ESTRATO 7: Oeste I

- AISPs: 14
- DELEGACIAS: Realengo e Bangu
- BAIRROS: Guadalupe, Anchieta, Parque Anchieta, Ricardo de Albuquerque, Deodoro, Vila Militar, Magalhães Bastos, Campos dos Afonso, Realengo, Jardim Sulacap, Padre Miguel, Bangu e Senador Câmara.
- TOTAL DE REGISTRO DE ROUBO: 3.084

ESTRATO 8: Oeste II

- AISP: 18 e 31
- DELEGACIAS: Jacarepaguá, Tanque e Barra da Tijuca
- BAIRROS: Anil, Gardênia Azul, Pechincha, Cidade de Deus, Jacarepaguá, Vila Valqueire, Curicica, Taquara, Freguesia, Tanque, Joá, Camorim, Vargem Grande, Grumari, Itanhangá, Vargem Pequena, Recreio dos Bandeirantes e Barra da Tijuca.
- TOTAL DE REGISTRO DE ROUBO: 2.575
- $\text{Corr}(\text{AISP18}, \text{AISP31}) = 0,9975$

ESTRATO 9: Oeste III

- AISP: 27 e 39
- DELEGACIAS: Santa Cruz e Campo Grande.
- BAIRROS: Paciência, Santa Cruz, Sepetiba, Campo Grande, Santíssimo, Senador Vasconcelos, Inhoaíba, Cosmos, Guaratiba, Barra de Guaratiba e Pedra de Guaratiba.
- TOTAL DE REGISTRO DE ROUBO: 1.951
- $\text{Corr}(\text{AISP27}, \text{AISP39}) = 0,9928$

ESTRATO 10: SUL

- AISP: 2, 23 e 19
- DELEGACIAS: Catete, Botafogo, Leblon, Gávea, Leme, Copacabana.
- BAIRROS: Glória, Catete, Laranjeiras, Flamengo, Cosme Velho, Humaitá, Botafogo, Urca, Leblon, Lagoa, Ipanema, São Conrado, Gávea, Vidigal, Rocinha, Jardim Botânico, Leme e Copacabana.
- TOTAL REGISTRO ROUBO: 2.273

O plano amostral foi aplicado independente para cada um dos 10 estratos.

O tamanho da amostra em cada estrato foi calculado com erro amostral fixado de 5% e 95% de nível de confiança. Foram realizadas 382 entrevistas em cada

estrato, gerando um total de 3.820 entrevistas no município do Rio de Janeiro. O desenho foi realizado de forma a garantir significância em cada estrato.

Os bairros em cada estratos foram selecionados com probabilidade proporcional ao tamanho. As pessoas entrevistadas foram selecionadas segundo quotas de sexo, faixas de idade e instrução.

Assim posto, passemos a análise dos dados, em primeiro as informações provenientes das estatísticas oficiais; no segundo momento do relatório serão analisados os resultados dos questionários aplicados à população carioca.

3. OS DADOS OFICIAIS

Para termos uma melhor visualização dos delitos pelo município do Rio de Janeiro, é necessária observar o modo pelo qual se distribuía durante o período da década de 90¹¹, época em que a cidade ainda não havia sido dividida em áreas integradas de segurança pública.

Veículos

O primeiro grupo de crimes contra o patrimônio é composto pelos **crimes de furtos e roubos de veículos**. O primeiro desses delitos é o *furto de veículo* cujas taxas de registros o triênio 1992/94 se caracterizando como os anos de maiores incidências na década de 90. A seguir observa, apresenta uma consistente queda até o de 1996, tende a estabilizar-se durante os dois anos subseqüentes, quando torna a apresentar uma expressiva queda das taxas de registros de furtos de veículos no último biênio da série, observado no gráfico 1 a seguir. Nessa década são computados uns totais de 156.085 ocorrências que representam a 20.8% dos registros da década.

Ao longo dos anos 90, no que concerne ao furto de veículos em relação a sua distribuição pelas unidades policiais, nota-se que a circunscrição atendida pela delegacia da Tijuca - 19ª DP – foi aquela a apresentar a mais expressiva

¹¹ O dado é contrastado com as informações sobre o número de registros de furtos nos respectivos delitos por delegacia.

média anual de 1.100 registros dentre o conjunto de delegacias cariocas. Por essa razão assume a liderança dentre o grupo das cinco delegacias com maiores escores em furtos de veículos com 11.665 ocorrências anotadas. É importante, também, salientar o forte recuo dos registros no ano de 2000 para menos de 400 casos até o final de setembro daquele ano, fruto de um intenso trabalho realizado pela Polícia Militar de modo a conter a crescente espiral de furtos que vinha ocorrendo naquela área da cidade.

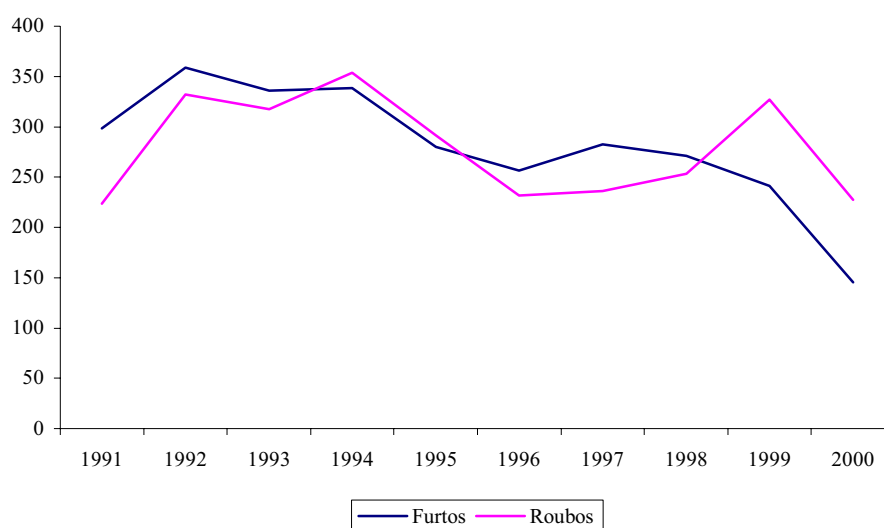
Em segundo e terceiro lugares, temos duas unidades policiais contíguas e localizadas na região zona sul da cidade: são elas, a delegacia do Flamengo – 9ª DP – e a delegacia de Botafogo – 10ª DP – que apresentam os valores de 10.901 e 10.335 registros respectivamente. A quarta colocada é a delegacia da Praça da Bandeira – 18ª DP – perfazendo 8.281 registros e a quinta posição no grupo das maiores em volume de registros encontramos a delegacia do Leblon – 14ª DP – com 7.247 casos lavrados.

Destas cinco delegacias, somente a 18ª DP apresenta crescimento na década em questão. Todavia, quando enfoca somente o biênio 1999/2000, observa-se que três delas, a 19ª DP, 10ª DP e 18ª DP duas outras apresentaram declínio no volume de registros de furtos de veículos.

As circunscrições que primam por apresentar baixos números de ocorrências em suas áreas de abrangência são pela ordem: em primeiro lugar a delegacia localizada na Praça da República - 4ª DP – com 608 registros, a

segunda unidade policial é a de Santa Teresa – 7ª DP – onde foram anotados 868 casos, a terceira posição é ocupada pela delegacia de Santa Cruz - 36ª DP – com 910 casos. Ultrapassando a casa do milhar de registro de veículos furtados, encontramos a quarta posição ocupada pela delegacia de Ricardo de Albuquerque – 31ª DP – com 1.110 ocorrências e, ao final da seqüência a delegacia da área central da cidade, Mem de Sá – 5ª DP – com 1.206 veículos furtados. Se observada a série histórica com atenção em seus últimos quatro anos, detecta-se uma tendência no sentido da diminuição no número de registros de veículos furtados nessas áreas.

Gráfico 1 – Taxa de roubo de veículos por 100 mil hab na cidade do Rio de Janeiro – 1991/2000



Fonte: ASPLAN/POLÍCIA CIVIL , NESPC 1991-2000

O segundo delito nesse grupo são *roubos de veículos*. Caracteriza-se por apresentar um movimento cíclico no que se refere às taxas de ocorrências

ocorridos no período, cresce na fase inicial da década até o primeiro pico de ocorrências no ano de 1994. Observa-se a queda nas taxas de registro nos dois anos seguinte quando se estabiliza, voltando a apresentar forte inflexão positiva em 1999, quando novamente tende a declinar o número desses delitos, conforme o ver gráfico 1. Os números absolutos de registros totalizam 155.389 na década e representam 20,8% no total geral na última década do século XX.

Se nos crimes de furtos de automóveis a delegacia da Tijuca -19ª DP – ocupava o lugar de honra dentre as cinco unidades policiais de maior incidência na última década, o mesmo não ocorrerá no que se refere as estatísticas dos roubos de veículos, ocupando tão somente a décima colocação entre as trinta e oito delegacias cariocas.

Aqui, essa posição é ocupada pela delegacia de Irajá - 38ª DP – ao contabilizar 10.818 registros no período¹². As demais delegacias deste grupo são as circunscrições da Penha – 22ª DP – que apresenta o total de 9.600 delitos, seguindo-se a delegacia de Bonsucesso – 21ª DP – na terceira posição, com 8.319 ocorrências. Na quarta posição encontramos a delegacia de Jacarepaguá – 32ª DP -, área de fácil circulação viária e contribui com 7.148 casos e, finalmente, a quinta delegacia de maior incidência em registros de

¹² Essa modalidade de roubo é facilitada pela existência de duas importantes vias de circulação viária: Avenida Brasil e Avenida Automóvel Clube, que permitem a rapidez na fuga depois de perpetrado o crime.

roubos de veículos, a de Vicente de Carvalho – 27ª DP- perfazendo um volume total de 7.080 ocorrências policiais.

Os dados demonstram que ao final do ano de 1999, dentre as cinco de maiores valores criminais, quatro delegacias – 22ª DP, 21ª DP, 32ª DP e a 27ª DP – apresentam um crescimento no número de seus registros de roubos de veículos, se cotejados com o ano anterior. Em função desse incremento nos registros, é válido supor que todas elas tendam a continuar apresentar um acréscimo nas ocorrências, na eventualidade dos meses faltantes sejam agregados e contabilizadas todas as ocorrências do ano de 2000.

No que se refere ao agrupamento de delegacias situadas em áreas de menores incidências dessa modalidade de atividade criminal, os dados apontam para a similaridade entre as delegacias este grupo em relação as do grupo de furtos de veículos. Nesse momento, a delegacia da Mem de Sá – 5ª DP – assume a posição da área de menor volume de registros de roubos de veículos, ao contabilizar 493 ocorrências em sua circunscrição. É seguida pela delegacia de Santa Teresa – 7ª DP -, que nessa modalidade de delito responde por 514 casos; a delegacia da Praça da República – 4ª DP – ocupa a terceira posição totalizando 602 registros. O quarto lugar do grupo é ocupado pela delegacia da Praça Mauá – 1ª DP - com 749 casos, finalmente, fechando essa seqüência, temos a delegacia de Copacabana – 12ª DP – e 792 registros de roubos. Este grupo é composto em sua maioria por delegacia cuja área de abrangência é o centro da cidade do Rio de Janeiro. Outro ponto a salientar,

é nítido o crescimento do volume de ocorrências durante a última década, e o exemplo mais expressivo é representado pela circunscrição de Santa Tereza, que passa de vinte e sete casos registrados em 1991 para 109 ocorrências até a data da última compilação de informações. A exceção do grupo é a delegacia de Copacabana por apresentar considerável queda no volume de delitos para a década de 90.

Transeuntes

Os crimes cometidos contra os transeuntes compõem o quarto grupo de crimes contra o patrimônio. Iniciemos nossa análise com os *furto de transeuntes* registrados no município do Rio de Janeiro na década de 90. A contabilidade dessa modalidade de delito é marcada por movimentos cíclicos nas taxas de registros¹³. Os três anos iniciais da década de 90 apresentam uma considerável queda na taxa de registros por 100 mil habitantes, que terá no biênio 1994/1995 um período de aparente estabilidade nos registros. Entretanto, o ano de 1996 irá exibir expressivo crescimento nas taxas de registros, seguida por uma significativa queda nos dois próximos anos. Os dados para o findar dos anos 90 nos trazia um quadro desalentador, pois se reinicia o ciclo de crescimento das

¹³ Um problema que afeta sobremaneira na contabilidade final dos crimes contra transeuntes, é falta de comunicação do crime pela vítima aos órgãos policiais competentes. A chamada cifra negra das estatísticas policiais é fato comum e recorrente nestes crimes.

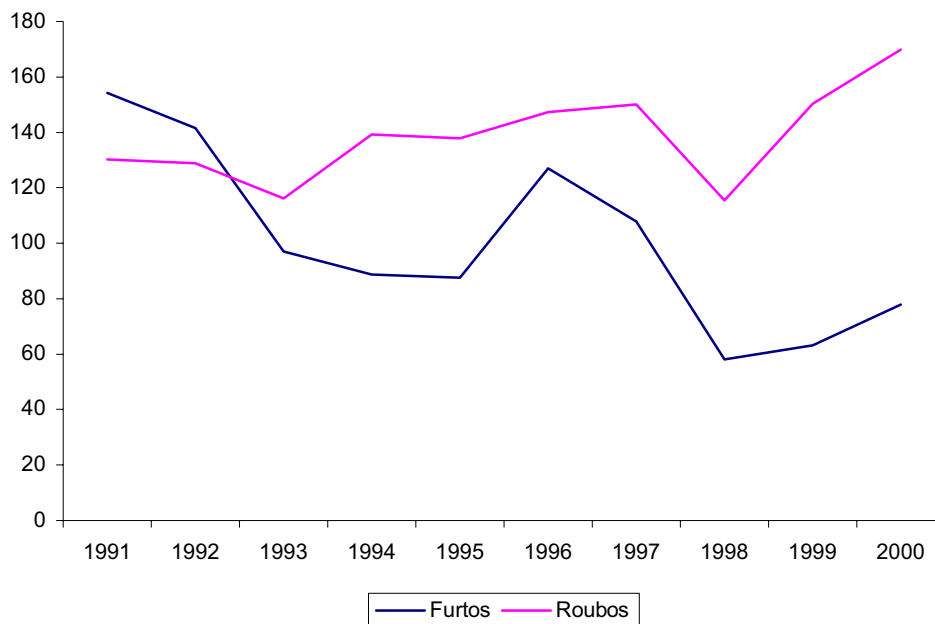
taxas de registros, revelando a possibilidade desse espectro negativo adentrar a década seguinte (ver gráfico 2). Em números absolutos foram totalizadas durante os anos 90 o equivalente a 55.719 ocorrências policiais, o que corresponderia a 7,4% da soma geral dos delitos no período.

Quanto a sua distribuição espacial, os furtos envolvendo transeuntes pelas vias públicas cariocas apresentam, dentre as suas cinco grandes circunscrições em volume de ocorrências, a proeminência da delegacia de Copacabana – 12ª DP – com expressivo valor: 5.068 registros computados na última década. A segunda unidade judiciária nesse ranking é ocupada pela delegacia da Praça Mauá - 1ª DP - que atende principalmente a área portuária e apresenta um total de 3.765 casos, resultado aproximadamente 25% inferior ao da 12ª DP. A seguir temos as delegacias da Tijuca – 19ª DP – com 2.798 ocorrências, a da Praça da República – 4ª DP – 2.716 delitos e, finalmente, a delegacia da circunscrição de Madureira – 29ª DP – e suas 2.598 anotações. O comum entre essas delegacias estarem localizadas em áreas de grande circulação de pessoas e intenso comércio.

A 12ª DP ocupa o primeiro posto em função da soma geral dos registros nos anos 90, pois se nos concentrarmos exclusivamente nos dados relativos aos últimos dois anos da série histórica, observaremos que as delegacias das áreas de abrangência da Praça Mauá, da Tijuca e de Madureira perfazem individualmente valores superiores ao apresentados por Copacabana no mesmo período.

Quanto ao grupo composto pelas delegacias de menores incidências de furtos de transeuntes, novamente encontramos na posição de delegacia detentora dos menores volumes de registros a unidade policial instalada em Santa Teresa – 7ª DP – participando com 186 casos lavrados para o período 1991-2000. O restante do grupo é composto pelas delegacias de Ricardo de Albuquerque – 31ª DP – com 346 registros; em terceiro lugar a delegacia de Honório Gurgel – 40ª DP – com 415 casos computados, seguida pela delegacia do Irajá – 38ª DP – perfazendo 488 delitos, finalizando o grupo das delegacias com os melhores escores policiais a de Realengo - 33ª DP - com exatos 500 registros de furtos contra transeuntes. Todas essas delegacias apresentam um decréscimo em seus totais anuais de furtos de transeuntes.

Gráfico 2 – Taxa de roubo a transeunte por 100 mil habitantes na cidade do Rio de Janeiro – 1991/2000



Fonte: ASPLAN/POLÍCIA CIVIL, NESPC 1991-2000

Eis que chegamos à modalidade de crime que ao final da década passada, apresenta consistente tendência ao crescimento das taxas de delitos. Os roubos contra transeuntes iniciam o período exibindo uma ligeira tendência à diminuição das taxas de ocorrências, cujo ponto de menor inflexão é o ano de 1993. A partir desta data tem início um período de ascensão das cifras, que perdurará nos próximos quatro anos, quando então, uma nova diminuição é anotada. Todavia, como observado anteriormente para os casos de furtos contra transeuntes, observa-se um expressivo crescimento nas taxas de registros de roubos nos anos finais da série, que em última instância indicaria uma possível consolidação destas taxas nos anos

vindouros (ver gráfico 2). No computo final dessas ocorrências, chega-se ao total de 77.105 casos registrados, o que equivale a 10,3% do computo geral dos registros.

A distribuição espacial dos roubos de transeuntes, tradicionalmente a expectativa é que essa modalidade criminal se concentre principalmente nas áreas de grande concentração comercial e circulação de pessoas. Como esperado, as cinco maiores áreas de registros de incidências criminais entre as trinta e seis circunscrições que compõem a estrutura organizacional da Polícia Civil na cidade do Rio de Janeiro, a primeira colocada no quesito volume de autos registrados é a delegacia de Madureira – 29ª DP -, esta unidade policial contabiliza expressivos 3.372 delitos na década passada.. O mesmo pode ser dito a respeito da delegacia localizada na circunscrição da Tijuca - 19ª DP - segunda colocada dentre as cinco maiores áreas e suas 3.054 notificações. A seguir desponta a delegacia de Campo Grande – 35ª DP -, outra área da cidade a apresentar grande concentração comercial, contribuindo com 3.021 registros. A área central da cidade é representada pela delegacia da Praça Mauá – 1ª DP – que se constitui na quarta circunscrição de maior volume nessa modalidade criminal, apresentando um total de 2.949 ocorrências. Finalizando o grupo temos a delegacia de Bonsucesso – 21ª DP -, totalizando 2.836 registros de roubos contra transeuntes. Todas as cinco delegacias deste grupo apresentaram crescimento no volume de delitos, seja sob o conjunto total das

informações para a década, seja comparando o o último ano da série em relação ao biênio 1998/1999.

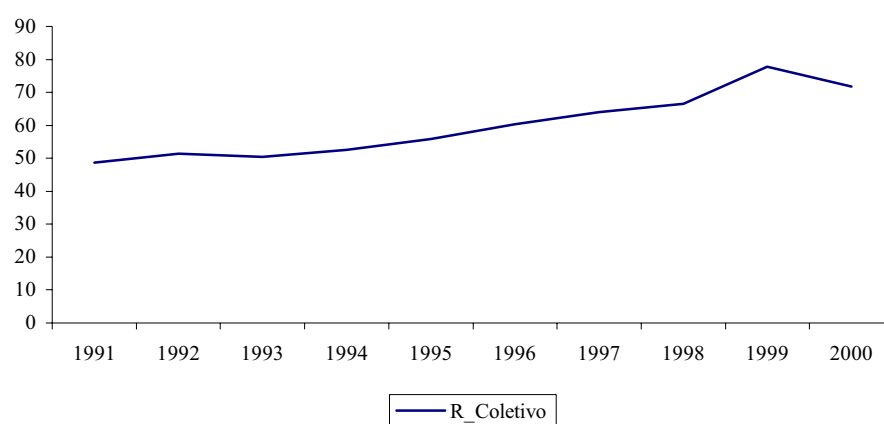
No extremo oposto, o qual poderíamos chamar de seleta, em função de apresentarem os menores volumes de crimes registrados entre todas as demais delegacias cariocas, mais uma vez temos a unidade policial de Santa Teresa – 7ª DP – como a primeira a encabeçar este conjunto de delegacias contabilizando 283 casos registrados para a década passada.. A segunda integrante deste grupo é a delegacia da Gávea – 15ª DP – por apresentar 820 ocorrências no total; a seguir esta posicionada a circunscrição do Encantado – 26ª DP - com 1.038 delitos registrados. As posições subseqüentes são ocupadas pelas delegacias de Santa Cruz e Honório Gurgel – 36ª DP e 40ª DP - com respectivamente 1.264 e 1.352 registros lavrados.

Interior de coletivos

Esta é uma modalidade de crimes contra o patrimônio que apresenta um crescimento gradual e constante nas taxas de registros no transcorrer na última década, no qual o ano de 1999 representa o momento crítico de maior inflexão, conforme demonstra o gráfico 3. O roubo no interior de coletivos

totaliza 33.357 registros para o período, equivalente a 4,5% no total geral dos registros anotados na pesquisa¹⁴.

Gráfico 3 – Taxa de roubos coletivos por 100 mil habitantes na cidade do Rio de Janeiro – 1991/2000



Fonte: ASPLAN/POLÍCIA CIVIL, NESPC 1991-2000

O delito roubo no interior de coletivos se distribui espacialmente pelas cinco unidades judiciárias de polícia de maior concentração de registro de ocorrências do seguinte modo: localiza-se na delegacia de Bonsucesso - a 21ª DP – a maior concentração dessa modalidade de crime, um total de 2.023 registros. A delegacia que se segue, localizada na circunscrição de Madureira – 29ª DP – apresenta um volume de ocorrências pouquíssimo inferior a primeira colocada, um total de 2.017 casos. Na seqüência estão posicionadas as delegacias de Ricardo de Albuquerque - 31ª DP – 1.509 casos, seguida pela

¹⁴ Aqui trataremos somente dos crimes de roubos, em função da inexistência de tabulações estatísticas sobre os furtos, pois essas somente passam a compor o rol de delitos compilados, tabulados e disseminados pela Polícia Civil a partir de 1998.

delegacia de Campinho - 28ª DP – com 1.488 delitos e, na quinta posição a delegacia de Bangu – 34ª DP – apresentando um total de 1.406 de ocorrências registradas.

Dentre as unidades policiais detentoras dos menores volumes de registros, mais uma vez temos na primazia de primeira colocada à delegacia de Santa Teresa – 7ª DP - perfazendo somente vinte e duas ocorrências durante dez anos¹⁵. A próxima unidade policial é a delegacia da Mem de Sá – 5ª DP – perfaz 281 registros. A seguir a delegacia do Leblon – 14ª DP – 340 casos; a delegacia de Ipanema – 13ª DP – ocupa a quarta colocação com 384 roubos computados, e, finalmente fechando o grupo a delegacia localizada na área de abrangência da 15ª DP, Gávea, na qual foram registradas 397 ocorrências de roubos no interior de coletivos.

¹⁵ O reduzido número de registros de incidências de roubos no interior de coletivos pode ser explicado, em princípio, pelo fato de transitarem por suas estreitas ruas somente duas linhas de transporte coletivo além do tradicional bondinho.

4. ANÁLISE DOS DADOS

4.1. ANÁLISE ESPACIAL

Nesta seção vamos estudar a incidência de cada tipo de roubo por Área Integrada de Segurança Pública (AISP) de cobertura no município do Rio de Janeiro. Os dados relativos as estatísticas policiais são compiladas pela Assessoria de Planejamento da Secretaria de Polícia Civil e os microdados foram cedidos pelo NUPESP/ISP.

A Tabela 2 apresenta os registros de 2003 das modalidades de roubos elencadas para análise nesse trabalho, por AISP, agrupadas segundo as quatro grandes regiões da cidade do Rio de Janeiro.

Tabela 2 - Registros de Roubo por tipo segundo a Área – Município do Rio de Janeiro – 2003

ÁREA	Total	Tipos de roubo contra o patrimônio 2003			
		Veículos	Transeunte	Carga*	Interior Coletivo
Total	37.917	21.717	11.030	2.573	2.597
Centro	2.629	766	1.405	179	279
AISP 1	977	541	258	75	103
AISP 5	1.087	159	711	76	141
AISP 13	565	66	436	28	35
Norte	25.730	16.263	6.188	1.805	1.474
AISP 3	5.855	3.911	1.300	488	156
AISP 4	873	368	296	113	96
AISP 6	2.499	1.323	964	107	105
AIPS 9	8.652	5.431	2.168	432	621
AIPS 16	3.818	2.641	613	384	180
AISP 17	1.638	1.137	336	91	74
AISP 22	2.395	1.452	511	190	242
Sul	2.238	748	1.192	28	270
AIPS 2	1.154	467	522	18	147
AIPS 19	450	62	322	4	62
AIPS 23	634	219	348	6	61
Oeste	7.320	3.940	2.245	561	574
AIPS 14	2.895	1.637	870	240	148
AIPS 18	1.452	819	403	99	131
AIPS 27	633	246	193	101	93
AIPS 31	779	464	236	17	62
AIPS 39	1.561	774	543	104	140

Fonte: Tabulação do NESPC com base nos microdados do NUPESP/ISP.

Nota: * Roubo de carga, roubo de carga combustível, roubo parcial de carga.

A distribuição espacial dos delitos de roubos não ocorre de modo equitativo pela cidade. Fica clara essa desproporcionalidade quando se observa a análise das ocorrências por tipo de roubo, ocorridas no ano de 2003 na cidade do Rio de Janeiro. Verifica-se que 57% dos roubos cometidos foram de veículos,

enquanto 29% foram os roubos de transeunte. Roubos de carga e no interior dos coletivos somados representam 13% do total de roubos.

A incidência por tipo de roubo ocorre de forma diferenciada dentre as regiões. No Centro e na zona Sul, detecta-se a maior incidência de roubo a transeunte (53%) do que de roubo de veículo (29% e 33%). Já nas regiões Norte e Oeste, a incidência de roubo de veículo (63% e 53%) prevalece sobre roubo a transeunte (24% e 31%).

Tabela 3 – Distribuição dos roubos por tipo, segundo AISP – Município do Rio de Janeiro – 2003

Região	Total	Tipos de roubo contra o patrimônio 2003			
		Veículos	Transeunte	Carga*	Interior Coletivo
Registros de Roubo					
TOTAL.....	37.917	21.717	11.030	2.573	2.597
Centro.....	2.629	766	1.405	179	279
Norte.....	25.730	16.263	6.188	1.805	1.474
Sul.....	2.238	748	1.192	28	270
Oeste.....	7.320	3.940	2.245	561	574
% por tipo de roubo					
TOTAL.....	100,0	57,3	29,1	6,8	6,8
Centro.....	100,0	29,1	53,4	6,8	10,6
Norte.....	100,0	63,2	24,0	7,0	5,7
Sul.....	100,0	33,4	53,3	1,3	12,1
Oeste.....	100,0	53,8	30,7	7,7	7,8
% por Região					
TOTAL.....	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Centro.....	6,9	3,5	12,7	7,0	10,7
Norte.....	67,9	74,9	56,1	70,2	56,8
Sul.....	5,9	3,4	10,8	1,1	10,4
Oeste.....	19,3	18,1	20,4	21,8	22,1
Média por dia					
TOTAL.....	103,9	59,5	30,2	7,0	7,1
Centro.....	7,2	2,1	3,8	0,5	0,8
Norte.....	70,5	44,6	17,0	4,9	4,0
Sul.....	6,1	2,0	3,3	0,1	0,7
Oeste.....	20,1	10,8	6,2	1,5	1,6

Fonte: Tabulação do NESPC com base nos microdados do NUPESP/ISP.

Nota: * Roubo de carga, roubo de carga combustível, roubo parcial de carga.

4.1.1. TAXA DE ROUBO POR 100 MIL HABITANTES

Uma medida relativa clássica de roubo é a taxa de roubo por 100 mil habitantes, calculada pela quantidade de roubo sobre a população dos bairros

de abrangência de cada AIPS¹⁶. Com a taxa de roubo em cada AIPS, calcula-se a taxa média de roubo na cidade do Rio de Janeiro.

$$taxa_AISP_j = \frac{Roubo\ AIPS_j}{População\ AISP_j}$$

$$taxa_média = \frac{\sum_{i=1}^{18} taxa_AISP_i}{18}$$

A Tabela 4 apresenta as taxas de roubo por AIPS. A taxa média de roubo por 100 mil habitantes na cidade do Rio é 1.155,58, ou seja: para cada 100 mil habitantes, cerca de 1.156 habitantes, em média, foram roubados em 2003.

As AISP com taxa de roubo acima da média da cidade são: AISP 5 (Santo Cristo, Saúde, Gamboa), AISP 13 (Centro), AISP 3 (RA's Méier e Inhaúma), AISP 4 (São Cristóvão, Mangueira, Caju), AISP 9 (RA Madureira, RA Pavuna e RA Irajá) e AISP 22 (Ramos, Bonsucesso, Mangueiros e Maré). As outras possuem taxa abaixo da média da cidade.

No apêndice 1 apresentamos a relação entre as AISPS, Regiões Administrativas e Bairros.

As AIPS com menores taxa de roubo por 100 mil habitante são as AISP 19 (Leme, Copacabana), AISP 23 (Leblon, Lagoa, Ipanema, São Conrado) e AIPS 27 (Paciência, Santa Cruz e Sepetiba). As AISP com maior taxa de roubo por 100 mil

¹⁶ Segundo Peixoto e outros (2004), a taxa de crime por 100 mil habitantes é uma medida extensamente difundida na literatura internacional como a mais sensível na demonstração deste tipo de fenômeno.

habitante são AISP 5(Santo Cristo, Gaboa, Saúde), AISP 3 e AIPS 4 (São Cristóvão,Mangueira, Caju).

Tabela 4 – Taxa Anual de Roubo por 100.000 habitantes, segundo AISP – Município do Rio de Janeiro – 2003

Região / AISP	2003		
	Roubo	Pop(100.000)	Taxa de Roubo
Centro	2.629	1,77	1.488,7
AISP 1	977	1,23	794,4
AISP 5	1.087	0,19	5.688,4
AISP 13	565	0,34	1.639,2
Norte	25.730	25,40	1.013,1
AISP 3	5.855	4,87	1.202,4
AISP 4	873	0,65	1.349,1
AISP 6	2.499	3,36	743,9
AIPS 9	8.652	7,96	1.087,5
AIPS 16	3.818	4,24	899,5
AISP 17	1.638	2,10	779,5
AISP 22	2.395	2,22	1.079,6
Sul	2.238	6,43	347,8
AIPS 2	1.154	2,54	454,4
AIPS 19	450	1,68	268,5
AIPS 23	634	2,22	285,8
Oeste	7.320	24,32	301,0
AIPS 14	2.895	8,23	351,9
AIPS 18	1.452	5,01	290,1
AIPS 27	633	3,16	200,6
AIPS 31	779	2,11	369,2
AIPS 39	1.561	5,82	268,3
		média=>	986,2

Fonte: Tabulação do NESPC com base nos microdados do NUPESP/ISP.

Analisando as taxas de roubo por 100 mil habitantes por tipo de roubo (Tabela 5) , observa-se que:

- **Roubo de Veículos**: As AISP com maior incidência de roubo de veículos por 1000 habitantes são as da Região Norte, principalmente a AIPS 3 que engloba as Regiões Administrativas de Inhaúma, Méier e Jacarezinho. A menor incidência de roubo de veículos se dá na região Sul, provavelmente devido ao maior policiamento nestas regiões.
- **Roubo à Transeunte**: A maior incidência de roubo à transeunte por habitante encontra-se no centro da Cidade do Rio de Janeiro. Detalhadamente, na AIPS 5 que engloba os bairros da região Portuária: Santo Cristo, Gamboa e Saúde e na AISP 13 que é o centro da cidade. As menores taxas encontra-se na região oeste, região com menor aglomeração de pessoas.
- **Roubo de Carga**: Este tipo de roubo por habitante ocorre com maior intensidade nos bairros da região Portuária, região de acesso às principais vias de ligação intermunicipal da Cidade tais como Av. Brasil, as Linhas Vermelha e Amarela e à Ponte Rio-Niterói. A região oeste é a região com menor taxa deste tipo de delito.
- **Roubo no interior de coletivo**: Ocorre com maior intensidade na AISP 5 (bairros da região Portuária), AISP 22 (RA Ramos e RA Maré), e na AISP 4 (bairros do Caju, Mangueira e São Cristóvão).

Tabela 5 – Taxa Anual de Roubo por 100.000 habitantes, por tipo de roubo segundo AISP – Município do Rio de Janeiro – 2003

ÁREA	AISP	Taxas de Roubo por 100 mil habitantes			
		Veículos	Transeunte	Carga	Interior coletivo
Centro	AISP 1	439,9	210,0	61,0	84
	AISP 13	191,5	1.265,0	81	102
	AISP 5	832,1	3.721,0	398	738
Norte	AIPS 16	622,2	144,0	90	42
	AIPS 9	682,6	272,0	54	78
	AISP 17	541,1	160,0	43	35
	AISP 22	654,5	230,0	86	109
	AISP 3	803,2	267,0	100	32
	AISP 4	568,7	457,0	175	148
	AISP 6	393,8	287,0	32	31
Oeste	AIPS 14	199,0	106	29	18
	AIPS 18	163,6	81	20	26
	AIPS 27	78,0	61	32	29
	AIPS 31	219,9	112	8	29
	AIPS 39	79,8	41	3	11
Sul	AIPS 19	37,0	192	2	37
	AIPS 2	183,9	206	7	58
	AIPS 23	98,7	157	3	27

Fonte: Tabulação do NESPC com base nos microdados do NUPESP/ISP.

Vamos agora sofisticar o estudo de roubo com a sobreposição de análises (territorial e temporal). Para tanto, vamos calcular a taxa média de roubo de cada AIPS e ano, e a variação da taxa de roubo por AISP. Após o cálculo da média, divide-se as AIPS em dois grupos de análise por meio da comparação da taxa de roubo por 100 mil habitantes média de cada AISP, dividindo as AISP acima da média (representadas com um * na tabela 6) com as abaixo da média. Feita a separação das AIPS por grupo, utiliza-se a variação da taxa de roubo para construção do mapa. Assim, podemos verificar quais as AIPS que estão

acima da média da cidade em taxa de roubo por 100 mil habitantes e sua tendência de crescimento, se é alta ou baixa.

Neste contexto, verifica-se que as AIPS 6 (Praça da Bandeira, Tijuca, Alto da Boa Vista, Vila Isabel, Andaraí, Grajaú), AIPS 1 (Cidade Nova, Estácio, Catumbi, Rio Comprido, Santa Tereza) e AIPS 18 (RA Jacarepaguá), apesar de ter taxas de roubo abaixo da média da cidade, possuem crescimento da taxa em 2004 acima de 20%.

$$taxa_média_j = \frac{taxa_AISP_{j2003} + taxa_AISP_{j2004}}{2}$$

$$variação_AISP_j = \frac{taxa_AIPS_{j2004} - taxa_AISP_{j2003}}{taxa_AISP_{j2003}}$$

$$média = \frac{\sum_{j=1}^{18} taxa_média_j}{18}$$

Tabela 6 – Taxa Anual de Roubo por 100.000 habitantes, segundo AISP – Rio de Janeiro – 2003-2004

Região / AISP	taxa de roubo por 100 mil		variação	taxa média de roubo no período
	2003	2004		
Centro	1.488,7	1.833,4	23,2%	1.661,1
AISP 1	794,4	982,2	23,6%	888,3
AISP 5	5.688,4	6.851,4	20,4%	6.269,9*
AISP 13	1.639,2	2.156,2	31,5%	1.897,7*
				0,0
Norte	1.013,1	1.130,2	11,6%	1.071,7
AISP 3	1.202,4	1.198,4	-0,3%	1.200,4*
AISP 4	1.349,1	2.094,5	55,3%	1.721,8*
AISP 6	743,9	935,7	25,8%	839,8
AIPS 9	1.087,5	1.295,7	19,1%	1.191,6*
AIPS 16	899,5	979,8	8,9%	939,7
AISP 17	779,5	662,7	-15,0%	721,1
AISP 22	1.079,6	1.117,3	3,5%	1.098,4*
				0,0
Sul	347,8	364,7	4,9%	356,3
AIPS 2	454,4	492,9	8,5%	473,7
AIPS 19	268,5	277,4	3,3%	273,0
AIPS 23	285,8	283,5	-0,8%	284,6
				0,0
Oeste	301,0	312,7	3,9%	306,9
AIPS 14	351,9	349,6	-0,7%	350,7
AIPS 18	290,1	348,2	20,0%	319,1
AIPS 27	200,6	223,9	11,6%	212,3
AIPS 31	369,2	295,9	-19,8%	332,6
AIPS 39	268,3	285,9	6,6%	277,1
			média=>	1.071,8

Fonte: Tabulação do NESPC com base nos microdados do NUPESP/ISP.

OBS: * AISP com taxa de roubo acima da média

Média ponderada da cidade do Rio de Janeiro = 1.071,8 por 100 mil habitantes

Quadro 1 – Interpretação da taxa de crescimento de roubo por AISP 2003-2004

Descrição / AIPS	Taxa de roubo no período 2003-2004		
	Média do período (T)	Variação	Situação
Taxa Média da cidade do Rio de Janeiro (MRJ)	1.071,8		
AISP com taxa média (T) < (MRJ)			
AIPS 31	332,6	-19,8%	decrecendo
AIPS 17	721,1	-15,0%	decrecendo
AIPS 23	284,6	-0,8%	decrecendo
AIPS 14	350,7	-0,7%	decrecendo
AIPS 19	273,0	3,3%	crescendo de 1 a 19% no período
AIPS 39	277,1	6,6%	crescendo de 1 a 19% no período
AIPS 2	473,7	8,5%	crescendo de 1 a 19% no período
AIPS 16	939,7	8,9%	crescendo de 1 a 19% no período
AIPS 27	212,3	11,6%	crescendo de 1 a 19% no período
AIPS 18	319,1	20,0%	crescendo acima de 20% no período
AISP 1	888,3	23,6%	crescendo acima de 20% no período
AISP 6	839,8	25,8%	crescendo acima de 20% no período
AISP com taxa média (T) > (MRJ)			
AISP 3	1.200,4	-0,3%	decrecendo
AISP 22	1.098,4	3,5%	crescendo de 1 a 19% no período
AIPS 9	1.191,6	19,0%	crescendo de 1 a 19% no período
AISP 5	6.269,9	20,4%	crescendo acima de 20% no período
AISP 13	1.897,7	31,5%	crescendo acima de 20% no período
AISP 4	1.721,8	55,3%	crescendo acima de 20% no período

Fonte: Tabulação do NESPC com base nos microdados do NUPESP/ISP.

4.1.2. QUOCIENTE LOCACIONAL DE CRIMINALIDADE

O quociente locacional de criminalidade (LQC) também é muito utilizado na literatura do crime. O LQC é calculado da seguinte forma (Carcach e Muscat)

$$LQC_{jc} = \frac{\frac{N_{jc}}{\sum_j N_{jc}}}{\frac{c}{\sum_j \sum_c N_{jc}}}$$

onde: j=AISP c=tipo de roubo N_{jc} é o registro de roubo tipo c na AISP j.

O índice LQC possui vantagens e desvantagens. O problema deste indicador é que ele não considera a população residente, ou seja, o tamanho da região onde houve o roubo. Por isso, faz-se a análise também da taxa de incidência por habitante, que foi realizada no item anterior. Entretanto, a vantagem é que mostra as regiões onde a incidência daquele tipo de delito é desproporcionalmente maior do que a incidência da cidade como um todo ($LQC > 1$). A Tabela 7 apresenta o LQC por tipo de roubo e a seguir a análise da tabela.

Roubos de carga acontecem com maior intensidade nas AIPS 27 (composta pelos bairros de Paciência, Santa Cruz e Sepetiba), AISP 4 (bairros do Caju, Mangueira e São Cristóvão) e AISP 16 (os bairros que compõem a RA

Penha, Complexo do Alemão e o bairro de Olaria). A região com menor incidência de roubo de carga com relação à cidade como um todo é a região sul das AISP 19 (bairros Leme e Copacabana), AISP 23 (bairros da RA Lagoa e Rocinha) e AISP 2 (bairros da RA Botafogo).

Já roubo no interior de coletivo ocorre com duas vezes mais intensidade nas AISP 27 (bairros de Paciência, Santa Cruz e Sepetiba) e AISP 19 (bairros Leme e Copacabana). A área de menor intensidade é a AISP 3 (composta pelos bairros das RA Inhaúma, Jacarezinho e Méier).

Roubo a transeunte ocorre com duas vezes mais intensidade nas regiões do centro da cidade (AISP 13) e da Portuária (AISP 5) e também nos bairros do Leme e Copacabana (AISP 19). Todas as regiões citadas são as que tem maior movimento de pessoas, seja devido ao trabalho ou ao lazer. A região mais segura para se andar à pé no município do Rio de Janeiro é a da AISP 16 (RA da Penha e do Bairro Olaria) cuja intensidade deste tipo de delito é a metade da observada na cidade. Entretanto, a área da AISP 16 é uma das áreas com maior intensidade de roubo de veículo (LQC=1,20) na cidade, junto com a AISP 17 (RA Ilha do Governador). A região com menor intensidade de roubo de veículo é a AISP 13 (Centro do Rio).

Tabela 7 – Quociente Locacional de Criminalidade (LQC) por tipo de roubo segundo Área e AISP- Município do Rio de Janeiro – 2003

Tipo de Roubo							
Carga		Interior de coletivo		Transeunte		Veículo	
AISP	LQC	AISP	LQC	AISP	LQC	AISP	LQC
AISP 27	2,38	AISP 27	2,17	AISP13	2,67	AISP 17	1,20
AISP4	1,93	AISP 19	2,03	AISP 19	2,48	AISP16	1,20
AISP16	1,50	AISP5	1,91	AISP5	2,27	AISP3	1,16
AISP3	1,25	AISP2	1,88	AISP 23	1,90	AISP9	1,09
AISP14	1,24	AISP4	1,62	AISP2	1,57	AISP 22	1,05
AISP 22	1,19	AISP1	1,55	AISP6	1,34	AISP 31	1,03
AISP1	1,15	AISP 22	1,49	AISP4	1,17	AISP 39	1,03
AISP5	1,04	AISP 23	1,42	AISP 27	1,06	AISP14	0,98
AISP 18	1,02	AISP 18	1,33	AISP 31	1,05	AISP 18	0,98
AISP 17	0,83	AISP 31	1,17	AISP 39	1,05	AISP1	0,96
AISP9	0,75	AISP 39	1,17	AISP14	1,04	AISP6	0,92
AISP13	0,74	AISP9	1,06	AISP 18	0,96	AISP4	0,73
AISP6	0,64	AISP13	0,91	AISP1	0,91	AISP2	0,70
AISP 31	0,33	AISP14	0,75	AISP9	0,87	AISP 27	0,67
AISP 39	0,33	AISP16	0,70	AISP3	0,77	AISP 23	0,60
AISP2	0,23	AISP 17	0,67	AISP 22	0,74	AISP5	0,25
AISP 23	0,14	AISP6	0,62	AISP 17	0,71	AISP 19	0,24
AISP 19	0,13	AISP3	0,39	AISP16	0,56	AISP13	0,20

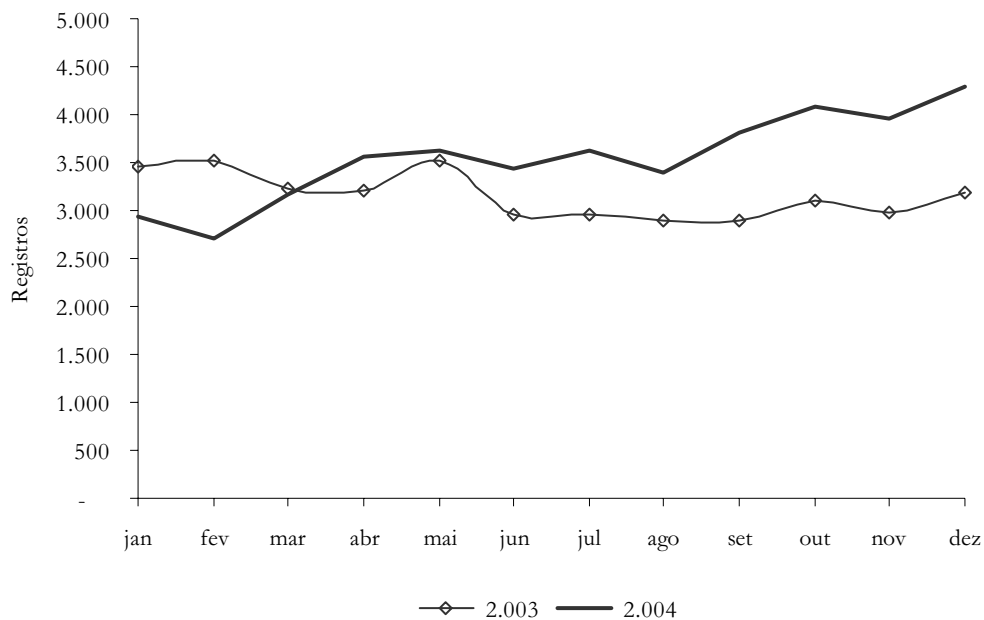
Fonte: Tabulação do NESPC com base nos microdados do NUPESP/ISP.

Após a análise do LQC podemos concluir que não existe uma área na cidade do Rio de Janeiro onde ocorrem com maior intensidade e conjuntamente todos os tipos de roubo incluídos neste trabalho. Os bairros de Leme e Copacabana (AISP 19) são onde ocorrem, com o dobro de intensidade com relação à cidade, os roubos a transeunte e no interior de coletivo.

4.2. ANÁLISE TEMPORAL

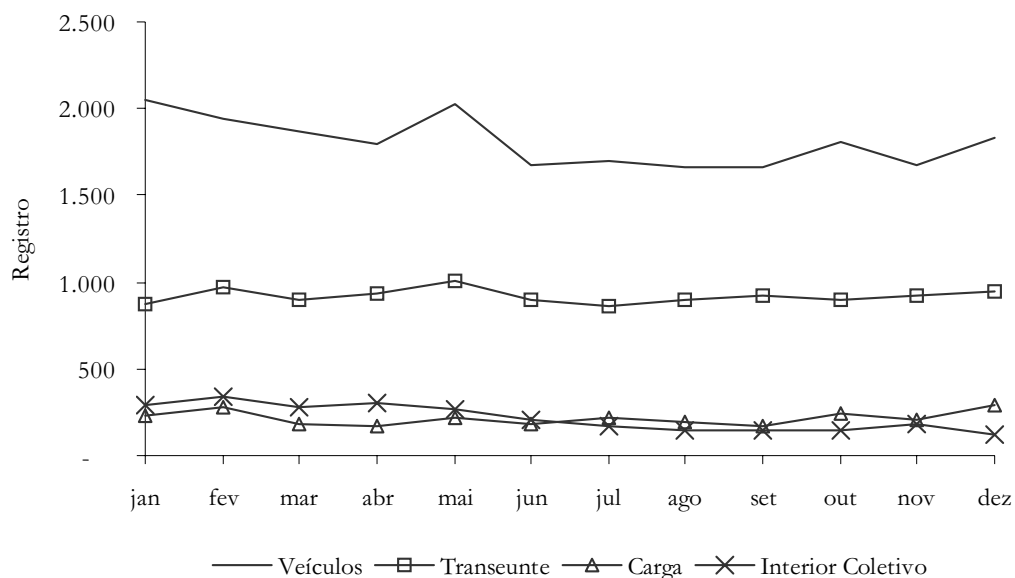
A análise mensal dos registros de roubo na cidade do Rio de Janeiro apresenta uma tendência linear em 2003 e uma leve tendência de crescimento em 2004. Roubos de veículo, em 2003, tiveram dois picos: um em maio e outro em outubro.

Gráfico 4 - Roubos por mês – Cidade do Rio de Janeiro – 2003 e 2004



Fonte: Tabulação do NESPC com base nos microdados do NUPESP/ISP.

Gráfico 5 – Tipo de Roubo por mês – Cidade do Rio de Janeiro - 2003



Fonte: Tabulação do NESPC com base nos microdados do NUPESP/ISP.

A partir de setembro, os roubos na cidade do Rio de Janeiro tiveram uma tendência crescente de cerca de 33% por mês. Os roubos a transeuntes tiveram um aumento acima de 62% nos três últimos meses do ano de 2004 comparado a 2003. E os registros de roubos no interior de coletivo mais do que dobrou nos quatro últimos meses do ano de 2004 comparado ao de 2003. Daí a tendência crescente do total de roubos de 2004 em comparação à 2003.

Tabela 8 – Registros de Roubo por mês – cidade do Rio de Janeiro – 2003-2004

Mês	Total Roubos		
	2003	2004	Variação
jan	3.449	2.942	-15%
fev	3.529	2.705	-23%
mar	3.236	3.169	-2%
abr	3.213	3.563	11%
mai	3.523	3.623	3%
jun	2.958	3.434	16%
jul	2.949	3.623	23%
ago	2.896	3.398	17%
set	2.896	3.816	32%
out	3.100	4.089	32%
nov	2.981	3.964	33%
dez	3.187	4.293	35%
	37.917	42.619	12%

Fonte: Tabulação do NESPC com base nos microdados do NUPESP/ISP.

Tabela 9 – Registros de Roubo de Veículo e Transeunte por mês – cidade do Rio de Janeiro – 2003-2004

Mês	Veículos			Transeunte		
	2003	2004	Variação	2003	2004	Variação
Jan	2.057	1.827	-11%	874	809	-7%
Fev	1.942	1.519	-22%	967	871	-10%
mar	1.866	1.818	-3%	903	932	3%
Abr	1.798	1.930	7%	940	1.187	26%
mai	2.024	2.083	3%	1.009	1.058	5%
Jun	1.679	1.878	12%	893	1.067	19%
Jul	1.700	1.951	15%	861	1.160	35%
Ago	1.667	1.676	1%	894	1.311	47%
Set	1.666	1.926	16%	920	1.318	43%
Out	1.811	1.978	9%	903	1.493	65%
nov	1.672	1.843	10%	920	1.491	62%
Dez	1.835	1.885	3%	946	1.638	73%
	21.717	22.314	3%	11.030	14.335	30%

Fonte: Tabulação do NESPC com base nos microdados do NUPESP/ISP.

Tabela 10 - Registros de Roubo de Carga e Interior Coletivo por mês – cidade do Rio de Janeiro – 2003-2004

Mês	Carga			Interior Coletivo		
	2003	2004	Variação	2003	2004	Variação
Jan	226	185	-18%	292	121	-59%
Fev	284	175	-38%	336	140	-58%
mar	186	254	37%	281	165	-41%
Abr	167	270	62%	308	176	-43%
mai	221	328	48%	269	154	-43%
Jun	177	285	61%	209	204	-2%
Jul	214	240	12%	174	272	56%
Ago	192	152	-21%	143	259	81%
Set	168	202	20%	142	370	161%
Out	237	252	6%	149	366	146%
nov	211	273	29%	178	357	101%
Dez	290	434	50%	116	336	190%
	2.573	3.050	19%	2.597	2.920	12%

Fonte: Tabulação do NESPC com base nos microdados do NUPESP/ISP.

Em todos os tipos de roubos observados em 2003 e 2003, houve uma diminuição dos delitos no início do ano, sendo que roubo no interior do coletivo a queda estendeu-se até maio. Entretanto, houve um aumento significativo deste tipo de delito a partir de setembro, quase dobrando a incidência em dezembro.

5. FATORES EXPLICATIVOS

O objetivo desta seção é verificar a existência da relação entre roubo e outras variáveis explicativas. Vamos medir a associação entre as taxas de roubo e as variáveis sócio-econômicas para auxiliar o “entendimento” do processo de roubo na cidade do Rio de Janeiro.

Os registros de roubo, como vimos na seção 1 deste trabalho, estão organizados em AISP. Para realizar a associação entre roubo e outras variáveis explicativas, tivemos que agrupar as variáveis sócio-econômicas disponíveis por bairro em AISP, considerando os bairros da circunscrição. Assim, todas as variáveis são observadas por AIPS. Estes dois conjuntos de dados (registros de roubo e variáveis explicativas) possuem são referentes às 18 áreas geográficas (AISPS).

Com o agrupamento dos bairros nas AISP, nos livramos da autocorrelação espacial devido ao fato de que as observações dos bairros vizinhos tendem a ser mais similares do que de áreas mais distantes.

Para verificar a existência da relação entre as variáveis, utilizaremos o coeficiente de correlação de Pearson. Entretanto, antes da análise de associação, é necessário vasculhar os dados quanto à presença de dados destoantes ou outliers que podem causar desvios no coeficiente e perturbar a análise.

5.1. DADOS DISCREPANTES

Valores extremos de um conjunto de dados podem dar uma idéia errônea da relação entre as variáveis e podem distorcer estatísticas das variáveis e conseqüentemente, das conclusões que se podem fazer sobre os dados. Esses valores extremos são denominados dados “aberrantes”, “discrepantes”, “atípicos” ou “outliers”.

O método de identificação destes valores extremos é através de um gráfico chamado boxplot ou “caixa de bigodes”. Este gráfico representa as estatísticas descritivas que não são influenciadas pelos valores extremos, tais como a mediana, o quartil 1, o quartil 3 e o desvio interquartil. Os dados discrepantes serão representados no boxplot por um asterisco (*).

As variáveis que serão representadas no boxplot são as taxas de roubo por 100 mil habitantes, dispostas na Tabela 11 e os gráficos estão a seguir.

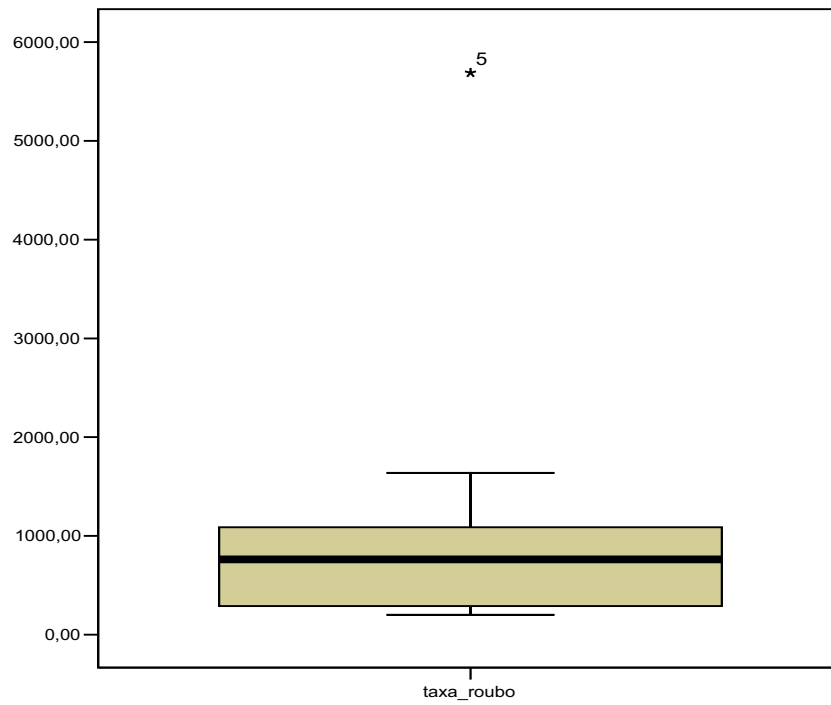
Tabela 11 – Taxas de roubo por 100 mil habitantes, por tipo de roubo segundo as AIPS – 2003

Observação	AISP	Taxas de roubo por 100 mil habitantes				Taxa_coletivo
		taxa_roubo	taxa_veículos	taxa_transeunte	taxa_carga	
1	AISP 1	794,4	439,9	210	61	84
2	AIPS 2	454,4	183,9	206	7	58
3	AISP 3	1.202,4	803,2	267	100	32
4	AISP 4	1.349,1	568,7	457	175	148
5	AISP 5	5.688,4	832,1	3.721	398	738
6	AISP 6	743,9	393,8	287	32	31
7	AIPS 9	1.087,5	682,6	272	54	78
8	AISP 13	1.639,2	191,5	1.265	81	102
9	AIPS 14	351,9	199,0	106	29	18
10	AIPS 16	899,5	622,2	144	90	42
11	AISP 17	779,5	541,1	160	43	35
12	AIPS 18	290,1	163,6	81	20	26
13	AIPS 19	268,5	37,0	192	2	37
14	AISP 22	1.079,6	654,5	230	86	109
15	AIPS 23	285,8	98,7	157	3	27
16	AIPS 27	200,6	78,0	61	32	29
17	AIPS 31	369,2	219,9	112	8	29
18	AIPS 39	268,3	79,8	41	3	11

Fonte: Tabulação do NESPC com base nos microdados do NUPESP/ISP.

A seguir, os boxplots gerados pelo software SPSS versão 12.0:

Gráfico 6 – Boxplot da taxa de roubo





NESPC

Núcleo de Estudos sobre Segurança e Política Criminal

Gráfico 7 – Boxplot da taxa de roubo de veículos

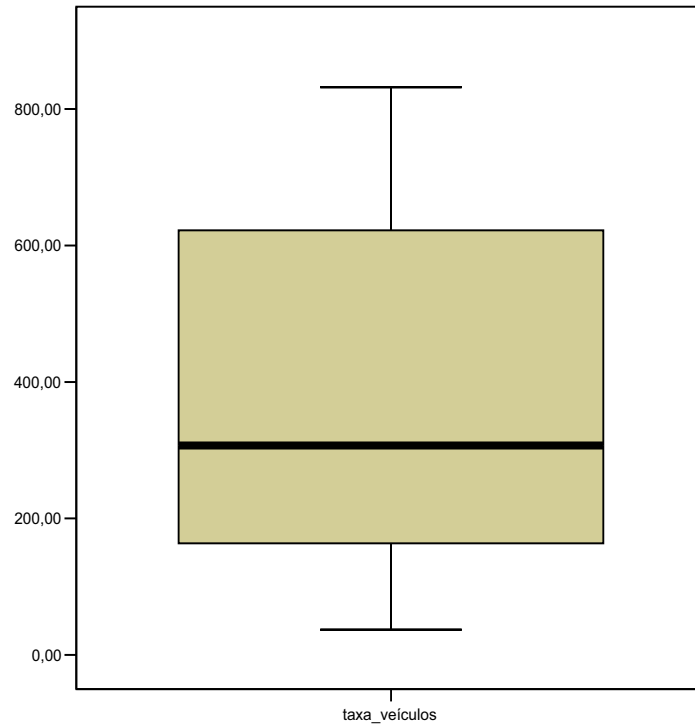


Gráfico 8 – Boxplot da taxa de roubo de transeunte

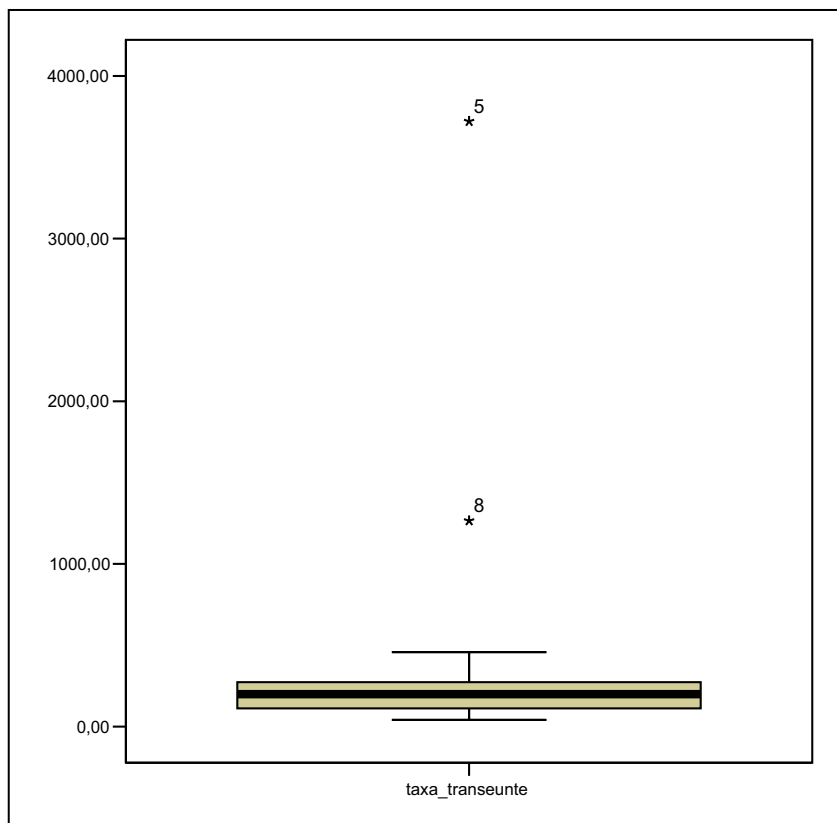
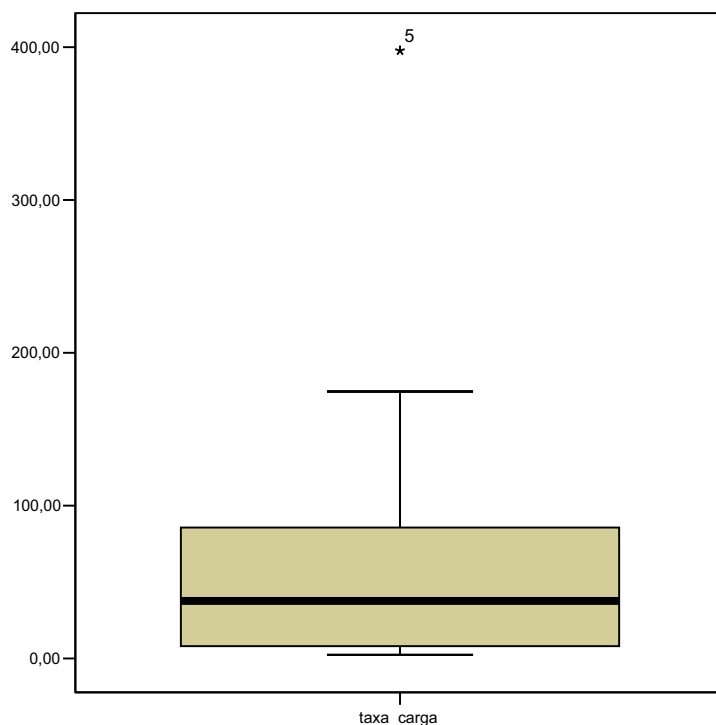


Gráfico 9 – Boxplot da taxa de roubo no interior de coletivo



Observe que a observação 5 (AISP 5 - RA Portuária) apareceu representada por um asterisco (*) nos boxplots da taxa de carga, coletivo e roubo em geral (Gráficos 3, 5 e 6), indicando que a taxa de roubo por 100 mil habitantes desta AISP é muito alta, destoando das demais. Já o boxplot da taxa de roubo de transeunte (Gráfico 5), além da observação 5, a observação 8 (AISP 13) também está destoando das demais. A AISP 13 compreende o Centro da Cidade do Rio de Janeiro.

Estas AISP não serão incluídas na análise de associação de cada tipo de roubo que se inicia a seguir. Então, o número de observações (AISPs) incluídas em

cada tipo de roubo são: roubo de veículo (n=18), roubo de carga, coletivo e roubo em geral (n=17) e roubo a transeunte n=16.

5.2. AS VARIÁVEIS EXPLICATIVAS

Devido à necessidade de se ter os dados desmembrados por bairro para posterior agrupamento por AISP, as variáveis explicativas foram limitadas às variáveis disponíveis pelo IBGE coletadas pelos Censos Demográficos e de outras pesquisas onde se faz um Censo e não uma amostra. Esta é uma limitação desta pesquisa.

A seguir, um pequeno resumo das variáveis explicativas utilizadas para medir associação com o roubo e a justificativa de sua inclusão:

Taxa_Urb – Taxa de urbanização – calculada como o % de domicílios que possuem lixo coletado diretamente. A fonte é o IBGE – Censo Demográfico de 2000. Esta variável representa o grau de urbanização da região e conseqüentemente, a presença do Estado refletida no serviço de coleta direta e nas ruas asfaltadas onde pode passar o caminhão de coleta de lixo.

Média_renda_per – Renda média per capita – A renda per capita é calculado a partir da soma das rendas de todos que trabalham num domicílio dividido pelo número de pessoas no domicílio. Medida em reais (R\$), representa com quanto dinheiro cada um do domicílio sobrevive por mês. Foi calculada através do

Convênio IPP/IUPERJ/IPEA e FJP-MG para o cálculo do IDH por bairro. Para o cálculo por AISP, foi considerado média da renda per capita dos bairros que compõem a AISP.

%20sm+ - % de chefes de domicílio que ganham 20 salários-mínimos ou mais – É um indicador do grau de desigualdade de renda da AISP. Quanto maior for o % de pessoas com 20 sm ou mais, maior será o grau de desigualdade de renda da região. A fonte dos dados é o IBGE – Censo Demográfico 2000.

Homens 15-19anos – Representa o % de homens jovens, entre 15 e 19 anos. Regiões com maior intensidade de jovens são as regiões mais pobres. E representamos apenas os homens porque são eles que, na maioria das vezes, cometem os delitos. Dados retirados do Censo Demográfico de 2000 do IBGE.

Instru_média, Taxa_freq_escolar e taxa_alf_adultos – Variáveis que representam a instrução da população. A instrução média foi calculada a partir dos anos de estudo do indivíduo. A taxa de frequência escolar representa o % das pessoas estão freqüentando a escola e a taxa de alfabetização de adultos representa a instrução dos adultos da região. As taxas foram retiradas do site Armazém dos dados e foram calculadas por Convênio IPP/IUPERJ/IPEA e FJP-MG para o cálculo do IDH por bairro. Para efeito das AISP, foram calculadas as taxas médias.

Dens_liq – Densidade líquida – Representa o volume de pessoas por m². Reis (2000) indica que os crimes contra o patrimônio possuem uma relação significativa com a densidade demográfica e com o grau de urbanização da região.

IM_NRES – Imóveis não residenciais – Variáveis proxy do número de estabelecimentos comerciais que representa o movimento de pessoas e o volume de atividade econômica na região. Dados do Censo Demográfico de 2000.

Polícia_hab – Polícia militar por habitante – Variável que mostra a razão do efetivo de policiais por habitante. Os dados foram retirados do Anuário Estatístico da Cidade do Rio de Janeiro de 1198 e a fonte é a Polícia Militar, Assessoria de Planejamento, Orçamento e Modernização.

ICMS – Arrecadação estimada do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e Serviços – ICMS, extraído do Anuário Estatístico da Cidade do Rio de Janeiro de 1998 e a fonte dos dados é a Secretaria de Estado de Fazenda.

IDH-Médio – Variável calculada por bairro para o Convênio IPP/IUPERJ/IPEA e FJP-MG para o cálculo do IDH. Esta variável é calculada a partir da expectativa de vida da população, da renda per capita e da escolarização.

5.3. GRAU DE ASSOCIAÇÃO

O coeficiente de correlação de Pearson é uma medida de associação linear entre duas variáveis quantitativas (suponha X e Y) e é calculado por:

$$\text{corr}(X, Y) = \frac{1}{n} \sum_{i=1}^n \left(\frac{X_i - \bar{X}}{DP(X)} \right) \left(\frac{Y_i - \bar{Y}}{DP(Y)} \right)$$

onde DP(X) e DP(Y) representa o desvio-padrão de X e de Y respectivamente.

O coeficiente de correlação varia de -1 a 1 inclusive. Quanto mais próximo de 1 o coeficiente estiver, mais próximo de uma reta com inclinação positiva estão os dados de X e Y. Quanto mais próximo de -1 o coeficiente estiver, mais próximo de uma reta com inclinação negativa estão os dados de X e Y. Quanto mais próximo de zero estiver o coeficiente, não existe associação linear entre as variáveis.

Além do cálculo do coeficiente, faz-se um teste de hipótese onde se testa se:

Hipótese nula : $\text{corr}=0$ (não existe associação) H_0

Hipótese alternativa: $\text{corr}\neq 0$ (existe associação) H_1

Com o grau de significância (também chamado de p-valor) apresentado na Tabela 12, compara-se com o nível de significância do teste, fixado em 5% e então teremos a conclusão do teste de associação.

Se o p-valor for menor ou igual a 0,05, Rejeitamos a hipótese nula. Logo aceita-se a hipótese alternativa tendo evidências de que existe associação entre as variáveis.

Se o p-valor for maior do que 0,05, Aceitamos a hipótese nula e teremos evidência de que não existe associação entre as variáveis.

Com as variáveis com maior coeficiente de correlação e significativas ao nível 5% (indicadas em **negrito** na Tabela 12) , faremos uma análise sucinta com cada tipo de roubo a seguir.

Tabela 12 – Coeficiente de Correlação de Pearson e graus de significância

Variáveis	taxa_veículos		taxa_coletivo		taxa_transseunte		taxa_carga		taxa_roubo	
	coeficiente	p-valor	coeficiente	p-valor	coeficiente	p-valor	coeficiente	p-valor	coeficiente	p-valor
Taxa_Urb	-0,381	0,118	0,256	0,322	0,253	0,345	0,083	0,752	0,222	0,392
Media_renda_per	-0,474	0,047	-0,234	0,366	0,017	0,950	-0,522	0,032	-0,362	0,153
%20sm+	-0,444	0,065	-0,317	0,215	-0,086	0,752	-0,546	0,023	-0,435	0,081
% Homens 15-19anos	0,206	0,411	-0,308	0,230	-0,341	0,196	0,042	0,873	-0,274	0,287
Instru_media	-0,412	0,090	-0,292	0,255	0,034	0,899	-0,516	0,034	-0,253	0,327
Taxa_freq_escolar	-0,397	0,103	-0,143	0,584	0,180	0,506	-0,365	0,150	-0,088	0,738
Taxa_alf_adultos	-0,239	0,340	-0,181	0,487	0,129	0,635	-0,331	0,195	0,017	0,948
Dens_liq	-0,033	0,897	0,032	0,902	0,334	0,206	-0,151	0,562	-0,048	0,855
IM_NRES	-0,155	0,538	0,230	0,374	0,143	0,597	0,107	0,683	0,534	0,027
IM_RES	0,003	0,990	-0,489	0,047	0,000	0,999	-0,278	0,281	-0,156	0,551
policia_hab	0,279	0,262	0,533	0,028	0,604	0,013	0,323	0,206	0,578	0,015
ICMS	0,197	0,434	0,583	0,014	0,224	0,405	0,423	0,091	0,618	0,008
IDH_médio	-0,331	0,180	-0,102	0,697	0,181	0,502	-0,359	0,157	-0,063	0,809

Fonte: Tabulação do NESPC com base nos microdados do NUPESP/ISP.

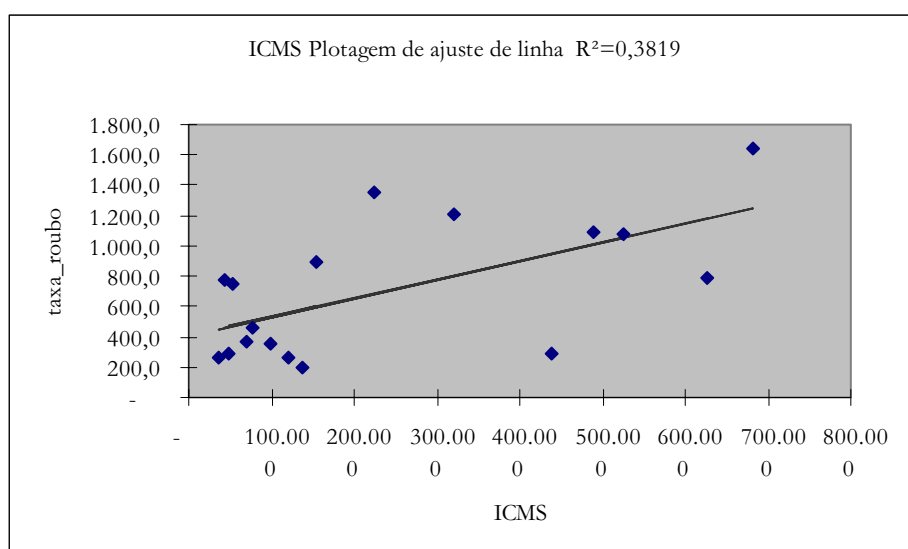
5.3.1 – ROUBOS EM GERAL

Roubos em geral mantêm uma correlação bastante significativa com variáveis que representam a atividade econômica da região, tais como volume de ICMS arrecadado ($\text{corr}=0,618$, Tabela 12) e número de imóveis não residenciais ($\text{corr}=0,534$, Tabela 12) . Apresenta também uma correlação positiva com relação ao número de policiais por habitantes.

Cerca de 38,19%¹⁷ da variação das taxas de roubo é explicada somente pela variável ICMS. A taxa de roubo é positivamente correlacionada com o ICMS (Gráfico 10).

No apêndice 2 apresentamos um resumo dos resultados do ajuste de linha (regressão linear) obtidos pelo software Excel.

Gráfico 10 – Taxa de Roubo por 100 mil habitantes e ICMS



¹⁷ Coeficiente de determinação (R^2). Mede a contribuição das variáveis independentes para explicar as taxas de roubo (variável dependente). O R^2 varia de 0 a 1.

As AISP onde possuem o maior relação roubo por habitantes são aquelas que possuem o maior efetivo de policiais por habitante, que são as AISP do Centro e da Portuária¹⁸. Vale a pena lembrar que neste estudo e com a técnica utilizada de regressão e correlação linear, não estamos definimos uma relação de causalidade e sim de dependência, de relação.

No Gráfico 11 observa-se que o ponto mais extremo, que representa a AISP 13 (Centro), é o que possui a maior taxa de roubo por 100 mil habitantes e também a maior taxa de polícia por habitante. O outro ponto mais extremo é a AISP 4 que compreende os bairros do Caju, Mangueira e São Cristóvão. A AISP 13 (Centro) também se destaca na relação com os imóveis não residenciais (Gráfico 12).

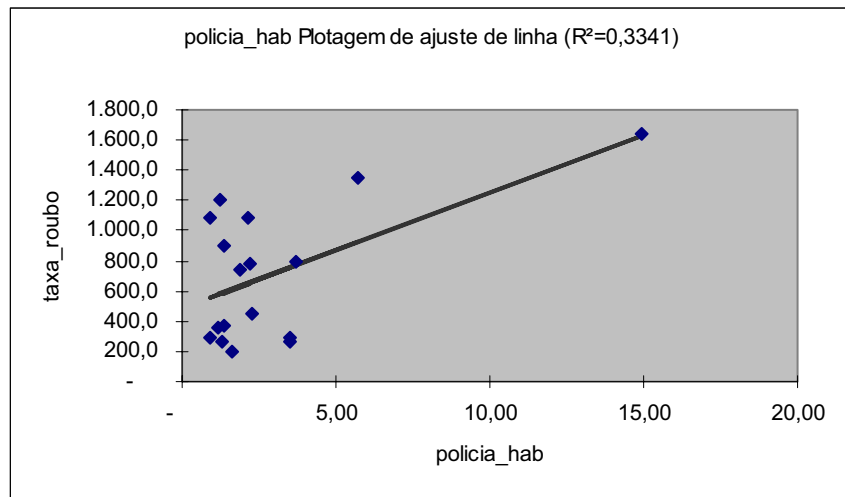
¹⁸ Um caso clássico é um trabalho que verificou que nas cidades nas quais havia maior incidência de incêndios, havia também maior número de bombeiros, o que levou o pesquisador a concluir que eram os bombeiros que atearam fogo nos locais, com o intuito de valorizar sua profissão.



NESPC

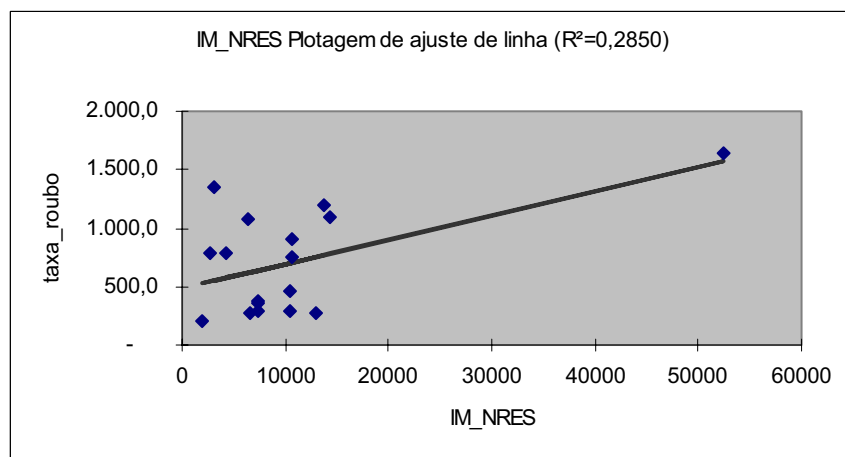
Núcleo de Estudos sobre Segurança e Política Criminal

Gráfico 11 – Taxa de Roubo por 100 mil habitantes e polícia por habitante



Fonte: Tabulação do NESPC com base nos microdados do NUPESP/ISP.

Gráfico 12 – Taxas de Roubo por 100 mil habitantes e imóveis não residenciais



Fonte: Tabulação do NESPC com base nos microdados do NUPESP/ISP.

Uma vez demonstrada a relação entre a taxa de roubo e as variáveis explicativas, vamos estimar a contribuição de cada uma delas para explicar o delito. Como o R^2 da regressão simples foi maior na variável ICMS, espera-se que

esta variável contribua mais para explicar a taxa do que as outras variáveis. Para verificar a contribuição marginal de cada variável explicativa, utilizaremos a técnica da Análise da Variância (ANOVA), que calcula o SQR (soma dos quadrados da regressão) . O SQR mede a variação da variável dependente (taxa de roubo) que é explicada pelas variáveis independentes e não por causas aleatórias. Primeiro regredimos a taxa de roubo com as variáveis que mais contribuem para explicá-lo e depois retiramos uma variável de cada vez e a redução na SQR mostra o quanto a variável omitida contribui para explicar a variável dependente. Assim, verifica-se que dentre as variáveis, a que mais contribui para explicar a taxa de roubo é o ICMS, sendo seguida pela relação polícia habitante.

Tabela 13 – Contribuição Marginal das variáveis explicativas na taxa de roubo

Variável	SQR	Contribuição	Contribuição marginal
sem ICMS	1.084.592	474.036	83,1%
sem IM_NR	1.552.042	6.586	1,2%
sem polícia-hab	1.469.012	89.616	15,7%
todas	1.558.628	570.238	100,0%

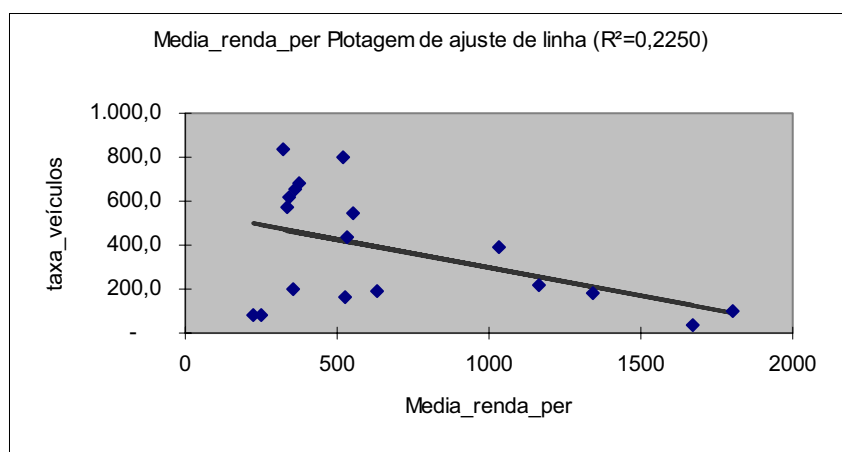
Fonte: Tabulação do NESPC com base nos microdados do NUPESP/ISP.

5.3.2 – ROUBOS DE VEÍCULOS

Existe relação inversamente proporcional entre as taxas de roubo de veículos e a renda das pessoas da região. No capítulo anterior verificamos que a

região que possui a maior taxa de roubo de veículos por 100 mil habitantes é a região norte, onde as pessoas possuem nível mais baixo de renda e também pouco grau de urbanização (indicadores de subdesenvolvimento).

Gráfico 13 – Taxa de roubo de veículo por 100 mil habitantes e renda média per capita



Fonte: Tabulação do NESPC com base nos microdados do NUPESP/ISP.

5.3.3 – ROUBOS NO INTERIOR DE COLETIVO

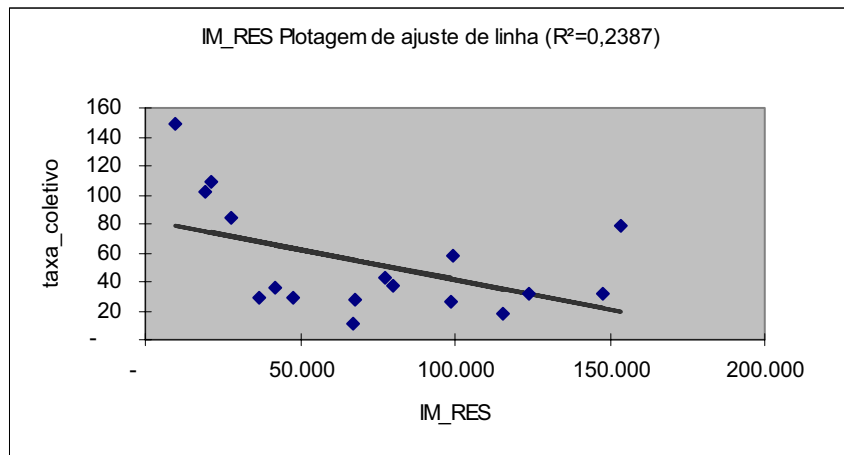
Roubo no interior de coletivo está relacionado diretamente com o nível de atividade econômica da região (medido aqui pelo ICMS) e pela quantidade de policiais por habitante. Verificamos que as regiões que possuem maior relação de policiais por habitante foram as da Portuária e Centro e são as que possuem também maior incidência de roubo de coletivo. Este delito é negativamente correlacionado com o número de imóveis residenciais, confirmando a relação com a atividade econômica.



NESPC

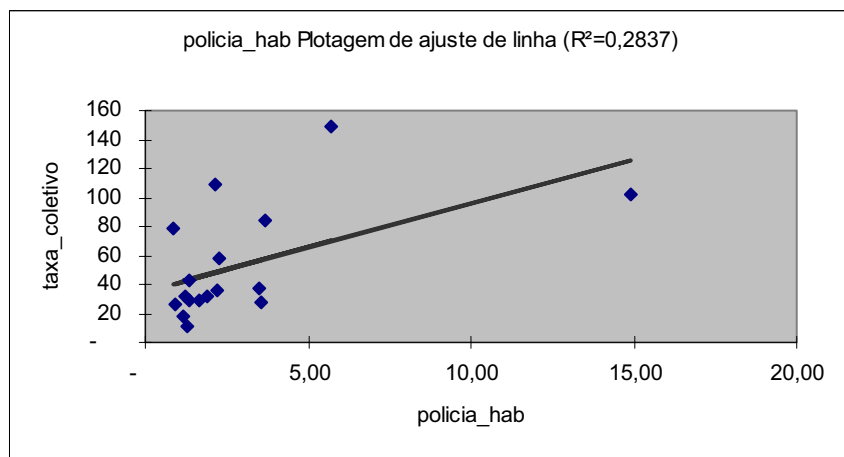
Núcleo de Estudos sobre Segurança e Política Criminal

Gráfico 14 – Taxas de roubo interior coletivo e imóveis residenciais



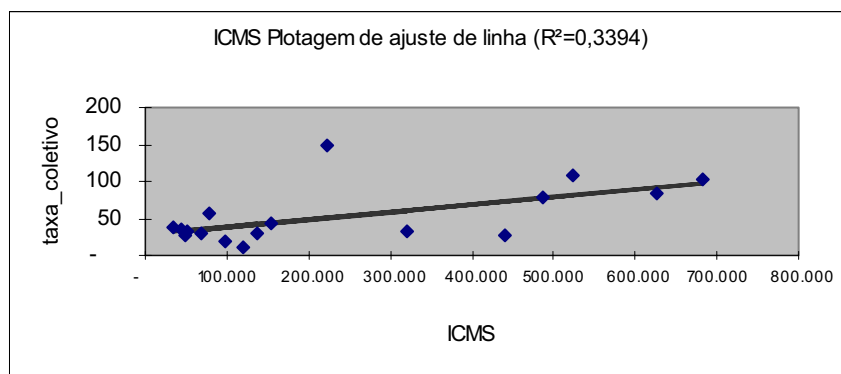
Fonte: Tabulação do NESPC com base nos microdados do NUPESP/ISP.

Gráfico 15 – Taxas de roubo interior coletivo e polícia por habitante



Fonte: Tabulação do NESPC com base nos microdados do NUPESP/ISP.

Gráfico 16 – Taxas de roubo interior coletivo e polícia por habitante



Fonte: Tabulação do NESPC com base nos microdados do NUPESP/ISP.

Dentre estas variáveis, a que mais contribui para explicar as taxas de roubo no interior de coletivo é o ICMS sendo seguido pela região com maior intensidade de imóveis residenciais.

Tabela 14 – Contribuição marginal das variáveis explicativas nas taxas de roubo no interior de coletivo

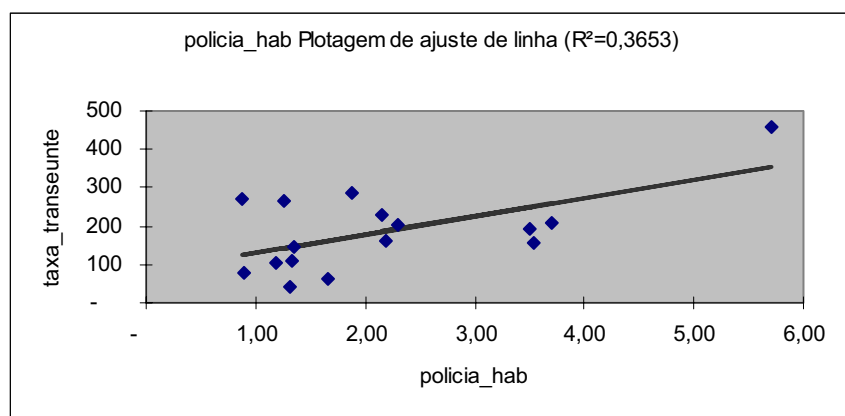
Variável	SQR	Contribuição	Contribuição marginal
sem ICMS	8.177	3.632	61,8%
sem IM_RES	9.977	1.832	31,2%
sem polícia-hab	11.401	409	7,0%
Todas	11.809	5.873	100,0%

Fonte: Tabulação do NESPC com base nos microdados do NUPESP/ISP.

5.3.4 – ROUBOS A TRANSEUNTE

A taxa de roubo a transeunte está positivamente correlacionado com a taxa de policiais por habitante. A observação que mais se destaca no gráfico é referente à região no Centro da Cidade.

Gráfico 17 – Taxas de roubo a transeunte e polícia por habitante



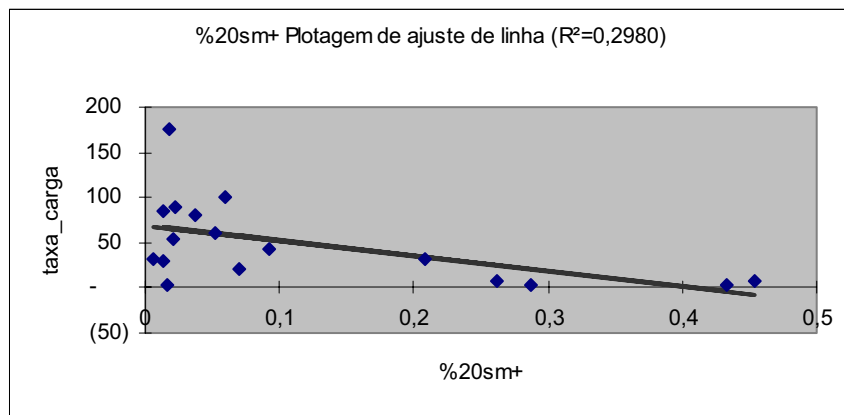
Fonte: Tabulação do NESPC com base nos microdados do NUPESP/ISP.

5.3.5 – ROUBOS DE CARGA

A taxa de roubo de carga está negativamente correlacionada com a instrução média da população e com a renda, ou seja, com os indicadores de subdesenvolvimento. Como estas variáveis estão diretamente correlacionadas entre si, não podemos analisar o efeito contributivo marginal de cada uma delas.

Escolhemos, então, a variável com maior coeficiente de correlação de Pearson que foi a variável % de 20 sm ou mais (Veja na tabela 12).

Gráfico 18 – Taxas de roubo a carga e % de pessoas com renda superior a 20 sm



Fonte: Tabulação do NESPC com base nos microdados do NUPESP/ISP.

6. PERCEPÇÃO DO CRIME

6.1 – PERFIL DOS ENTREVISTADOS

Durante o processo de coleta dos dados procurou-se representar o conjunto da população do Rio de Janeiro em termos de sua composição segundo o sexo, faixa etária e a escolaridade. A distribuição dos entrevistados segundo estas variáveis apresentou-se como se segue.

Tabela 15 - Entrevistados segundo o Sexo¹⁹

Sexo	%
Homem	45,5
Mulher	54,4
Total	100,0

Fonte: NESPC/Databrasil.

Tabela 16 - Entrevistados segundo a Faixa etária

Faixa de idade	%
16 a 24 anos	20,7
25 a 34 anos	20,7
35 a 49 anos	28,3
49 e mais	30,3
Total	100,0

Fonte: NESPC/Databrasil.

¹⁹ Os resultados dos dados apresentados nesse relatório correspondem às tabulações das respostas válidas, também, podem não totalizar exatamente 100,0%, em virtude do critério de arredondamento das casas decimais realizado pelo software de estatística.

Tabela 17 - Entrevistados segundo o Estado civil

Estado Civil	%
Solteiro	41,4
Casado/amigado	44,0
Separado/divorciado	7,1
Viúvo	7,5
NS/NR	0,1
Total	100,0

Fonte: NESPC/Databrasil.

Tabela 18 - Entrevistados segundo o Nível de instrução

Nível de Instrução	%
Até primário (0, 1ª a 4ª série)	25,1
1º Grau (5ª a 8ª série)	23,8
2o. Grau (1ª a 3ª série)	29,2
Superior (completo/incompleto)	21,9
Total	100,0

Fonte: NESPC/Databrasil.

Tabela 19 - Entrevistados segundo o termo que melhor descreve a sua Cor

Cor	%
Branco	48,4
Pardo	33,9
Preto	16,2
Índio	0,9
Amarelo	0,2
NS/NR	0,5
Total	100,0

Fonte: NESPC/Databrasil.

Tabela 20 - Entrevistados segundo com quem mora

Moradia	%
Família	86,6
Amigos	3,2
Sozinho	9,8
NS/NR	0,4
Total	100,0

Fonte: NESPC/Databrasil.

Tabela 21 - Entrevistados segundo o tipo de moradia

Tipo de Moradia	%
Casa	65,3
Apartamento	32,0
Outro tipo de moradia	2,6
NS/NR	0,1
Total	100,0

Fonte: NESPC/Databrasil.

Tabela 22 - Entrevistados segundo a condição da moradia

Condição da moradia	%
Própria	69,9
Própria, financiando	1,8
Alugada	23,4
Cedida	4,2
Outra	0,6
NS/NR	0,1
Total	100,0

Fonte: NESPC/Databrasil.

Tabela 23 - Entrevistados segundo se a moradia é localizada perto de alguma favela

Moradia perto de favela	%
Não	43,0
Sim	56,8
NS/NR	0,2
Total	100,0

Fonte: NESPC/Databrasil.

Tabela 24 - Entrevistados segundo se o lugar onde moram é considerado favela ou não

É considerado favela?	%
Não	73,7
Sim	26,1
NS/NR	0,2
Total	100,0

Fonte: NESPC/Databrasil.

Tabela 25 - Entrevistados segundo a renda familiar em abril (em SM)

Renda Familiar	%
Ate 1 SM	10,5
Mais de 1 SM ate 3 SM	40,5
Mais 3 SM ate 5 SM	16,7
Mais de 5 SM ate 10 SM	15,1
Mais de 10 SM ate 20 SM	7,7
Mais de 20 SM	1,8
NS/NR	7,7
Total	100,0

Fonte: NESPC/Databrasil.

6.2 – ESPAÇO PÚBLICO E SEGURANÇA

Neste bloco estaremos analisando as implicações da violência sobre os espaços públicos, entendidos aqui como um espaço

“... . protect the rights of user groups. They are accessible to all groups and provide for freedom of action but also for temporary claim and ownership. A public space can be a place to act more freely ... ”²⁰

No processo de escolha dos locais de coleta de entrevista, de modo a compor os dez estratos do município do Rio de Janeiro, foram escolhidos 248 pontos entre praças e ruas consideradas como sendo logradouros públicos de grande fluxo de transeuntes, objetivando desse modo cobrir, de forma coerente, as dezoito áreas integradas de segurança pública que compõem a cidade.

O centro da cidade se caracteriza pela impessoalidade e pela frieza nas relações sociais estabelecidas entre aqueles que, cotidianamente, transitam por suas ruas e praças. Tal tensionamento nos contatos entre os transeuntes é devido, em grande parte, pelas complexas redes de interações criadas e mantidas pelos membros das distintas subculturas, que ocupam as ruas e praças do centro da cidade. Nesse ponto, poderíamos apontar como sendo dois os elementos mais

²⁰ Ver Carr et. alli (1992:19-20).

importantes no entendimento do porquê do aumento do crime e as taxas de urbanização, são o fato do centro da cidade ser o amalgama de dois mundo: por um lado, o “market place”²¹ apontado por Weber, por aglutinar em sua áreas centrais as principais atividades econômicas da cidade, e, concomitantemente, é o mundo dos “estrangeiros”²², em função da impessoalidade no trato entre aqueles que trabalham nessas áreas ou por aquelas pessoas que circulam esporadicamente por ele.

No que se refere aos bairros e favelas, estes são locais predominantemente residenciais, nas quais as relações entre os moradores são próximas e menos tensas. Entretanto, nas áreas consideradas de favela, temos a presença de um forte elemento perturbador: a presença do tráfico de drogas, estabelecido em grande número de comunidades que, influenciará negativamente tanto no processo interativo entre os moradores quanto na livre circulação pelos espaços públicos destes locais.

Quanto à questão da violência e do medo nos grandes centros urbanos, muito se tem discutido no campo das ciências sociais a respeito de como produzir indicadores confiáveis de criminalidade. Em qualquer esfera da administração pública brasileira, é fácil reconhecer que não há qualquer sistemática na produção de indicadores, impedindo a análise e a orientação das políticas

²¹ Weber (1966).

²² Simmel (1980).

públicas. Mas os indicadores de criminalidade têm uma relação no mínimo problemática com a produção da sensação de segurança.

A diminuição no número de crimes produziria um aumento na percepção social da ordem pública? Pelo menos nos níveis de incidência criminal que conhecemos hoje, é razoável pensar que seria necessário uma variação bastante acentuada para ser percebida pela sociedade. Isso sem considerar o efeito inercial das experiências, onde por um longo tempo as pessoas teriam a memória de ocorrências desagradáveis. A suposição inversa parece que vai se tornando cada vez mais atraente para os planejadores da segurança pública: um aumento na sensação de segurança poderia ter um impacto significativo na redução dos próprios índices de criminalidade.

Por trás desta teoria, está um reconhecimento da vinculação desta sensação de segurança com a forma como se estrutura o espaço público. A materialidade da ordem se transformaria em ordem propriamente dita. Produzir segurança – e aqui voltamos aos aspectos não policiais da questão – seria oferecer um espaço urbano ordenado, o que talvez possa ser associado à qualidade de vida. Em vez da ação segregacionista que vinha prevalecendo, expressa em grades e condomínios fechados, uma intervenção de caráter mais amplo oferecendo iluminação, conservação de prédios, presença do poder público que atinja áreas carentes da cidade.

A seguir são apresentados os resultados enfocando a percepção do entrevistado, no que tange a violência cotidiana e seus impactos sobre a livre circulação entre os espaços públicos na cidade do Rio de Janeiro.

- a) avaliação do entrevistado sobre a violência;
- b) freqüência no transitar pelo local;
- c) sentir seguro inseguro ao transitar no local onde foi entrevistado;
- d) sentir seguro inseguro ao transitar pelas ruas e praças do bairro e da cidade .

A preocupação com a violência entre os entrevistados não se constitui em questão recente entre os residentes na cidade do Rio de Janeiro, pelo contrário é tema candente e recorrente, com uma longa história no cotidiano do carioca. Em sondagem de opinião realizada em 1992, o grau de preocupação dos entrevistados perfaziam 70,4% de muita preocupação, em relação à preocupação individual com a violência²³. Em 2003, a soma dos percentuais *muito grande* e *grande* apresentam crescimento nos valores para 86. Entretanto, em nossa última pesquisa, observa-se o decréscimo em 4 pontos percentuais. Ainda, assim, podemos avaliar como alto o grau de preocupação com a violência.

Tabela 26 - Preocupação do(a) entrevistado(a) com a violência

Preocupação	2003	2005
Muito grande	56,8	36,0
Grande	29,6	45,8
Média	8,6	10,3
Pequena	3,7	6,5
Muito pequena	1,3	1,1
NS/NR	-	0,2
Total	100,0	100,0

Fonte: NESPC/Databrasil.

²³ Ver Databrasil, 1992.

Tabela 27 - Nível de Preocupação do(a) entrevistado(a) com a violência, por estrato

Estrato	Muito grande	Grande	Média	Pequena	Muito pequena	NS/NR	Total
Centro	30,1	54,7	7,9	6,5	0,8	-	100,0
Norte I	31,9	53,3	7,6	6,3	1,0	-	100,0
Norte II	48,7	29,8	9,4	10,5	1,6	-	100,0
Norte III	49,5	39,3	8,6	2,1	0,5	-	100,0
Norte IV	49,0	36,1	9,7	3,9	1,3	-	100,0
Norte V	37,4	42,1	14,1	4,5	1,3	0,5	100,0
Oeste I	30,8	53,5	8,6	6,5	0,5	-	100,0
Oeste II	39,8	44,2	7,3	7,9	0,8	-	100,0
Oeste III	18,6	63,0	8,1	8,9	1,3	-	100,0
Sul	32,6	42,3	16,2	6,8	1,3	0,8	100,0

Fonte: NESPC/Databrasil.

De modo geral, os entrevistados apresentam elevado percentual de circulação entre os locais onde foram entrevistadas, as soma das opções *frequentemente* e *sempre* é igual a 86%. O mesmo ocorre internamente entre os estratos, onde se sobressaem os estratos sul e centro, 82,9% e 75,2% respectivamente, áreas de grande afluxo devido ao fato de alise desenvolverem grande atividades comerciais e lazer.

Tabela 28 - Com que frequência, o(a) Sr.(a) costuma passar por aqui, este local ?

	2003	2005
Sempre	57,5	64,4
Freqüentemente	21,5	21,6
Às vezes	12,9	10,4
Raramente	7,8	3,3
Nunca	0,2	-0,2
NS/NR	-	0,2
Total	100,0	100,0

Fonte: NESPC/Databrasil.

Tabela 29 - Com que frequência, o(a) Sr.(a) costuma passar por aqui, este local

Estrato	Sempre	Freqüentemente	Às vezes	Raramente	Nunca	NS/NR	Total
Centro	75,2	15,7	6,5	2,6	-	-	100,0
Norte I	49,6	33,4	12,8	3,9	-	0,3	100,0
Norte II	59,4	30,1	7,3	2,9	0,3	-	100,0
Norte III	52,2	33,6	12,1	1,8	-	0,3	100,0
Norte IV	67,3	12,3	16,8	3,4	0,3	-	100,0
Norte V	72,0	16,8	8,1	3,1	-	-	100,0
Oeste I	42,7	43,2	11,0	3,1	-	-	100,0
Oeste II	75,1	10,7	9,2	4,5	-	0,5	100,0
Oeste III	51,6	27,7	15,2	5,0	0,5	-	100,0
Sul	82,9	8,1	6,6	1,6	0,5	0,3	100,0

Fonte: NESPC/Databrasil.

A insegurança em se movimentar pelo local em que esta sendo entrevistado é patente entre os cidadãos que opinaram sobre esta questão. Um fato chama a atenção, quando o resultado é desagregado por estratos: os

pontos de coleta localizados nas áreas da oeste II e III, despontam como sendo os locais de maiores percentuais de segurança para o transeunte entrevistado, enquanto o centro e oeste I assumem a frente dentre os espaços mais inseguros na opinião dos entrevistados.

Tabela 30 - Quando anda por aqui, neste local, o(a) Sr.(a) se sente seguro ou inseguro

Segurança	2003	2005
Muito seguro	2,0	1,8
Seguro	34,5	43,6
Mais ou menos seguro	23,3	26,6
Inseguro	33,3	25,8
Muito inseguro	6,9	2,1
NS/NR		0,2
Total	100,0	100,0

Fonte: NESPC/Databrasil.

Tabela 31 - Quando anda por aqui, neste local, o(a) Sr.(a) se sente seguro ou inseguro, por estrato

Estrato	Muito Seguro	Seguro	Mais ou menos Seguro	Inseguro	Muito Inseguro	NS/NR	Total
Centro	0,3	29,2	17,0	47,8	5,5	0,3	100,0
Norte I	1,6	32,1	28,2	32,1	5,7	0,3	100,0
Norte II	2,1	39,8	17,5	33,2	6,8	0,5	100,0
Norte III	1,6	33,2	34,8	28,5	1,8	-	100,0
Norte IV	2,1	34,6	28,3	29,1	5,8	0,3	100,0
Norte V	1,6	28,3	23,6	38,7	7,9	-	100,0
Oeste I	1,8	23,6	27,8	41,2	5,2	0,3	100,0
Oeste II	0,8	53,4	18,8	23,8	3,1	-	100,0
Oeste III	1,3	43,5	18,6	33,8	2,9	-	100,0
Sul	2,9	35,2	25,2	28,3	8,4	-	100,0

Fonte: NESPC/Databrasil.

Um dos elementos fundamentais da cidadania, o direito de ir e vir com segurança pela cidade, é colocado sob cheque ao se observar o cruzamento das perguntas “quando anda por aqui, neste local, o(a) Sr (a) se sente seguro ou inseguro” versus “quando anda pelas ruas e praças, o(a) Sr.(a) se sente seguro ou inseguro” , nesse momento a opinião dos entrevistados, quanto ao sentimento de segurança / insegurança se mostra com clareza. Seja qual for o espaço público de coleta, bairro ou cidade, a opção se sentir *inseguro* é a mais apontada por 35,8% e 48% em 2003 ao passo que em 2005 teremos 32,1% e 50,7% respectivamente para os quesitos. Observa-se que a insegurança no local de moradia pequena queda , ao passo que a cidade apresenta um acréscimo de 2,7 pontos percentuais

A soma de *inseguro* mais *muito inseguro* aponta respectivamente 37,6% para os espaços públicos nos bairros e 67,2% na cidade. Essa percepção, corrobora mais uma vez, a idéia de que o desconhecido – a cidade – é mais inseguro que o conhecido – o bairro.

Os moradores do estrato oeste III são os que mais se consideram seguros em transitar por ruas e praças de seus bairros, ao passo que estes locais do centro da cidade, como esperado, são os seus próprios moradores como os mais seguros em caminhar por suas vias de circulação, em segundo temos os residentes no estrato norte II.

Tabela 32 - Quando anda pelas ruas e praças perto de onde mora, o(a) Sr.(a) se sente seguro ou inseguro

Nível	2003	2005
Muito seguro	2,3%	1,7
Seguro	30,0%	36,7
Mais ou menos seguro	22,8%	23,8
Inseguro	35,8%	32,1
Muito inseguro	9,2%	5,5
NS/NR	-	0,1
Total	100,0%	100,0%

Fonte: NESPC/Databrasil.

Tabela 33 - Quando anda pelas ruas e praças perto de onde mora, o(a) Sr.(a) se sente seguro ou inseguro ?

Estrato	Muito Seguro	Seguro	Mais ou menos Seguro	Inseguro	Muito Inseguro	NS/NR	Total
Centro	0,3	29,2	17,0	47,8	5,5	0,3	100,0
Norte I	1,6	32,1	28,2	32,1	5,7	0,3	100,0
Norte II	2,1	39,8	17,5	33,2	6,8	0,5	100,0
Norte III	1,6	33,2	34,8	28,5	1,8	-	100,0
Norte IV	2,1	34,6	28,3	29,1	5,8	0,3	100,0
Norte V	1,6	28,3	23,6	38,7	7,9	-	100,0
Oeste I	1,8	23,6	27,8	41,2	5,2	0,3	100,0
Oeste II	0,8	53,4	18,8	23,8	3,1	-	100,0
Oeste III	1,3	43,5	18,6	33,8	2,9	-	100,0
Sul	2,9	35,2	25,2	28,3	8,4	-	100,0

Fonte: NESPC/Databrasil.

Tabela 34 - Sentimento de insegurança quando anda pelas ruas e praças do centro do Rio

Grau	2003	2005
Muito seguro	1,8%	2,6
Seguro	10,5%	12,3
Mais ou menos seguro	17,2%	16,0
Inseguro	48,8%	50,7
Muito inseguro	21,6%	16,5
NS/NR		1,8
Total	100,0%	100,0%

Fonte: NESPC/Databrasil.

Tabela 35 – Sentimento de insegurança quando anda pelas ruas e praças do centro do Rio, por estrato

Estrato	Muito Seguro	Seguro	Mais ou Menos Seguro	Inseguro	Muito Inseguro	NS/NR	Total
Centro	0,8	21,4	15,1	54,6	7,0	1,0	100,0
Norte I	2,9	9,2	23,3	48,2	15,2	1,3	100,0
Norte II	3,1	18,8	14,7	46,1	14,1	3,1	100,0
Norte III	2,6	9,7	17,3	50,5	19,1	0,8	100,0
Norte IV	2,9	12,1	16,5	48,8	16,3	3,4	100,0
Norte V	2,1	16,3	18,6	45,4	16,0	1,6	100,0
Oeste I	1,6	9,7	12,8	59,7	14,9	1,3	100,0
Oeste II	2,4	8,1	13,9	58,3	15,2	2,1	100,0
Oeste III	2,1	10,0	11,0	58,8	17,3	0,8	100,0
Sul	3,9	13,6	16,0	43,0	21,3	2,1	100,0

Fonte: NESPC/Databrasil.

6.3 – PERCEPÇÕES DA VIOLÊNCIA E SENTIMENTO DE INSEGURANÇA

Neste bloco buscou-se analisar as percepções que os moradores do Rio de Janeiro possuem do bairro e da cidade em que vivem, comparando-as com a imagem que têm sobre a incidência da violência em diferentes áreas da cidade.

De modo geral, persiste entre os moradores do Rio de Janeiro a satisfação com os bairros onde moram, embora considerem a cidade como um todo violenta. O contraste entre estas visões fica ainda mais perceptível se observamos que os bairros identificados como violentos são sempre o “outro” bairro, e não onde se reside.

As implicações destas visões não devem ser negligenciadas. A população pode levar a adotar comportamentos mais ou menos agressivos em função da sua sensação de insegurança, contribuindo potencialmente para o aumento dos já complexos problemas ligados à segurança pública nestes municípios. Além disso, a percepção da cidade ou de determinados bairros como violentos pode ter como consequência uma progressiva desvalorização e privatização do espaço público, na medida em que crescentes áreas da cidade passam a ser vistas como “vetadas” à circulação de determinados indivíduos.

6.3.1. OPINIÃO SOBRE O BAIRRO EM QUE RESIDE

Este bloco compreende as opiniões dos vários grupos de entrevistados sobre questões relativas a sua área residencial. São destacados vários aspectos e, sobre cada um deles, são assinaladas diferenças e similaridades.

Um conjunto de questões apreendem, no geral:

- e) avaliação do entrevistado sobre o bairro;
- f) o desejo de mudança para outro bairro na mesma cidade;
- g) motivo para mudar do bairro;
- h) bairro desejado para morar
- i) nível de violência existente no local de moradia.

A seguir, os resultados de cada questão apresentada aos entrevistados.

Em pesquisa de 1999, observa-se a satisfação do cidadão carioca em residir em seu bairro, entretanto em 2003, essa condição não é mais considerada tão satisfatória para 13,9% do entrevistados. A recente pesquisa demonstra o crescimento do desejo do carioca em passar a residir em outro bairro.

Por seu turno, aponta também se observa o decréscimo das faixas negativas de avaliação, bem como o acréscimo nas opiniões favoráveis ao seu bairro²⁴.

Tabela 36 – Opinião de morar no bairro

Opinião	1999	2003	2005
Ótimo	18,8	13,9	17,6
Bom	48,9	42,6	48,4
Regular	23,6	29,1	23,6
Ruim	4,5	6,3	4,6
Péssimo	4,3	8,1	5,7
NS/NR	-	-	0,1
Total	100,0	100,0	100,0

Fonte: NESPC/Databrasil.

Dentre aqueles que avaliam positivamente os seus bairros são os moradores dos estratos oeste II e sul.

²⁴ Em dezembro de 1992, sete entre dez entrevistados avaliavam positivamente o bairro onde viviam *muito bom* ou *bom* para morar, conforme Databrasil(1992).

Tabela 37 – Opinião de morara no bairro, por estrato

Estrato	Ótimo	Bom	Regular	Ruim	Péssimo	NS/NR	Total
Centro	10,2	43,9	30,0	6,0	9,7	0,3	100,0
Norte I	11,5	53,0	26,4	4,4	4,4	0,3	100,0
Norte II	10,2	42,1	30,9	6,5	10,2	-	100,0
Norte III	11,0	55,0	25,9	3,1	5,0	-	100,0
Norte IV	14,4	43,0	30,2	5,5	6,8	-	100,0
Norte V	20,5	40,2	27,3	5,2	6,8	-	100,0
Oeste I	11,5	47,1	25,4	6,0	9,9	-	100,0
Oeste II	24,4	55,6	14,4	2,1	3,4	-	100,0
Oeste III	17,6	50,1	22,0	4,2	6,0	-	100,0
Sul	25,7	49,3	17,3	4,7	2,4	0,5	100,0

Fonte: NESPC/Databrasil.

Na comparação entre os três períodos de coleta. Aponta ao final da série a diminuição do ímpeto de se transferir do atual bairro para outra área residencial. Ao passo que entre os dez estratos , aqueles de maior percentual pró mudança é encontrado na oeste II (64,4%)

Tabela 38 - Se pudesse, gostaria de morar em outro bairro ?

	1999	2003	2005
Não	65,0	50,8	55,7
Sim	35,0	49,2	44,3
Total	100,0	100,0	100,0

Fonte: NESPC/Databrasil.

Tabela 39 - Se pudesse, gostaria de morar em outro bairro?

Estrato	Não	Sim	Total
Centro	35,9	64,1	100,0
Norte I	49,2	50,8	100,0
Norte II	47,1	52,9	100,0
Norte III	62,3	37,7	100,0
Norte IV	55,5	44,5	100,0
Norte V	51,3	48,7	100,0
Oeste I	58,9	41,1	100,0
Oeste II	64,4	35,6	100,0
Oeste III	58,1	41,9	100,0
Sul	58,6	41,4	100,0

Fonte: NESPC/Databrasil.

No que se refere ao futuro bairro, almejado pelo entrevistado, observa-se algumas surpresas. A comparação dos resultados entre o resultado das pesquisas, o bairro da Barra da Tijuca continua a manter sua posição de principal objeto de desejo dos entrevistados, obtido inicialmente em 1999. Entretanto, bairros que anteriormente, não ocupavam postos de destaque na pesquisa de 1999, assumem em 2003 papel de destaque, é o caso do bairro de Copacabana, pulando da sexta colocação para a segunda posição, O bairro do Méier posicionado em segundo lugar cai para terceiro, vindo a seguir o bairro do Leblon, que não constava da relação dos mais citados em 1999.

Quanto a 2005, temos Campo Grande (6,5%), Barra da Tijuca (6,3%) Copacabana (6,1%) e a Urca (6,0%) como os quatro principais alvos de desejo daqueles desejosos de se mudarem de bairro.

Tabela 40 - Bairro onde desejaria morar

Bairro	1999	2003	2005
Barra da Tijuca	10,3%	8,0%	6,3
Méier	8,6%	5,3%	5,5
Tijuca	5,2%	3,9%	3,3
Campo Grande	4,5%	6,7%	6,5
Urca	4,1%	3,0%	6,0
Copacabana	4,1%	7,7%	6,1
Ipanema	3,9%	4,4%	5,5
Bangu	2,9%	0,8%	1,7
Ilha do Governador	2,8%	2,4%	*
Leblon	*	5,0%	*
Jacarepaguá	*	4,5%	4,3
Outros	53,6%	48,3%	54,6
Total	100,0%	100,0%	100,0

Fonte: NESPC/Databrasil.

* Não fizeram parte do grupo de bairros mais citados em 1999 e 2005.

Mesmo observando a existência de um alto percentual de aprovação do bairro de residência por parte dos entrevistados (66,0% entre *bom* e *ótimo*) e o percentual de 44,3% dentre aqueles entrevistados que não apresentam o desejo de se mudar para outro bairro, mesmo assim, destaca-se o crescimento da percepção da existência de um nível de violência *grande* e *muito grande* na ordem de 68,7%²⁵.

²⁵ Essa mesma pergunta em 1992 apresentou um percentual de apenas 28,5% dos entrevistados apontando como *grande* e *muito grande* a violência no bairro.

Tabela 41 - O Sr (a) diria que a violência em seu bairro é:

	1999	2003	2005
Muito grande	14,6	31,4	26,6
Grande	18,0	31,2	42,1
Média	36,7	24,6	16,9
Pequena	22,2	11,5	12,7
Muito pequena	8,4%	1,4	0,7
NS/NR	-	-	1,0
Total	100,0	100,0	100,0

Fonte: NESPC/Databrasil.

Tabela 42 - O Sr (a) diria que a violência em seu bairro é:

	Muito Grande	Grande	Média	Pequena	Muito Pequena	NS/NR	Total
Centro	24,6	48,4	14,7	9,9	0,3	2,1	100,0
Norte I	28,3	46,9	15,7	8,1	0,5	0,5	100,0
Norte II	37,2	37,2	10,5	12,3	1,6	1,3	100,0
Norte III	30,4	45,9	15,5	8,1	-	-	100,0
Norte IV	32,5	33,9	19,2	12,9	0,5	1,0	100,0
Norte V	34,0	43,7	17,5	3,7	-	1,0	100,0
Oeste I	22,8	49,0	18,1	8,9	0,8	0,5	100,0
Oeste II	22,3	39,8	17,3	19,1	1,0	0,5	100,0
Oeste III	8,6	44,2	17,8	27,7	1,6	-	100,0
Sul	28,5	38,5	18,8	11,0	0,5	2,6	100,0

Fonte: NESPC/Databrasil.

6.3.2. OPINIÃO SOBRE A CIDADE EM QUE RESIDE

O segundo conjunto de opiniões dos vários grupos de entrevistados compreende questões relativas à cidade de residência. São destacados vários aspectos e, sobre cada um deles, são assinaladas diferenças e similaridades.

Um conjunto de questões apreende, de maneira geral:

- a) a avaliação do entrevistado sobre a cidade;
- b) o desejo de mudança para outra cidade;
- c) cidade onde desejaria morar;
- d) nível de violência em sua cidade.

A seguir, os resultados de cada questão apresentada aos entrevistados.

A cidade do Rio de Janeiro, para 66,1% dos entrevistados, ainda continua sendo um *bom / ótimo* lugar para se morar, valor superior em 15,0% ao encontrado para a pesquisa realizada em 2003.

Nessa nova rodada de pesquisa, verifica-se o constante declínio daqueles cidadãos desejosos de mudarem do Rio de Janeiro, mesmo assim 51,9% declinam a vontade de se transferirem para outra localidade.

Nesse aspecto, os moradores do estrato norte III (59,7%), são aqueles mais propensos a realizarem tal mudança.

Tabela 43 - Na sua opinião, morar na sua cidade é:

	1999	2003	2005
Ótimo	17,4	12,4	19,4
Bom	37,7	36,6	46,7
Regular	23,6	27,4	23,7
Ruim	9,4	7,3	3,9
Péssimo	11,9	16,3	6,2
NS/NR	-	-	0,1
Total	100,0	100,0	100,0

Fonte: NESPC/Databrasil.

Tabela 44 - Na sua opinião, morar na sua cidade é:

	Ótimo	Bom	Regular	Ruim	Péssimo	NS/NR	Total
Centro	18,8	46,3	27,2	2,4	5,2	-	100,0
Norte I	16,2	50,5	22,3	4,7	6,3	-	100,0
Norte II	18,1	46,5	26,0	4,5	4,7	0,3	100,0
Norte III	14,1	51,8	25,7	2,9	5,5	-	100,0
Norte IV	18,1	40,8	26,7	5,2	8,6	0,5	100,0
Norte V	19,7	40,2	26,8	4,5	8,9	-	100,0
Oeste I	14,7	58,5	18,4	3,4	4,7	0,3	100,0
Oeste II	25,5	47,5	18,9	2,9	5,2	-	100,0
Oeste III	17,3	50,7	24,1	2,1	5,8	-	100,0
Sul	23,6	41,5	24,1	5,0	5,8	-	100,0

Fonte: NESPC/Databrasil.

Tabela 45 - Se pudesse, gostaria de morar em outra cidade ?

	1999	2003	2005
Não	60,3	44,7	48,1
Sim	39,7	55,3	51,9
Total	100,0	100,0	100,0

Fonte: NESPC/Databrasil.

Tabela 46 - Na sua opinião, morar na sua cidade é:

	Não	Sim	Total
Centro	43,5	56,5	100,0
Norte I	47,9	52,1	100,0
Norte II	44,2	55,8	100,0
Norte III	40,3	59,7	100,0
Norte IV	45,5	54,5	100,0
Norte V	44,0	56,0	100,0
Oeste I	57,6	42,4	100,0
Oeste II	51,0	49,0	100,0
Oeste III	55,5	44,5	100,0
Sul	46,9	53,1	100,0

Fonte: NESPC/Databrasil.

6.4. PERCEPÇÃO DA VIOLÊNCIA

A percepção do entrevistado sobre a violência em sua cidade é o tema principal deste bloco de perguntas. São destacados vários aspectos e, sobre cada um deles, são assinaladas diferenças e similaridades.

Um conjunto de questões apreende, de maneira geral:

- a) a preocupação com a violência;
- b) bairro mais violento da cidade;
- c) bairro mais tranquilo;
- d) se algum morador da residência sofreu algum tipo de violência;
- e) se o entrevistado sofreu algum tipo de violência;
- f) tipologia das violências sofridas;
- g) mudança na atitude/comportamento devido à violência;
- h) mudanças ocorridas no comportamento;
- i) se conhece alguém que possua arma de fogo;
- j) se o entrevistado possui arma de fogo;

- k) situação do nível da violência nos últimos seis meses;
- l) situação do nível de violência para os próximos seis meses;

A seguir, os resultados de cada questão apresentada aos entrevistados.

No período que separam as três pesquisas aqui arroladas, a opinião do carioca entrevistado tornou-se mais crítica quanto à violência no Rio de Janeiro, passa de 51,3%, em 1999, para 62,6% em 2003 no quesito *muito grande*. Em 2005, temos um decréscimo no quesito *muito grande*, mas ao mesmo tempo há um aumento substancial no quesito *grande* (49,0%).

Tabela 47 - O Sr (a) diria que a preocupação das pessoas com a violência em sua cidade é:

	1999	2003	2005
Muito grande	51,3%	62,6%	43,6
Grande	34,0%	30,7%	49,0
Média	12,1%	3,6%	4,1
Pequena	1,9%	2,4%	2,4
Muito pequena	0,7%	0,8%	0,4
NS/NR	-	-	0,6
Total	100,0%	100,0%	100,0

Fonte: NESPC/Databrasil.

O mesmo se observa em relação a distribuição segundo os estratos, no qual sobressai o norte II por apresentar o maior percentual no quesito *muito grande* de preocupação com a violência na cidade.

Tabela 48 - O Sr (a) diria que a preocupação das pessoas com a violência em sua cidade é:

	Muito Grande	Grande	Média	Pequena	Muito Pequena	NS/NR	Total
Centro	41,4	51,3	3,9	3,4	-	-	100,0
Norte I	43,7	52,4	1,88	1,6	0,5	-	100,0
Norte II	57,1	36,4	3,7	1,8	0,3	0,8	100,0
Norte III	53,4	40,1	5,5	0,5	-	0,5	100,0
Norte IV	52,9	39,8	5,8	1,3	-	0,3	100,0
Norte V	47,5	45,1	3,9	2,6	-	0,8	100,0
Oeste I	40,1	52,9	4,7	2,1	0,3	-	100,0
Oeste II	41,6	51,6	3,4	2,1	1,3	-	100,0
Oeste III	24,1	64,1	6,0	5,0	0,3	0,5	100,0
Sul	43,5	48,7	3,1	2,6	0,3	1,8	100,0

Fonte: NESPC/Databrasil.

É flagrante a preocupação do morador carioca no que tange a violência existente em sua cidade – 81,8% a apontam como *muito grande* e *grande* . Os dados apresentam uma diminuição no quesito *muito grande* e crescimento substancial no quesito *grande* , tendo como parâmetro a pesquisa realizada em 2003.

Tabela 49 - A preocupação do Sr (a) com a violência é:

	1999*	2003	2005
Muito grande	44,3	56,8	36,0
Grande	34,9	29,6	45,8
Média	13,5	8,6	10,3
Pequena	3,2	3,7	6,5
Muito pequena	0,7	1,3	1,1
NS/NR	-	-	0,2
Total	100,0	100,0	100,0

Fonte: NESPC/Databrasil.

* Neste ano, dentre as opções disponíveis ao entrevistado, havia uma denominada “nenhuma preocupação”

Tabela 50 - A preocupação do Sr (a) com a violência é:

	Muito Grande	Grande	Média	Pequena	Muito Pequena	NS/NR	Total
Centro	30,1	54,7	7,9	6,5	0,8	-	100,0
Norte I	31,9	53,3	7,6	6,3	1,0	-	100,0
Norte II	48,7	29,8	9,4	10,5	1,6	-	100,0
Norte III	49,5	39,3	8,6	2,1	0,5	-	100,0
Norte IV	49,0	36,1	9,7	3,9	1,3	-	100,0
Norte V	37,4	42,1	14,1	4,5	1,3	0,5	100,0
Oeste I	30,8	53,5	8,6	6,5	0,5	-	100,0
Oeste II	39,8	44,2	7,3	7,9	0,8	-	100,0
Oeste III	18,6	63,0	8,1	8,9	1,3	-	100,0
Sul	32,6	42,3	16,2	6,8	1,3	0,8	100,0

Fonte: NESPC/Databrasil.

Neste ponto, é necessário especificar cuidadosamente os momentos em que foram aplicados os questionários em nossas pesquisas. Quando da realização da pesquisa de 2003. No mês de maio de, o bairro do Rio Comprido, foi alçado as

primeiras páginas dos jornais, na seção policial, devido ao tiro recebido por uma estudante da Universidade Estácio de Sá em suas dependências, além disso muito se noticiou sobre os constantes confrontos entre grupos de traficantes e policiais na área do Complexo do Alemão.

Dessa maneira, o bairro da Tijuca aparece em primeiro lugar com 18,9% seguido por Bonsucesso com 11,5%. Copacabana, em 1999, tido como o bairro mais violento da cidade, na pesquisa atual .hoje não é mais percebido como sendo violento.

Em nossa última pesquisa, os constantes conflitos ocorridos na Rocinha foram motivos de inúmeras reportagens, que a colocariam em posição proeminente entre os bairros mais violentos na percepção dos moradores do Rio de Janeiro. A influência desses conflitos sobre o seu entorno é sentida a ponto do bairro de São Conrado ser apontado, também, como um foco de violência.

A Tijuca ocupa o segundo lugar na opinião dos entrevistados , e nessa rodada apresenta uma importante inflexão negativa em sua porcentagem (7,7%), em relação à pesquisa de 2003.

Tabela 51 - Na sua opinião, que bairro é o mais violento da sua cidade ?

Bairro	1999	2003	2005
Copacabana	6,5%	1,7%	3,0
Tijuca	5,5%	18,9%	7,7
Centro	5,4%	3,9%	1,7
Jacarezinho	5,0%	1,8%	*
Cidade de Deus	4,8%	2,3%	2,1
Rocinha	4,6%	1,7%	20,3
Santa Cruz	4,5%	0,6%	*
Bonsucesso	3,8%	11,5%	2,5
Favela da Maré	*	4,4%	*
Rio Comprido	*	4,4%	*
Ramos	*	2,9%	*
Penha	*	*	1,8
São Conrado	*	*	1,5
Méier	*	*	1,3
Vila Isabel	*	*	1,3
Outros	51,0%	25,3%	28,0
Todos	8,4%	19,9%	13,2
Nenhum	0,5%	0,7%	0,2
NS/NR	-	-	15,4
Total	100,0%	100,0%	100,0

Fonte: NESPC/Databrasil.

- Estes bairros não constavam entre os 10 mais citados na percepção do cidadão carioca

Não há como negar a atração exercida pelo bairro da Urca sobre os moradores do Rio de Janeiro, Mais uma vez o bairro ocupa posição de destaque entre os possíveis destinos daqueles cariocas desejosos de mudarem de

residência e de bairro. Em 1999 ocupava a segunda colocação muito próxima do primeiro lugar, na rodada de 2003, a Urca é escolhida por 7,8% e em 2005 o percentual sobe para 8,1%. Campo Grande o mais escolhido em 1999, volta a ser bem avaliada em 2005, perfazendo 4,7% das escolhas do bairro mais tranqüilo.

Tabela 52 - Na sua opinião, que bairro é o mais tranqüilo da sua cidade ?

	1999	2003	2005
Campo Grande	7,0	3,1%	4,7
Urca	6,6	7,8%	8,1
Méier	4,3	2,2%	1,6
Barra da Tijuca	4,1	3,1%	4,5
Ilha do Governador	3,5	2,1%	*
Bangu	3,2	1,7%	*
Jacarepaguá	2,7	3,8%	2,8
Copacabana	*	2,4%	1,8
Centro	*	2,1%	*
Leblon	*	2,0%	1,5
Botafogo	*	*	2,3
Jardim Botânico	*	*	1,8
Tijuca	*	*	1,4
Outros	53,6	45,2%	37,1
Nenhum	14,8	24,3%	17,1
Todos	0,2	0,2%	-
NS	-	-	15,3
Total	100,0%	100,0%	

Fonte: NESPC/Databrasil.

* Estes bairros não constavam entre os 10 mais citados na percepção do cidadão carioca

Tal qual nas pesquisas realizadas anteriormente, a percepção da população entrevistada, o desemprego continua sendo, , a maior razão para o crescimento do nível de violência. Do mesmo modo, as atividades ligadas ao tráfico voltam a ocupar, em maior proporção, o segundo posto, a política, mais especificamente os políticos, é considerada inoperantes por não assumirem uma posição mais veemente no trato das questões de segurança pública (7,9%); acesso à educação é apontado por 7,7%.

A polícia é apontada por 7,1% dos entrevistados como causadora da violência em função de vários fatores, dentre os quais se sobressaem a falta de policiamento nas ruas e praças, a falta de segurança, pelos casos de corrupção e atos de violências cometidos por policiais contra a população²⁶.

Tabela 53 - Na sua opinião, qual a principal causa da violência em sua cidade ?

	1999	2003	2005
Desemprego	46,6%	31,8%	32,3
Drogas/tráfico	11,1%	15,5%	11,5
Desigualdade social	9,1%	13,8%	7,4
Educação	7,6%	7,0%	8,8
Falta de vontade política	4,4%	14,3%	7,9
Quebra dos laços com a família / religião	3,5%	3,7%	3,9
Muitas armas	3,1%	0,3%	1,9
Falta de policiamento / corrupção A Polícia / Falta de segurança	2,9%	4,7%	7,1
Outros	11,7%	8,9%	19,2
Total	100,0%	100,0%	100,0

Fonte: NESPC/Databrasil.

²⁶ Em pesquisa realizada em maio de 1995, Databrasil (1995a), apontava com as três mais citadas causas da violência no Rio de Janeiro, a pobreza (42,7%), as drogas (28,2%) e a corrupção (20,3%).

Na avaliação da população entrevistada, a política de segurança pública adotada para o Estado do Rio de Janeiro, implementada pelo governo Rosinha que, na verdade é continuação do modelo adotado pelo ex- governador Anthony Garotinho, até o presente momento, não conseguiu surtir o efeito desejado, qual seja, a diminuição do nível de violência.

Novamente a política de segurança pública é motivo de crítica pela população, quando avalia o nível de violência na cidade como tendo piorado nos últimos seis meses. Se em 1999, 35,5% opinavam que a situação havia piorado, em 2003 o carioca é mais crítico ao imputar 64,9% de rechaço ao nível de violência na cidade. Na nova rodada observa-se que perdura a avaliação negativa em 49,9% das respostas.

Os estratos mais críticos são o norte I e norte III, em contrapartida o oeste I apresenta o menor percentual de piora da situação de hoje em relação a seis meses atrás (36,4%), entre os dez estratos que compõem a nossa divisão geográfica da cidade do Rio de Janeiro.

Tabela 54 - Comparando a situação de hoje com seis meses atrás, como avalia o nível de violência

	1999	2003	2005
Melhorou	16,9%	5,9%	5,8
Ficou igual	47,6%	29,2%	43,4
Piorou	35,5%	64,9%	49,9
NS/NR	-	-	0,9
Total	100,0%	100,0%	100,0

Fonte: NESPC/Databrasil.

Tabela 55 - Comparando a situação de hoje com seis meses atrás, como avalia o nível de violência - 2005

	Melhorou	Ficou igual	Piorou	NS/NR	Total
Centro	6,8	41,3	50,7	1,3	100,0
Norte I	4,5	37,7	56,0	1,8	100,0
Norte II	6,8	37,6	54,3	1,3	100,0
Norte III	3,7	41,1	54,7	0,5	100,0
Norte IV	7,1	38,8	52,8	1,3	100,0
Norte V	3,4	45,3	50,3	1,0	100,0
Oeste I	7,3	56,0	36,4	0,3	100,0
Oeste II	5,8	46,1	48,2	-	100,0
Oeste III	9,2	40,4	49,3	1,0	100,0
Sul	5,0	46,9	47,6	0,5	100,0

Fonte: NESPC/Databrasil.

Tabela 56 - Com relação aos próximos seis meses, avalia que o nível de violência vai:

	1999	2003	2005
--	------	------	------

Melhorar	36,0%	43,7%	18,3
Ficar igual	29,5%	23,9%	29,1
Piorar	34,5%	32,4%	45,4
			7,3
Total	100,0%	100,0%	100,0

Fonte: NESPC/Databrasil.

Tabela 57 - Com relação aos próximos seis meses, avalia que o nível de violência vai

	Melhorou	Ficou igual	Piorou	NS/NR	Total
Centro	16,8	24,9	46,5	11,8	100,0
Norte I	19,6	27,7	47,4	5,2	100,0
Norte II	19,9	21,2	47,6	11,3	100,0
Norte III	19,4	25,2	45,4	10,0	100,0
Norte IV	19,9	23,8	45,3	11,0	100,0
Norte V	17,5	27,5	48,7	6,3	100,0
Oeste I	18,9	40,9	34,9	5,2	100,0
Oeste II	16,7	26,9	48,0	8,4	100,0
Oeste III	19,2	30,2	44,6	6,0	100,0
Sul	16,2	36,6	42,7	4,5	100,0

Fonte: NESPC/Databrasil.

Por outro lado, em relação às expectativas futuras sobre o nível de violência para os próximos seis meses na cidade do Rio de Janeiro, a população não deposita um voto de confiança no trabalho a ser desenvolvido pelo governo. A tendência a piora da situação é enfatizada por 45,4% dos entrevistados.

O grupo mais crítico é composto por moradores do estrato norte V (48,7%), sendo que os moradores no estrato IV (19,9%) são os que consideram a probabilidade de melhoria da situação nos próximos seis meses²⁷.

²⁷ Novamente, nos reportando a pesquisas realizadas pelo Databrasil em anos passados, observarmos ser a opinião da população entrevistada nada positiva quanto a avaliação da segurança oferecida pelos órgãos de segurança pública ao povo carioca. Pois na comparação entre o momento da entrevista e os últimos três meses, apontam que houve uma *piora* (53,2%), enquanto para os entrevistados que consideraram ter a *segurança permanecido igual*, o prognóstico para a situação era definida como *ruim* (67,4%), ver Databrasil 1995b.

6.4.1 – SITUAÇÕES DE VITIMIZAÇÃO

Este bloco apresenta informações sobre situações de violência vivenciadas pelos entrevistados. São apresentados os tipos de violência sofrida e a frequência da mesma.

A experiência de ter possuir alguém próximo a sua família ter sofrido algum tipo de violência é vivenciada por 31,8% dos entrevistados em 2005, percentual pouco inferior aos obtidos nas duas pesquisas anteriores

Tabela 58 - Na sua casa, alguém sofreu algum tipo de violência ?

	1999	2003	2005
Não	64,9%	63,4%	68,2
Sim	35,1%	36,6%	31,8
Total	100,0%	100,0%	100,0%

Fonte: NESPC/Databrasil.

Tais experiências foram mais vividas intensamente por moradores dos estratos do norte V (42,9%) e da oeste II (36,6%)

Tabela 59 - Na sua casa, alguém sofreu algum tipo de violência ?

Estrato	Não	Sim	Total
Centro	64,4	35,6	100,0
Norte I	67,0	33,0	100,0
Norte II	67,3	32,7	100,0
Norte III	78,3	21,5	100,0
Norte IV	70,9	29,1	100,0
Norte V	57,1	42,9	100,0
Oeste I	73,8	26,2	100,0
Oeste II	63,4	36,6	100,0
Oeste III	79,3	20,7	100,0
Sul	67,3	32,7	100,0

Fonte: NESPC/Databrasil.

Quanto a principal fonte geradora da sensação de medo para o carioca, a cada dia cresce o espectro da possibilidade de estar envolvido em uma situação onde possa sofrer um assalto seja ele perpetrado nas vias públicas, no interior dos transportes coletivos ou assinalado genericamente por assalto, segundo 48,0% dos entrevistados.

A troca de tiros entre beligerantes, seja no conflito entre elementos envolvidos com o tráfico, seja entre traficantes e a polícia, faz parte do cotidiano de 22,7% dos entrevistados e, pior ainda, a possibilidade de ser alvejado por uma bala perdida.. O medo de ser assaltado é o principal elemento, mas é visíveis a importância dada às ocorrências de seqüestro (5,7%) e a posse e uso de armas d fogo de modo indiscriminado na cidade (2,6%).

Tabela 60 - Tipo de violência que o(a) entrevistado(a) tem mais medo ?

	2003	2003
Assalto	41,4%	48,1
Tiroteio	34,1%	22,7
Estupro	4,8%	7,3
Agressão física	2,0%	2,5
Tráfico	1,9%	1,2
Seqüestro	1,6%	3,7
Armas	*	2,6
Nenhum	*	1,9
Outros	5,4%	5,4
Todas	4,7%	1,7
Não tem medo	1,4%	1,9
NS/NR	-	1,0
Total	100,0%	100,0

Fonte: NESPC/Databrasil.

* Citações não constavam do grupo das mais apontadas na percepção do cidadão carioca

Observa-se que o problema da *revitimização*, ou seja, a pessoa ter sofrido sucessivos atos de violência, compreende 3,1% dos entrevistados, valor significativamente inferior aos 18,2% detectados em 2003, que já era inferior ao encontrado na pesquisa de 1999 (20,3%).

Tabela 61 - O Sr (a) já sofreu algum tipo de violência ?:

	1999	2003	2005
Não	57,2%	64,1%	85,7
Sim, uma vez	22,5%	17,7%	11,2
Sim, duas vezes	9,6%	8,6%	2,2
Sim, de três a cinco vezes	9,2%	6,8%	0,7
Sim, mais de cinco vezes	1,5%	2,8%	0,2
Total	100,0%	100,0%	100,0

Fonte: NESPC/Databrasil.

Tabela 62 – O Sr (a) já sofreu algum tipo de violência ?:

Estrato	Não	Sim uma vez	Sim, duas vezes	Sim, de três a cinco vezes	Sim, mais de cinco vezes	Total
Centro	78,3	15,9	3,4	1,6	-	100,0
Norte I	83,8	13,9	1,8	0,5	-	100,0
Norte II	90,1	8,6	0,8	0,5	-	100,0
Norte III	88,5	8,9	2,1	0,5	-	100,0
Norte IV	88,5	9,7	1,3	0,5	-	100,0
Norte V	84,3	10,2	3,7	1,6	-	100,0
Oeste I	87,2	10,5	1,8	0,5	-	100,0
Oeste II	85,3	11,5	2,1	0,3	-	100,0
Oeste III	86,6	10,5	1,8	0,3	0,3	100,0
Sul	83,8	12,8	2,4	1,0	-	100,0

Fonte: NESPC/Databrasil.

No que se refere à tipologia das violências sofridas pelo entrevistados, sobressaem os crimes de assalto (não especificado) em 52,4%, que se forem somados as menções de *assalto a mão armada* perfazem 57,6% dos casos relatados. A segunda maior violência sofrida relaciona-se com os roubos de automóveis, e nesse caso, 10,5% dos entrevistados tiveram a infelicidade de

sofrerem tal violência. O que chama atenção entre os tipos de agressões sofridas é o crescimento dos casos de agressões físicas, sendo que em diversos casos reportados a vítima informava ser o agressor o seu próprio marido.

Tabela 63 - Tipologia das violências sofridas

	2003	2005
Assalto	84,2%	52,4
Violência policial	3,5%	3,1
Agressão física	3,2%	5,7
Roubo	2,1%	3,0
Estupro	1,2%	1,4
Roubo de automóvel	-	10,5
Assalto mão armada	-	5,2
Roubo em ônibus	-	5,1
Outros	2,9%	13,6
Total	100,0%	100,0

Fonte: NESPC/Databrasil.

O percentual de pessoas que afirmam terem ocorrido mudanças em suas atitudes e / ou comportamentos devido a violência na cidade do Rio de Janeiro, apresenta um declínio em nossa última pesquisa (41,9%), sendo que o norte V é o estrato no qual se detecta o maior percentual de mudanças de comportamentos e atitudes.

Os dados levantados neste “survey” corroboram a tendência já detectada em diversos outros estudos acerca do crescimento do sentimento de temor da população carioca em circular pelas vias públicas nos horários noturnos (25,0%). Esta atitude exerce um efeito perverso sobre a população, pois leva os cidadãos a, freqüentemente, suspeitarem uns dos outros. Ao mesmo tempo, indica a existência de um enfraquecimento do nível de confiança do cidadão em relação às instituições encarregadas de zelar pela segurança pública.

Tabela 64 - No seu dia a dia, alguma coisa mudou por causa da violência ?

	1999	2003	2005
Não	54,1%	50,0%	58,1
Sim	45,9%	50,0%	41,9
Total	100,0%	100,0%	100,0

Fonte: NESPC/Databrasil.

Tabela 65 - No seu dia a dia, alguma coisa mudou por causa da violência ?

Estrato	Não	Sim	Total
Centro	57,6	42,4	100,0
Norte I	58,6	41,4	100,0
Norte II	65,2	34,9	100,0
Norte III	53,9	46,1	100,0
Norte IV	58,9	41,1	100,0
Norte V	48,2	51,8	100,0
Oeste I	57,3	42,7	100,0
Oeste II	63,1	36,9	100,0
Oeste III	63,1	36,9	100,0
Sul	56,5	43,5	100,0

Fonte: NESPC/Databrasil.

Tabela 66 - O que mudou na atitude/comportamento das pessoas (para aqueles que sofreram algum tipo de violência)

	1999	2003	2005
Vive inseguro / tem medo	24,7%	25,2%	16,8
Anda mais atento	18,1%	18,1%	15,0
Sai menos de casa	13,7%	19,2%	6,1
Não sai à noite	9,0%	29,4%	25,5
Restrição de horários	-	-	8,3
Evita certos locais	-	-	6,8
Outros	34,5%	8,1%	21,5
Total	100,0%	100,0%	100,0

Fonte: NESPC/Databrasil.

Tabela 67 - Mudança ocorridas no comportamento em face da violência (aplicado a todos os entrevistados)

	1999			2003			2005		
	Sim	Não	Total	Sim	Não	Total	Sim	Não	Total
Presta atenção às pessoas	68,1%	31,9%	100,0%	92,1%	7,9%	100,0%	87,0	13,0	100,0%
Evita passar em alguns lugares	65,7%	34,3%	100,0%	85,8%	14,2%	100,0%	86,0	14,0	100,0%
Tranca em casa	47,6%	52,4%	100,0%	61,1%	38,9%	100,0%	60,7	39,3	100,0%
Não sai à noite	39,1%	60,9%	100,0%	55,3%	44,7%	100,0%	57,8	42,2	100,0%
Não usa nada de valor	38,7%	61,3%	100,0%	56,3%	43,7%	100,0%	55,5	44,5	100,0%
Esconde dinheiro	30,7%	69,3%	100,0%	50,1%	49,9%	100,0%	43,6	56,4	100,0%
Anda armado	3,7%	96,3%	100,0%	4,1%	95,9%	100,0%	4,2	95,8	100,0%

Fonte: NESPC/Databrasil.

Entre as pesquisas de 1999 e a de 2005, observa-se que, em todos os comportamentos analisados, é detectado crescimento nos valores percentuais. Ênfase nos quesitos *prestar atenção às pessoas* de 92,1% para 87,0% e *evita passar em alguns lugares* de 65,7% para 86,0%. O porte de arma apresenta leve crescimento percentual entre as três épocas, salta de 3,7% para 4,2%, o que vem demonstrar a explicitação do uso e porte de armas pelo cidadão carioca.

Comparativamente é na pesquisa de 2003, o período no qual os cariocas mais apresentam sinais e mudanças em seu cotidiano, quatro dos quesitos são percentualmente maiores daqueles obtidos em 2005.

Tabela 68 - Conhece alguém que possua arma de fogo ?

	1999	2003	2005
Não	60,6%	61,7%	64,9
Sim, duas pessoas ou +	30,4%	26,4%	25,3
Sim, uma pessoa	8,9%	11,9%	9,5
NS/NR	-	-	0,4
Total	100,0%	100,0%	100,0

Fonte: NESPC/Databrasil.

Tabela 69 - Conhece alguém que possua arma de fogo ?

Estrato	Não	Sim, uma pessoa	Sim, duas ou mais pessoas	NS/NR	Total
Centro	66,8	8,1	23,6	1,6	100,0
Norte I	64,1	12,6	23,0	0,3	100,0
Norte II	61,7	8,4	29,4	0,5	100,0
Norte III	69,4	4,7	25,9	-	100,0
Norte IV	58,1	12,8	28,8	0,3	100,0
Norte V	64,8	12,3	21,8	1,0	100,0
Oeste I	64,7	12,0	22,8	0,5	100,0
Oeste II	65,4	6,0	28,3	0,3	100,0
Oeste III	66,8	7,3	25,7	0,3	100,0
Sul	66,5	9,7	23,8	-	100,0

Fonte: NESPC/Databrasil.

A questão do uso e porte de arma pelo cidadão brasileiro, por longos anos foi motivo de polêmica acirrada na Câmara dos Deputados em Brasília²⁸. Ter uma pessoa do seu círculo de conhecimento que possua arma de fogo é apontado por 34,8% dos entrevistados, valor considerável caso seja contrastado com o percentual daqueles que afirmam possuir em sua casa uma arma de fogo (6,2%). Importante ressaltar que, os entrevistados possuidores de arma de fogo em suas residências, 54,9% afirmam possuir o porte de arma. Mesmo sendo uma pesquisa com garantias de anonimato do entrevistado, é provável encontrarmos uma

²⁸ Durante a realização da pesquisa de 1999, este tema já constava em pauta nas discussões da Câmara Federal.

grande omissão dos proprietários de armas, especialmente daqueles detentores de armas ilegais²⁹.

Tabela 70 - Em sua casa, alguém possui arma de fogo ?

	1999	2003	2005
Não	91,4%	92,4%	93,8
Sim	8,6%	7,6%	6,2
Total	100,0%	100,0%	100,0

Fonte: NESPC/Databrasil.

Tabela 71 - Essa pessoa possui porte de arma ?

	2003	2005
Não	27,8%	42,4
Sim	72,2%	54,9
NS/NR	-	2,7
Total	100,0%	100,0

Fonte: NESPC/Databrasil.

Durante a realização deste estudo, ocorreu o plebiscito sobre a liberação da venda de armas de fogo no Brasil. A coleta antecedeu a data do plebiscito como também transcorreu após a promulgação do resultado negativo a liberação das vendas. Levando em consideração o fato de não podermos avaliar qual seria o resultado final do plebiscito, optamos por colocar uma questão na qual o entrevistado era instado a opinar se a proibição da venda de armas teria algum impacto sobre a diminuição da violência.

²⁹ Acreditamos que tal omissão deve-se ao medo em responder a tais questões..

O percentual de entrevistados que opinaram negativamente a diminuição da violência é expressivo 73,8%. Talvez em função dos constantes conflitos armados entre a polícia e os integrantes dos grupos ligados ao tráfico de drogas no Rio de Janeiro, esse descrédito em relação a proibição da venda de armas.

Tabela 72 – Se for proibida a venda de armas, em sua opinião, a violência irá diminuir ?

	2005
Não	73,8
Sim	22,9
NS/NR	3,3
Total	100,0

Fonte: NESPC/Databrasil.

6.5 – OPINIÃO SOBRE AS INSTITUIÇÕES POLICIAIS E A JUSTIÇA

No último bloco de perguntas, houve preocupação em registrar as opiniões sobre a atuação das instituições públicas voltadas para a área de controle e prevenção da violência e criminalidade, sobre cada uma delas, são assinaladas diferenças e similaridades entre a opinião emitida pelos vários grupos de entrevistados.

Um conjunto de questões apreende, de maneira geral:

- a) o que acha da atuação das Instituições Policiais;
- b) registro na delegacia por parte dos que sofreram algum tipo de violência;
- c) tipologia dos registros;
- d) razões para não registrar ocorrências criminais.

A seguir, os resultados de cada questão apresentada aos entrevistados.

A avaliação negativa das instituições ligadas ao controle e prevenção da ordem pública no Rio de Janeiro é observada de longa data. Em pesquisa realizada em 1993³⁰, os percentuais de desconfiança na atuação da polícia carioca: e no judiciário apresentavam consideráveis valores negativos 63,2% para a Polícia Civil e 70,3% a Polícia Militar e a Justiça recebiam 54,4% de não confiabilidade.

Essas desconfianças perduram até a presente data no Estado do Rio de Janeiro, segundo a população recentemente entrevistada, suas atuações estão indo de mal a pior. Para os entrevistados a mais confiável, mesmo assim com 27,1% de confiabilidade é a Polícia Federal, vindo a seguir a o poder judiciário. No quesito menos confiável, a Polícia Militar apresenta em primeiro posto, vindo a seguir a Polícia Civil.

Tabela 73 - O (a) Sr.(a) confia na atuação da polícia federal e da polícia civil, ou não confia?

	2003		2005	
	P. Federal	P. Civil	P. Federal	P. Civil
Não	39,6%	48,9%	56,3	61,3
Sim	30,2%	20,7%	27,1	21,8
Em termos	30,1%	30,4%	14,9	15,5
NS/NR	-	-	1,7	1,4
Total	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Fonte: NESPC/Databrasil.

³⁰ Ver Databrasil 1993b, nessa pesquisa os partidos políticos aparecem como sendo a instituição com menor credibilidade para os cariocas..

Tabela 74 - O (a) Sr.(a) confia na atuação da polícia militar e guarda municipal, ou não confia?

	2003		2005	
	P. Militar	G. Munic.	P. Militar	G. Munic.
Não	63,2%	48,6%	68,1	59,1
Sim	14,2%	23,7%	17,3	24,3
Em termos	22,6%	27,7%	13,1	14,5
NS/NR	-	-	1,3	2,1
Total	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Fonte: NESPC/Databrasil.

Tabela 75 - O (a) Sr.(a) confia na atuação da justiça, ou não confia?

	2003	2005
	Justiça	Justiça
Não	43,4%	51,7
Sim	29,1%	26,3
Em termos	27,5%	21,0
NS/NR	-	1,0
Total	100,0%	100,0%

Fonte: NESPC/Databrasil.

Observa-se que 14,3% dos entrevistados afirmaram ter sofrido algum tipo de violência nos últimos doze meses, mas, somente 3,9% dessas vítimas recorreram a autoridades policiais.

Dentre aqueles que realmente se dirigiram a uma repartição policial e registraram a sua violência, os delitos reportados concentram-se sobremaneira nos casos de assaltos (74,4%) e roubos de automóveis.

Tabela 76 - Violência registrada (para aqueles que sofreram algum tipo de violência)

	1999	2003	2005
Roubo de automóvel	16,6%	-	14,8
Assalto	13,4%	85,9%	74,4
Roubo	13,0%	3,9%	1,8
Assalto à mão armada	13,0%	-	
Furto	5,9%	-	2,4
Tiroteio / Bala perdida	-	4,3%	-
Agressão / espancamento	5,9%	-	-
Estupro / violência sexual	5,9%	4,1%	-
Furto em automóvel	5,1%	-	0,8
Roubo residencial	4,0%	-	3,6
Outros	17,2%	1,8%	2,2
Total	100,0%	100,0%	100,0

Fonte: NESPC/Databrasil.

Crimes contra o patrimônio constituem a maioria das violências registradas, principalmente, no caso de furto e roubo de automóveis, delitos que necessitam do Registro de Ocorrência caso a vítima deseje ressarcir-se do prejuízo por meio do recebimento do seguro.

Se em 1999 dentre os crimes relatados, aqueles enquadrados na categoria de contra o patrimônio constituíam a maioria dos casos de violência registrados, em 2003 e 2005 estes delitos são maioria incontestável. Agora, se tem uma desagregação mais clara dos diversos crimes registrados, anteriormente relatados sob a forma genérica de assalto. Entretanto, em 2003, surge a rubrica tiroteio /

bala perdida, que nos últimos anos passou a ser uma preocupação constante no cotidiano do carioca.

Mais uma vez é flagrante, e nessa última pesquisa apresentando valores ainda mais expressivos, a reação negativa da vítima, em recorrer à instituição policial no intuito de formalizar a queixa crime, por não acreditar na resolução do seu problema. Quando o fazem, em sua grande maioria, é por dano de ordem material.

O descrédito na Polícia, enquanto instância de resolução das questões de violência e criminalidade, é elemento recorrente nas pesquisas de *vitimização*, quando observadas as informações à cerca das razões apresentadas para a negativa do registro da violência sofrida³¹. Se em 2003, tínhamos para a negativa em não registrar a ocorrência: o fato da delegacia se localizar em ponto distante ao local da ocorrência do fato e/ou de moradia do cidadão. Acresce-se a essa questão, ser detectada a recusa em registrar a ocorrência por parte do policial³², ou mesmo à própria burocracia existentes nesses locais.

Hoje há uma crença dispersa pela população acerca do fato de registrar ou não a violência sofrida não haverá efeito algum sobre a resolução de seu problema. Dessa forma o registro policial não é realizado, ademais temos a

³¹ Em janeiro de 1993, os entrevistados que sofreram algum tipo de violência, mas não recorreram a polícia, não o fizeram porque não acreditavam na polícia (48,9%) ou não queriam se envolver com a polícia (9,3%), conforme Databrasil (1993a)

³² Conforme depoimento de entrevistados.

própria vítima em alguns casos se nega em registrar receoso de sofrer represálias por ter formalizado a denúncia.

Tabela 77 - Razão alegada para não registrar a queixa (para aqueles que sofreram algum tipo de violência)

	1999	2003	2005
Não iria resolver nada	53,7%	68,0%	80,5
Não achou necessário	12,4%	-	-
Para evitar represálias	7,3%	12,8%	11,8
A violência foi cometida pela própria Polícia	3,7%	-	-
Por não confia na Polícia	2,0%	-	-
A delegacia estava longe/demora muito	-	6,1%	-
Ficou nervosa/sem ação	-	-	7,8
Recusa no registro	-	5,8%	-
Outros	20,9%	7,2%	-
Total	100,0%	100,0%	100,0

Fonte: NESPC/Databrasil.

7. CONCLUSÃO

As informações levantadas a partir desta pesquisa revelam um quadro preocupante no que diz respeito à criminalidade que existente nos registros policiais, que a cada ano se avolumam em sua intensidade pela cidade do Rio de Janeiro, conforme atestam as estatísticas oficiais, quanto à percepção dos habitantes do Rio de Janeiro sobre a violência na cidade, bem como em relação à avaliação que fazem da atuação da polícia, que deveria ser a instituição responsável pela proteção dos cidadãos, e são fonte de insegurança e descrédito para os mesmos, como ficou demonstrado através do posicionamento de grande parte dos entrevistados ao considerarem que a prática da polícia contribui para o aumento da violência.

Ao se estudar formas de prevenção ao crescimento da criminalidade nas cidades, não se pode deixar de levar em consideração os fatores sociais. Não há como diminuí-la sem que o Estado, e suas três instâncias tenham participação ativa na promoção de melhorias que visem a minorar as desigualdades sociais e econômicas existentes nas urbes brasileiras. Isso fica nítido nas entrevistas, nas quais há uma forte ligação na percepção dos entrevistados, em associar a criminalidade a fatores sociais- desemprego, falta de educação para a população e desigualdades sócias e econômicas; elementos que a parte empírica refuta de modo candente.

Nesse ponto a descrença com os governantes é completa entre os entrevistados, haja vista que avaliação das três esferas governamentais, no que tange a resolução dos problemas de violência no Rio de Janeiro, apresentam percentuais entre *péssimo* e *ruim* de 68,6% para a esfera federal, 67,5% na estadual e 63,8% na esfera municipal.

Por seu turno, as taxas de incremento de crescimento dos quatro tipos de roubos arrolados na pesquisa: roubos de veículos, cargas, transeuntes e no interior de coletivos, incidem diretamente sobre treze das dezoito Áreas Integradas de Segurança Pública (AISP), sendo que as AISP 4, 5 e 13 são aquelas que apresentam crescimentos superiores a 20% na variação entre 2003 e 2004.

Quando realizado a análise com base no LQC, método que prioriza a incidência do delito em relação a suas áreas de ocorrências, observa-se que os quatro tipos de crimes não se concentram homogeneamente pela cidade. Roubos de cargas se concentram nas AISP 4, 16 e 27; os roubos no interior de coletivos por sua vez ocorrem com maior frequência nas AISP 19 e 27; os roubos a transeuntes ocorrem com mais intensidade nas AISP 5 e 13, enquanto que os roubos de veículos se concentram sobretudo nas AISP 16 e 17. Nota-se que somente a AISP 16 parece duas vezes entre aquelas de maior LQC, essa área é composta por bairros que tem como principais vias de escoamento a Linha Vermelha e a Avenida Brasil, que facilitam em muito a fuga após o cometimento do delito.

Na tentativa de diminuir o número de ocorrência de roubos no interior dos coletivos, a FETRASPOR tem incentivado a instalação de câmaras de vídeos nos coletivos que trafegam pelo Rio de Janeiro, mas não são todos os empresários do ramo a adotarem tais tecnologias em suas frotas, pois alegam ser dispendioso a compra e manutenção de tais câmaras, além de não contar com equipe treinada para o manuseio das fitas ao final do dia.

Outra medida adotada pela FETRANSPOR é o preenchimento de um relatório toda vez que haja algum tipo de violência no interior dos coletivos, é o chamado *Comunicado de Assalto a Ônibus (CAO)*, implantado em 2003. Entretanto, tem encontrado resistência por parte dos motoristas e trocadores no preenchimento desse documento, que alegam ter tempo para realizar tal tarefa. Relatórios dos dados do CAO são enviados mensalmente aos órgãos de segurança pública para auxiliar na elaboração de políticas de prevenção ao furto e roubo nos veículos coletivos. Uma das consequências da parceria entre a FETRANSPOR e a Polícia Militar do Rio de Janeiro, é a criação de um grupamento denominado PTOU pela PM, que tem como principal função a revista dos usuários dos coletivos, nas paradas de coletivos ou quando notam algo de anormal no percurso do coletivo bem como nos momentos em que são avisados pelos próprios motoristas.

A área de securitária tem ao longo dos anos alterada a sua metodologia de abertura de novas apólices de seguro. Hoje o elemento mais importante para estabelecer os valores das apólices é o CEP de pernoite do veículo. Entretanto,

essa metodologia tem sido questionada, na medida em que a vítima ao informar a ocorrência do fato coloca o seu CEP de moradia, ao invés de informar o local da ocorrência. Com isso prejudica a vítima ao imputar valores mais altos a suas apólices em função de algo que não ocorreu em seu CEP de pernoite do carro. Em função dessa sobrecarga de delitos em determinados pontos da cidade, já há um movimento de uma grande seguradora em não mais aceitar seguros para determinados pontos da cidade ou quando aceitam os valores são extremamente altos.

Dada a forte influência das atividades ligadas ao tráfico na cidade do Rio de Janeiro, a atual chefe da área de investigação da DRE, inspetora Maggesi, não tem dúvida em associar o crescimento desses crimes as atividades do tráfico. Para tanto, diz que os roubos nos coletivos e contra os transeuntes são perpetrados em sua maioria por viciados desejos de obter um ganho rápido de modo a poderem comprar a sua dose diária de drogas. Quanto aos roubos de veículos são utilizados para o transporte de drogas e armas ou para a fuga. Aponta para o fato de que os elementos envolvidos em roubos de cargas utilizam armamento alugado junto aos grupos de traficantes, sendo que atualmente a arma mais utilizada o fuzil.

È importante, também, uma maior cooperação entre as diversas polícias encarregadas da prevenção e repressão da criminalidade. Paralelamente, um maior investimento na área de investigação, treinamento de pessoal apto a executar tarefas de análise de crime e, caso sejam instalados novas tecnologias

de captação e monitoramento de dados, que haja uma avaliação constante dos resultados. Um exemplo de material que necessitaria ser analisada com maior acuidade é a massa expressiva de dados, coletada pela PM do Rio de Janeiro, por meio do uso de GPS e que até o presente momento não foi utilizada.

Outrossim, é importante destacar que as percepções negativas sobre a cidade e, em alguns casos, sobre o bairro em que se vive, trazem consequências concretas para a vida dos moradores, traduzidas em mudanças de comportamento e em medidas específicas destinadas a uma maior autoproteção. Estas medidas em geral consistem em prestar mais atenção às pessoas, um maior medo ao sair às ruas: andar mais atento; evitar certos lugares; ou mesmo atitude extrema de não mais sair à noite.

O que devemos considerar, porém, é que estas atitudes preventivas, à medida que cresce a sensação de insegurança, podem vir a dar lugar a comportamentos mais ostensivos de caráter repressivo e/ou reativo, que só farão agravar o quadro já complexo da segurança pública: um exemplo dessa situação é o acelerado crescimento dos serviços de segurança privada e monitoramento por satélites de veículos, o porte de arma (legal ou ilegal), a reação violenta a situações adversas do cotidiano.

A motivação para a adoção de medidas deste tipo possui um fundamento de ordem subjetivo, associado ao sentimento generalizado de insegurança, presente em todos os segmentos sociais, mas também corresponde à existência

de ameaças reais. É considerável o número de casos em que os entrevistados expressam o medo de estarem em locais sujeita a ocorrência de tiroteios ou mais explicitamente: o medo da bala perdida. A grande maioria relatou casos de assaltos, em sua acepção genérica (85%), percentual que, acreditamos, estarem incluídos em sua maioria os crimes contra o patrimônio. Diante deste quadro, é importante observar que o sentimento de insegurança da população não é destituído de fundamento, embora nem sempre seja possível estabelecer uma correspondência imediata entre os locais de maior incidência de crimes e os locais avaliados como mais violentos pela população.

As medidas de auto-proteção em geral são tomadas por conta própria e estão relacionadas principalmente com o descrédito da população em relação à atuação dos órgãos de segurança pública. Coloca-se aqui mais uma vez a necessidade de se analisar e buscar soluções para o grave e recorrente problema do envolvimento de policiais civis e militares em atividades criminosas, corroendo enormemente a legitimidade destes órgãos junto à população.

O medo da violência somente tenderá a diminuir a partir do momento em que houver um fluxo confiável de informações da polícia para a comunidade: uma análise dos dados sobre os padrões e tendências da criminalidade local e quais as medidas mais adequadas para preveni-las, supondo assim maior capacidade de auto-proteção da população. E, principalmente, um maior empenho por parte dos órgãos de segurança pública em mudar a percepção da população quanto à atuação da polícia, de modo a ser vista pelos cariocas

como um órgão legítimo e confiável, o que desemborcaria no incremento da obediência generalizada à lei, inclusive por parte dos policiais que a violam.

BIBLIOGRAFIA

ANUÁRIO ESTATÍSTICO DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO. 1998. Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro.

BUSSAB & MORETTIN. 2002. **Estatística Básica**. São Paulo. Saraiva.

BRANTINGHAM & BRANTINGHAM, 1993. "Environment, Routine and situation: Toward a patterns theory of crime." **Advances in Criminological Theory** 5:259-294.

_____ 1998. "Mapping crime for analytic purposes: Locations quotients, counts and rates". In; Weisburd, D & McEwen, Tom (org.) **Crime Mapping & Crime Prevention**. New York, Criminal Justice Press. 1998. Pp: 263-288.

BUSSAB & MORETTIN. 2002. **Estatística Básica**. São Paulo. Saraiva.

CALDEIRA, César. 2000. **Assaltos a passageiros de ônibus no Rio de Janeiro: O problema da reparação de danos**. (mimeo).

CANO Ignacio. 1997. **Análise Territorial da Violência no Rio de Janeiro**. ISER.

CARR, Stephen et. alii. 1992. **Public Space**. Cambridge, UK: Cambridge University Press.

COHEN Lawrence & FELSON, Marcus. 1979. "Social change and crime rate trends: A routine approach". **American Sociological Review**, 44:588-608.

DATABRASIL. 1992. **Sondagem Mensal de Opinião** n° 7. Rio de Janeiro, Dezembro.

_____. 1993a **Sondagem Mensal de Opinião** n° 8. Rio de Janeiro, Janeiro.



NESPC

Núcleo de Estudos sobre Segurança e Política Criminal

- _____. 1993b **Sondagem Mensal de Opinião** n° 16. Rio de Janeiro, Setembro.
- _____. 1995a **Opinião & Conjuntura** n° 1. Rio de Janeiro, Maio.
- _____. 1995b. **Opinião & Conjuntura** n° 3. Rio de Janeiro, Julho.
- ECK John E. and WEISBURD (eds.). 1993. **Crime and Place**. Crime Prevention vol. 4. Washington D.C., Criminal Justice Press.
- FELSON Marcus, 1998. **Crime and Everyday Life**. Thousand Oaks, CA, Pine Forges Press.
- _____ & CLARKE, Ronald. V. 1998. "**Opportunity makes the Thief: Practical theory for crime prevention**". Police Research n. ° 98. Home Office, Policing and Reducing Crime Unit.
- FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. 1999. **Criminalidade Violenta em Minas Gerais 1986-1997**. Belo Horizonte.
- GOMES, E.G., SOARES DE MELLO, J.C.C.B., MORAIS, D, ASSIS, A.S. 2003 *Uma Medida de Eficiência em Segurança Pública..* In: **Relatórios de Pesquisa Em Engenharia de Produção**. Volume 3. http://www.producao.uff.br/rpep/relpesq303/relpesq_303_07.doc
- GROGGER Jeff and WEATHERFORD, H. Stephen (1995) "Crime, policing, and the perception of neighborhood safety". **Political Geography**. Vol 14 n° 6/7. Pp: 521-541
- BUSSAB & MORETTIN. 2002. **Estatística Básica**. São Paulo. Saraiva.
- HARRIES Keith. 1990. **Geographic Factors in Policing**. Washington, Police Executive Research Forum.

HERBERT Steve. 1998. **Policing Space: Territoriality and the Los Angeles Police Department**. Minneapolis, University of Minnesota Press.

MCEWAN, J. Thomas and TAXMAN, Faye S. 1995. "Applications of computerized mapping to police operation". ECK John E. and WEISBURD (eds.). 1993. **Crime and Place**. Crime Prevention vol. 4. Washington D.C., Criminal Justice Press. Pp: 259-284

MORAIS, David. (prelo). **Segurança versus Insegurança**. In Revista do ISP. Rio de Janeiro, Instituto de Segurança Pública.

_____2003 – **Espaços Públicos: Violência e medo na cidade do Rio de Janeiro**. NESPC / Databrasil.

_____1999 - "*Violência e Segurança no Rio de Janeiro: Breves considerações sobre o medo*". **Cadernos de Pesquisa**. Agosto, n.º. 4, Rio de Janeiro, UCAM / Databrasil.

_____1998 – "**A Noção de área de risco de violência na cidade do Rio de Janeiro**". ANPOCS XXIIº Encontro Nacional da ANPOCS. Caxambu, 27 a 31 de outubro.

_____1997 - **A criminalidade violenta na cidade do Rio de Janeiro: Uma abordagem espaço temporal**.. XXIº Congresso Latino Americano de Sociologia. São Paulo.

MORAIS, David e Rosana Heringer, 1999 - "*Os Perigos da Cidade: Moradores do Rio de Janeiro e Niterói falam sobre violência e segurança pública*". **Cadernos de Pesquisa**. Julho, n.º 3, Rio de Janeiro, UCAM / Databrasil..

- PEIXOTO, B. T, LIMA, R. S. e DURANTE, M.O. 2004. "*Metodologias e Criminalidade Violenta no Brasil*". **São Paulo em Perspectiva**, 18(1):13-21.
- PINHEIRO Antonio Carlos Ferreira. 1989. **Organização da Segurança Pública na Região Metropolitana de Recife O caso da Polícia Civil**. Tese de mestrado. Instituto de Geografia, UFPE
- PORTNOV, B. A . e RATTNER, A. 2003. "*Spatial Patterns of Crime in Israel: Investigating the Effects of Inter-Urban Inequality and Proximity*". 43rd European Congress of the Regional Science Association. Finland, August 27-30.
- REIS, Ilka Afonso e BEATO, Cláudio. 2000. "*Desigualdade, desenvolvimento socioeconômico e crime*". In: **Desigualdade e Pobreza no Brasil**. Rio de Janeiro, IPEA.
- SOARES DE MELLO, J.C.C.B., GOMES, E.G., MORAIS, D., FERREIRA, A.C.R., ASSIS, A.S., 2002 - **Abordagem DEA para medir eficiência em segurança pública.**- Congresso Nacional de Matemática Aplicada e Computacional, Anais do XXV^o CNMAC, Setembro, Nova Friburgo, RJ.
- TIRELLI, Cláudia et. alli. 1997. **O Mapa de Risco no Rio Grande do Sul: Estudo dos padrões criminais nos municípios de Estado 1996**, XXI^o Congresso Latino Americano de Sociologia. São Paulo.
- WEISBURD, David. 1997. **Reorienting Crime Prevention Research and Policy: From the causes of criminality to the context of crime**. Research Report. Washington D.C. U.S. Department of Justice, National Institute of Justice.

APÊNDICE 1 – AISPS, REGIÕES ADMINISTRATIVAS E BAIROS

AISPR	RA	Bairro
1	Rio Comprido	Catumbi Cidade Nova Estácio Rio Comprido
	Santa Teresa	Santa Teresa
2	Botafogo	Botafogo Catete Cosme Velho Flamengo Glória Humaitá Laranjeiras Urca
	Inhaúma	Del Castilho Engenho da Rainha Higienópolis Inhaúma Maria da Graça Tomás Coelho
3	Jacarezinho	Jacarezinho
	Méier	Abolição Água Santa Cachambi Encantado Engenho de Dentro Engenho Novo Jacaré Lins de Vasconcelos Méier Piedade Pilares Riachuelo Rocha Sampaio São Francisco Xavier Todos os Santos



NESPC

Núcleo de Estudos sobre Segurança e Política Criminal

AISPRA	Bairro
4	Portuária
	São Cristóvão
5	Portuária
	Gamboa
	Santo Cristo
6	Portuária
	São Cristóvão
	Tijuca
	Vila Isabel
	Tijuca
9	Irajá
	Colégio
	Irajá
	Vicente de Carvalho
	Vila Cosmos
	Vila da Penha
	Vista Alegre
	Madureira
	Bento Ribeiro
	Campinho
	Cascadura
	Cavalcanti
	Engenheiro Leal
Honório Gurgel	
Madureira	
Marechal Hermes	
Oswaldo Cruz	
Quintino Bocaiúva	
Rocha Miranda	
Vaz Lobo	
Pavuna	Pavuna
	Acari
	Barros Filho
	Coelho Neto
	Costa Barros



NESPC

Núcleo de Estudos sobre Segurança e Política Criminal

AISPRA	Bairro
13	Centro
14	Anchieta Anchieta Guadalupe Parque Anchieta Ricardo de Albuquerque
	Bangu Bangu Campo dos Afonsos Deodoro Jardim Sulacap Magalhães Bastos Padre Miguel Realengo Senador Camará Vila Militar



NESPC

Núcleo de Estudos sobre Segurança e Política Criminal

AISPRA	Bairro	
16	Complexo do Alemão	Complexo do Alemão
	Penha	Brás de Pina Cordovil Jardim América Parada de Lucas Penha Penha Circular Vigário Geral
	Ramos	Olaria
17	Ilha do Governador	Bancários Cacuia Cidade Universitária Cocotá Freguesia Galeão Jardim Carioca Jardim Guanabara Moneró Pitangueiras Portuguesa Praia da Bandeira Ribeira Tauá Zumbi
	Paquetá	Paquetá
18	Barra da Tijuca	Itanhangá
	Jacarepaguá	Anil Cidade de Deus Curicica Freguesia Gardênia Azul Jacarepaguá Pechincha Praça Seca Tanque Taquara Vila Valqueire



NESPC

Núcleo de Estudos sobre Segurança e Política Criminal

AISPRA	Bairro
19	Copacabana Leme
22	Maré Ramos Bonsucesso Manguinhos Ramos
	São Cristóvão Benfica
23	Lagoa Gávea Ipanema Jardim Botânico Lagoa Leblon São Conrado Vidigal
	Rocinha Rocinha
27	Santa Cruz Paciência Santa Cruz Sepetiba
31	Barra da Tijuca Barra da Tijuca Camorim Grumari Joá Recreio dos Bandeirantes Vargem Grande Vargem Pequena
39	Campo Grande Campo Grande Cosmos Inhoaíba Santíssimo Senador Vasconcelos
	Guaratiba Barra de Guaratiba Guaratiba Pedra de Guaratiba

APÊNDICE 2 – RESUMO DOS RESULTADOS DAS REGRESSÕES

1. RESUMO DOS RESULTADOS

<i>Estatística de regressão</i>	
R múltiplo	0,4745
R-Quadrado	0,2251
R-quadrado ajustado	0,1698
Erro padrão	352,0926
Observações	16

	<i>Coeficientes</i>	<i>Erro padrão</i>	<i>Stat t</i>	<i>valor-P</i>
Interseção	451,530	132,603	3,405	0,004
ICMS	0,001	0,000	2,017	0,053

Variável dependente: taxa de roubo por 100 mil habitantes

2. RESUMO DOS RESULTADOS

<i>Estatística de regressão</i>	
R múltiplo	0,5780
R-Quadrado	0,3341
R-quadrado ajustado	0,2897
Erro padrão	374,4086
Observações	17

	<i>Coeficientes</i>	<i>Erro padrão</i>	<i>Stat t</i>	<i>valor-P</i>
Interseção	484,8549	122,3078	3,9642	0,0012
polícia_hab	76,8358	28,0071	2,7434	0,0151

Variável dependente: taxa de roubo por 100 mil habitantes

3. RESUMO DOS RESULTADOS

<i>Estatística de regressão</i>	
R múltiplo	0,5338
R-Quadrado	0,2850
R-quadrado ajustado	0,2373
Erro padrão	387,9810
Observações	17

	<i>Coeficientes</i>	<i>Erro padrão</i>	<i>Stat t</i>	<i>valor-P</i>
Interseção	486,3536	131,1277	3,7090	0,0021
IM_NRES	0,0208	0,0085	2,4450	0,0273

Variável dependente: taxa de roubo por 100 mil habitantes

4. RESUMO DOS RESULTADOS

<i>Estatística de regressão</i>	
R múltiplo	0,4743
R-Quadrado	0,2250
R-quadrado ajustado	0,1765
Erro padrão	244,2476
Observações	18

	<i>Coefficientes</i>	<i>Erro padrão</i>	<i>Stat t</i>	<i>valor-P</i>
Interseção	553,731	100,122	5,531	0,000
Media_renda_per	(0,257)	0,119	(2,155)	0,047

Variável dependente: taxa de roubo de veículos por 100 mil habitantes

5. RESUMO DOS RESULTADOS

<i>Estatística de regressão</i>	
R múltiplo	0,4886
R-Quadrado	0,2387
R-quadrado ajustado	0,1880
Erro padrão	34,3786
Observações	17

	<i>Coefficientes</i>	<i>Erro padrão</i>	<i>Stat t</i>	<i>valor-P</i>
Interseção	82,9235	16,1969	5,1197	0,0001
IM_RES	-0,0004	0,0002	-2,1687	0,0466

Variável dependente: taxa de roubo interior de coletivo por 100 mil habitantes

6. RESUMO DOS RESULTADOS

<i>Estatística de regressão</i>	
R múltiplo	0,5327
R-Quadrado	0,2838
R-quadrado ajustado	0,2360
Erro padrão	33,3460
Observações	17

	<i>Coefficientes</i>	<i>Erro padrão</i>	<i>Stat t</i>	<i>valor-P</i>
Interseção	35,0199	10,8931	3,2149	0,0058
policia_hab	6,0807	2,4944	2,4377	0,0277

Variável dependente: taxa de roubo interior de coletivo por 100 mil habitantes

7. RESUMO DOS RESULTADOS

<i>Estatística de regressão</i>	
R múltiplo	0,5826
R-Quadrado	0,3394
R-quadrado ajustado	0,2954
Erro padrão	32,0236
Observações	17

	<i>Coefficientes</i>	<i>Erro padrão</i>	<i>Stat t</i>	<i>valor-P</i>
Interseção	28,4954	11,7054	2,4344	0,0279
ICMS	0,0001	0,0000	2,7763	0,0141

Variável dependente: taxa de roubo interior de coletivo por 100 mil habitantes

8. RESUMO DOS RESULTADOS

<i>Estatística de regressão</i>	
R múltiplo	0,6044
R-Quadrado	0,3653
R-quadrado ajustado	0,3200
Erro padrão	86,2032
Observações	16

	<i>Coefficientes</i>	<i>Erro padrão</i>	<i>Stat t</i>	<i>valor-P</i>
Interseção	82,0914	42,6047	1,9268	0,0745
polícia_hab	47,9373	16,8873	2,8387	0,0131

Variável dependente: taxa de roubo a transeunte por 100 mil habitantes

9. RESUMO DOS RESULTADOS

<i>Estatística de regressão</i>	
R múltiplo	0,5459
R-Quadrado	0,2980
R-quadrado ajustado	0,2512
Erro padrão	40,1294
Observações	17

	<i>Coefficientes</i>	<i>Erro padrão</i>	<i>Stat t</i>	<i>valor-P</i>
Interseção	69,1575	12,6843	5,4522	0,0001
%20sm+	-168,8534	66,9153	-2,5234	0,0234

Variável dependente: taxa de roubo de carga por 100 mil habitantes

APÊNDICE 3 – QUESTIONÁRIO DA PESQUISA DE PERCEPÇÃO DE CRIME



NESPC

Núcleo de Estudos sobre Segurança e Política Criminal

É morador do Rio de Janeiro?

Não/NS/NR **1** (agradeça a atenção e ENCERRE a entrevista)

Sim **2**

A VIOLÊNCIA E O CARIOCA Outubro/05

Questionário

_____|_____|_____|_____|

Data ____|____|____| **Hora de início** ____:____ **Local**

Bom dia/tarde, meu nome é _____, sou pesquisador do Instituto Databrasil, e gostaria de saber se o(a) Sr.(a) poderia participar de uma pesquisa, respondendo a algumas perguntas. A pesquisa busca saber a opinião da população sobre a situação da segurança pública na cidade do Rio de Janeiro.

I – IDENTIFICAÇÃO DO ENTREVISTADO

Bairro onde reside: **ESTRATO**

Sexo:		Idade (anotar a idade e marcar a faixa):							
Masculino	1	16 a 24 anos		1	25 a 34 anos		2	35 a 49 anos	3
Feminino	2	49 e mais		4					

Instrução do entrevistado (qual o último grau/ nível de estudo concluído):

Até primário (0, 1ª a 4ª série)	1	1º grau (5ª a 8ª série)	2	2º grau (1º ao 3º ano)	3
Superior (completo/ incompleto)	4				

Condição de Trabalho (como está a situação de trabalho hoje):

Assalariado com carteira assinada	11	Assalariado sem carteira assinada	12	Funcionário público estatutário	13
Autônomo (conta própria, bico)	14	Profissional liberal	15	Empregador / patrão	16
Desempregado há menos de um ano	17	Desempregado há mais de um ano	21	Estudante	22
Aposentado / pensionista	23	Vive de renda (não trabalha)	24	Dona de casa (não trabalha fora)	25

Renda familiar no mês de agosto (renda total de todos os moradores em salários mínimos - SM):

Até 1 SM (R\$ 300,00 ou menos)	1	Mais de 1 até 3 SM (300,01 a 900,00)	2	Mais de 3 até 5 SM (900,01 a 1.500,00)	3
Mais de 5 a 10 SM (1.500,01 a 3.000,00)	4	Mais de 10 a 20 SM (3.000,01 a 6.000,00)	5	Mais de 20 SM (6.000,01 ou mais)	6
Não sabe	8	Não respondeu	9		

Estado Civil

Solteiro	1	Casado/amigado	2	Separado/divorciado	3
Viúvo	4	Não respondeu	9		

Qual dos seguintes termos descreve melhor a sua cor?

Branco	1	Pardo	2	Preto	3
Índio	4	Amarelo		Não respondeu	9



NESPC

Núcleo de Estudos sobre Segurança e Política Criminal

II – O MORADOR E O RIO

1.1. O(a) Sr.(a) nasceu no Rio de Janeiro? Não 1 Sim 2 NS/NR 9

1.2. Na sua opinião, morar no Rio de Janeiro é? (alternar a ordem ótimo...↔...péssimo)

Ótimo 1 Bom 2 Regular 3 Ruim 4 Péssimo 5 NS/NR 9

1.3. Se pudesse, moraria em outra cidade?

Não 1 Sim 2

1.4. E morar no seu bairro é? (alternar ↔)

Ótimo 1 Bom 2 Regular 3 Ruim 4 Péssimo 5 NS/NR 9

1.5 Se pudesse, moraria em outro bairro do Rio?

Não 1 Sim 2 (pergunte →) 1.51. Em qual bairro?

1.6 Com quem o(a) Sr.(a) mora? Família 1 Amigos 2 Sozinho 3 NS/NR 9

1.7. O(a) Sr.(a) mora em: Casa 1 Apartamento 2 Outro tipo de moradia 3
NS/NR 9

1.8. A sua moradia é?

Própria 1 Própria, financiando 2 Alugada 3 Cedida 4 Outra 5 NS/NR 9

Se 2 ou 3 (pergunte →) 1.8.1. Quanto paga por mês? _____
NR/NS 9

1.9. O lugar onde o(a) Sr.(a) mora é considerado favela ou não? Não 1 Sim 2
NS/NR 9

1.10. O (a) Sr.(a) mora perto de alguma favela? Não 1 Sim 2 NS/NR 9

III – VIOLÊNCIA E ESPAÇO PÚBLICO

2.1. Esta semana, o(a) Sr.(a) conversou com alguém sobre a violência no Rio? Não 1 Sim 2
NS/NR 9

2.2. Na sua opinião, qual bairro é o mais violento do Rio?

2.3. E o mais tranquilo da cidade?

2.4. O(a) Sr.(a) diria que a preocupação das pessoas com a violência no Rio de Janeiro é grande ou pequena?

Muito grande 1 Grande 2 Média 3 Pequena 4 Muito pequena 5 NS/NR 9

2.5. E no seu bairro, a preocupação com a violência é grande ou pequena?

Muito grande 1 Grande 2 Média 3 Pequena 4 Muito pequena 5 NS/NR 9

2.6. E a preocupação do(a) Sr.(a) com a violência é grande ou pequena?

Muito grande 1 Grande 2 Média 3 Pequena 4 Muito pequena 5 NS/NR 9

2.7. Quando anda pelas ruas e praças perto de onde mora, o(a) Sr.(a) se sente seguro ou inseguro?

Muito seguro 1 Seguro 2 Mais ou menos seguro 3 Inseguro 4 Muito inseguro 5 NS/NR 9

2.8. E quando anda pelas ruas e praças do Centro do Rio, o(a) Sr.(a) se sente seguro ou inseguro?

Muito seguro 1 Seguro 2 Mais ou menos seguro 3 Inseguro 4 Muito inseguro 5 NS/NR 9

2.9. Com que frequência, o(a) Sr.(a) costuma passar por aqui, neste local?

Sempre 1 Frequentemente 2 Às vezes 3 Raramente 4 Nunca 5 NS/NR 9

2.10. Quando anda por aqui, neste local, o(a) Sr.(a) se sente seguro ou inseguro?

Muito seguro 1 Seguro 2 Mais ou menos seguro 3 Inseguro 4 Muito inseguro 5 NS/NR 9

2.11. De que tipo de violência, o(a) Sr.(a) tem mais medo?

IV – A VIOLÊNCIA E AS INSTITUIÇÕES

3.1. Em sua opinião, qual a principal causa da violência na cidade do Rio de Janeiro? (anotar apenas UMA)

3.2. Como o(a) Sr.(a) avalia a atuação do governo federal para resolver o problema da violência? (←→)

Ótimo 1 Bom 2 Regular 3 Ruim 4 Péssimo 5 NS/NR 9

3.3. E como avalia a atuação do governo estadual para resolver o problema da violência? (←→)

Ótimo 1 Bom 2 Regular 3 Ruim 4 Péssimo 5 NS/NR 9

3.4. E a atuação do governo municipal para resolver o problema da violência? (←→)

Ótimo 1 Bom 2 Regular 3 Ruim 4 Péssimo 5 NS/NR 9

3.5. Comparando a situação de hoje com seis meses atrás, como avalia o nível de violência? (←→)

Melhorou 1 Ficou igual 2 Piorou 3 NR/NS 9

3.6. E com relação aos próximos seis meses, o(a) Sr.(a) avalia que o nível de violência vai? (←→)

Melhorar 1 Ficar igual 2 Piorar 3 NR/NS 9



NESPC

Núcleo de Estudos sobre Segurança e Política Criminal

Algumas pessoas confiam no trabalho da polícia, outras não confiam. O(a) Sr.(a) confia ou não confia na atuação da:

3.7 Polícia Federal,	Não 1	Sim 2	Em termos 3	NS/NR 9
3.8. Polícia Civil,	Não 1	Sim 2	Em termos 3	NS/NR 9
3.9. Polícia Militar (PM),	Não 1	Sim 2	Em termos 3	NS/NR 9
3.10. Guarda Municipal,	Não 1	Sim 2	Em termos 3	NS/NR 9
3.11. Na Justiça,	Não 1	Sim 2	Em termos 3	NS/NR 9

V – CONVIVENDO COM A VIOLÊNCIA

4.1. Na sua casa, alguém sofreu algum tipo de violência? Não 1 Sim 2 (pergunte →) 4.1.1. Quantas pessoas? _____

4.2. E o(a) Sr (a.), nos últimos 12 meses. já sofreu algum tipo de violência?

Não 1 (passe p/ 4.6) Sim, uma vez 2 Sim, duas vezes 3 De três a cinco vezes 4 Mais de cinco vezes 5
NS/NR 9

4.3. Que tipo de violência sofreu?

4.4. O(a) Sr.(a) recorreu à polícia? Não 1 (passe p/ 4.6) Sim 2 NS/NR 9

4.5. O(a) Sr.(a) registrou queixa na delegacia de alguma violência que sofreu? NS/NR 9

Não 1 (pergunte →) **4.5.1. Por que não registrou queixa?**

Sim 2 (pergunte →) **4.5.2. De qual violência?**

4.6. No seu dia a dia, alguma coisa mudou por causa da violência?

Não 1 Sim 2 (pergunte →) **4.6.1. O que mudou?**

4.7. Ocorreram mudanças no seu comportamento tais como:

4.7.1. Esconde dinheiro	Sim 1	Não 2	NS/NR 9
4.7.2. Não usa nada de valor	Sim 1	Não 2	NS/NR 9
4.7.3. Não sai à noite	Sim 1	Não 2	NS/NR 9
4.7.4. Presta atenção às pessoas	Sim 1	Não 2	NS/NR 9
4.7.5. Anda armado	Sim 1	Não 2	NS/NR 9
4.7.6. Põe tranca na casa	Sim 1	Não 2	NS/NR 9
4.7.7. Evita passar em alguns lugares	Sim 1	Não 2	NS/NR 9

4.8. O(a) Sr.(a) conhece alguém que possui arma de fogo?

Não 1 Sim, uma pessoa 2 Sim, duas ou mais pessoas 3 NR/NS 9



NESPC

Núcleo de Estudos sobre Segurança e Política Criminal

4.9. Em sua casa, alguém possui arma de fogo?

Não 1 NR/NS 9

Sim 2 (pergunte →) 4.9.1. Essa pessoa tem porte de arma? Não 1 Sim 2 NR/NS 9

4.10. Se for proibida a venda de armas, em sua opinião, a violência irá diminuir?

Não 1 Sim 2 NR/NS 9

Para que meu trabalho seja conferido pelo Instituto, o Sr.(a) poderia me dar seu nome e um telefone de contato.

Nome: _____ Telefone: _____ Não tem 98 Não quis dar 99

Entrevistador: _____ | _____ | _____ Supervisor: _____